

PROGRAMA FRONTEIRA INTEGRADA

Fronteiras da Amazônia

Arco Norte e Rondônia

AMAZONAS

BASES PARA O PLANO DE **DESENVOLVIMENTO** E **INTEGRAÇÃO** DA **FAIXA DE FRONTEIRA**

Fronteiras da Amazônia
Arco Norte e Rondônia

BASES PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA

AMAZONAS

2026

2026 - Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total deste manual, desde que citada a fonte e que não seja utilizado para venda ou qualquer fim comercial.

Tiragem: 1. Edição - 2026 - 1.000 exemplares
Elaboração, distribuição e informações:
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial - SDR
Coordenação Geral de Gestão do Território - CGGT
Coordenador geral: Vitarque Lucas Paes Coêlho

Empresa contratada: **Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM**
Coordenadores do Projeto: Henrique Barandier e Jessica Ojana

Ficha Catalográfica

Fronteiras da Amazônia: Arco Norte e Rondônia

Bases para o Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – Amazonas/ Henrique Barandier (coord.), Jessica Ojana (coord), IBAM, MIDR – Rio de Janeiro, RJ: IBAM, 2026.

208 f. : il. col.
ISBN: 9786552785916

1. Faixa de Fronteira 2. Política Nacional de Desenvolvimento Regional 3. Programa Fronteira Integrada 4. Região Norte - Amazonas I. Instituto Brasileiro de Administração Municipal II. Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional III. Barandier, Henrique IV. Ojana, Jessica V. Título.

CDU
502+352(811)

Ficha Catalográfica elaborada por
Amanda de Chiara dos Santos Neto – Bibliotecária – CRB: 07798

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA – IICA
(Contratante)

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
(Entidade Executora Nacional do Projeto de Cooperação Técnica)

Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/23/002 - MIDR_GOVERNANÇA REGIONAL E TERRITORIAL / Edital n. 099/2024

Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional
Antonio Waldez Góes da Silva

Secretário executivo
Valder Ribeiro de Moura

Secretário Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial - Substituto
Edgar Batista de Azevedo Caetano

Chefe de Gabinete
Lucas Arantes Miotti

Coordenador-Geral de Gestão do Território
Vitarque Lucas Paes Coêlho

Equipe Técnica
Rodolfo Calmon de Castro - Economista / Coordenador de Projeto
Raquel Martins Rego – Analista Executiva
Rodrigo Martins dos Santos - Analista de Infraestrutura
Wallace Vitor Leão Feitosa - Consultor IICA
Larissa Andreza Costa Peniche - Consultora IICA
Luciana Chagas Uchoa de Mendonça - Consultora IICA
Marcelo Burguez Pires - Consultor IICA
Daniel Santiago Chaves Ribeiro - Consultor IICA
Alex Rosa Campani – Assessor Técnico
Victor Rodrigues Pereira - Assessor Técnico

Apoio Administrativo
Patrícia Sousa Silva Maria - Secretária Executiva
Gabryella Mateus de Oliveira Mascarenhas – Assessora Administrativa
Antonia Moreira Silva – Assessora Administrativa

Consultoria | Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM)

Superintendente Geral do IBAM
Claudia Ferraz

Supervisão Institucional
Paulo Timm
Alexandre Santos

Coordenação Geral e Coordenação Técnica
Henrique Barandier
Jessica Ojana

Coordenação de Geoprocessamento
Eduardo Rodrigues Marins

Coordenação de Mobilização e Articulação
Louise Storni

Coordenação de Comunicação
Ewerton Antunes

Equipe técnica
Alberto Costa Lopes - Especialista Arquitetura e Urbanismo
Fernanda Ferreira - Especialista Geografia
Bernardo Mercante Marques - Especialista Ciências Sociais
Clarice Antoun - Especialista Economia
Paulo Timm - Especialista Administração Pública
Marcus Alonso Ribeiro Neves - Especialista Direito
Luciana Hamada - Especialista Gestão Climática e Infraestrutura
Rosimere de Souza - Especialista Migração e Segurança
Karin Segala - Especialista Desenvolvimento Social e Infraestrutura
Ricardo Moraes – Especialista Planejamento Urbano
Priscila Oquioni - Consultora Jurídica
Marcella Meireles - Consultora Jurídica
Alessandra Bizoni - Jornalista
Edjales Brito – Consultor local Rondônia
Maria Emília Coelho – Consultora local Acre
Luiz Castro – Consultor local Amazonas
Solange Aparecida - Consultora local Pará
Katia Vizzoni – Consultora local Roraima

Apoio
Flávia Lopes - Apoio Administrativo
Roberto Gonçalves - Programação Web
Pedro Predes – Estagiário de Comunicação
Jenifer Castro – Estagiária de Geografia
Juliana Kreitlon – Estagiária de Arquitetura e Urbanismo

Mensagem do MIDR

É com grande satisfação que o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) apresenta os resultados do Projeto Fronteiras da Amazônia. Esta iniciativa nasce do nosso profundo compromisso em construir as bases para os Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (PDIFFs) dos estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, além de fortalecer os Núcleos Estaduais de Fronteira (NEFs).

Esse esforço só foi possível graças a uma valiosa rede de cooperação. Caminhamos lado a lado com importantes parceiros do Governo Federal – como o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) –, além de contar com a dedicação fundamental dos Governos Estaduais e Municipais. O que vemos aqui é a prova de que o diálogo federativo é o melhor caminho para garantir a soberania nacional e promover o progresso social onde o Brasil mais precisa.

Guiados pela estratégia do Programa Fronteira Integrada (PFI), desenhamos agendas transversais que olham para o futuro. Nosso foco está em conciliar sustentabilidade, inovação, bioeconomia, economia circular e tecnologia da informação e comunicação. Para que o plano refletisse a realidade real de cada localidade, adotamos o conceito da sêxtupla hélice: ouvimos quem faz a região acontecer. Unimos governo, academia, setor produtivo, sociedade civil, investidores e as nossas comunidades tradicionais em oficinas colaborativas e plataformas digitais para construir, de forma transparente, uma verdadeira carteira de projetos.

Este conjunto de publicações não é apenas um diagnóstico; é um convite à ação. Ao consolidar as potencialidades e os desafios de cada estado, alinhados às Diretrizes das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Fronteiras, oferecemos uma base de informações rica e atual para subsidiar os planejamentos dos estados fronteiriços. Mais do que isso, este material se consolida como uma ponte diplomática para estreitarmos laços, parcerias e projetos de interesse comum com os nossos países vizinhos visando à integração e desenvolvimento das nossas fronteiras.

Dedicamos este caderno especial ao Estado do Amazonas, território de dimensões continentais e peça central da integração amazônica e sul-americana. Com uma extensa faixa de fronteira compartilhada com a Venezuela, a Colômbia e o Peru, o Amazonas expressa a diversidade sociocultural, ambiental e geopolítica que caracteriza a Amazônia brasileira. Em um contexto marcado pelos desafios da conectividade, da proteção territorial e da garantia de direitos às populações amazônicas, a cooperação entre instituições e países vizinhos torna-se essencial para promover desenvolvimento sustentável, segurança e inclusão social. Este documento reafirma o compromisso de fortalecer políticas públicas integradas, capazes de dialogar com a singularidade e a riqueza do território amazonense.

Com compromisso, esperança e a certeza de que o futuro da Amazônia se constrói com união para o desenvolvimento regional sustentável e inclusivo.

Waldez Góes
Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional

Mensagem do IBAM

A publicação das bases para os Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (PDIFFs) dos estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima) marca a conclusão de um processo de trabalho intenso, em torno de um tema tão complexo quanto essencial como é o do planejamento e gestão do território na extensa faixa de fronteira brasileira.

Participar de um projeto dessa envergadura, envolvendo seis estados da federação, com foco sobre uma região que engloba 97 municípios, onde vivem mais de 3 milhões de pessoas, foi, sem dúvida, desafiador e estimulante para o IBAM. Ao longo de cerca de um e ano meio de trabalho se buscou compreender as dinâmicas presentes na faixa de fronteira da Amazônia, reconhecendo diferenças locais, para se chegar à proposição de uma carteira de projetos para cada estado.

Sob a coordenação geral do MIDR, o projeto se desenvolveu na interlocução direta com os estados, municípios e atores sociais atuantes na faixa de fronteira. Para além conectar o trabalho com a realidade do território, o esforço de articulação empreendido buscou estimular os estados a pensarem a gestão da região fronteiriça como prioritária. Dessa forma, o próprio processo de trabalho se constituiu como contribuição para o fortalecimento dos Núcleos Estaduais de Fronteira existentes e como incentivo para a formação onde ainda não existem, pois são fundamentais para a consolidação dos PDIFFs e acompanhamento de sua implementação.

Cabe destacar também o empenho das equipes envolvidas em buscar convergências entre diferentes políticas públicas que incidem nos territórios da fronteira na Amazônia, numa visão integrada de desafios e potencialidades. Espera-se que os PDIFFs possam se consolidar como referência comum na definição de prioridades de ação e de investimentos, para as diferentes esferas de governo, para o setor privado e para as organizações da sociedade civil. Ao mesmo tempo, podem desempenhar importante papel na interlocução com países vizinhos, uma vez que pensar a faixa de fronteira exige também a construção dialogada sobre propostas para lidar com os desafios comuns.

Agradecemos a todas colaborações ao longo do processo de trabalho, nas visitas de campo, nas reuniões técnicas, nas oficinas territoriais, na plataforma online de consulta, que permitiram qualificar os resultados obtidos e sistematizados na publicação de cada estado.

Saudações,

Claudia Ferraz
Superintendente Geral do IBAM



Foto: Bruno Leão/Sedecti

Lista de siglas

AAM	Associação Amazonense de Municípios
ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
AC	Acre
AdaptaBrasil	Sistema de Informações e Análises sobre Impactos das Mudanças Climáticas
ADS	Agência de Desenvolvimento Sustentável
AFEAM	Agência de Fomento do Estado do Amazonas
ALFV	Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas
ALC	Área de Livre Comércio
AM	Amazonas
ANA	Agência Nacional de Águas
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
ANATER	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
AP	Amapá
API	Arranjo Populacional Internacional
APIAM	Associação dos Povos Indígenas do Amazonas
ARSEPAM	Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Amazonas
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BEN	Balanço Energético Nacional
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPM	Batalhão de Polícia Militar
BR	Rodovia Federal
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CAL	Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CATRAPOA	Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas

CDIF	Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira
CDN	Conselho de Defesa Nacional
CEMADEN	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
CERS	Comitê Estadual de Resíduos Sólidos
CETAM	Centro de Educação Tecnológica do Amazonas
CGJ/AM	Corregedoria-Geral de Justiça do Amazonas
CID	Classificação Internacional de Doenças
Cimi	Conselho Indigenista Missionário
COICA	Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONEPA	Conselho Estadual de Pesca e Aquicultura
COSAMA	Companhia de Saneamento do Amazonas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTC/AM	Comitê Técnico Científico do Governo do Estado do Amazonas
CTRin	Câmara Técnica de Resíduos Transfronteiriços e Internacionais
CV	Comando Vermelho
DACREDEN	Departamento de Assuntos da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EB	Exército Brasileiro
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENOS	El Niño Oscilação Sul
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
ESD	Espacialização Socioeconômica do Desmatamento
FAB	Força Aérea Brasileira
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FEPIAM	Fundação Estadual dos Povos Indígenas do Amazonas
FIRN	Fundo Indígena do Rio Negro

FJP	Fundação João Pinheiro
FNSP	Força Nacional de Segurança Pública
FOIRN	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
FOREIA	Fórum de Educação Escolar e Saúde Indígena do Amazonas
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
GCM	Guarda Civil Municipal
GDR	Gestão de Riscos e Desastres
GEE	Gases de Efeito Estufa
GGIF	Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira
GSI	Gabinete de Segurança Institucional
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICLEI	Governos Locais pela Sustentabilidade
ICM	Indicador de Capacidade Municipal
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICT	Instituição Científica e Tecnológica
ICTs	Instituições de Ciência e Tecnologia
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDH/IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano / Municipal
IDSM	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
IEMA	Instituto de Energia e Meio Ambiente
IES	Instituições de Ensino Superior
IFAM	Instituto Federal do Amazonas
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IMAFLORA	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
INC	Campus Instituto de Natureza e Cultura (UFAM)

INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
Inpactas	Incubadora de Negócios de Impacto Socioambiental do Alto Solimões
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPEADATA	Base de dados do Ipea
ISA	Instituto Socioambiental
ITEAM	Instituto de Terras do Amazonas
LABCLIM	Laboratório de Climatologia
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MB	Marinha do Brasil
MCom	Ministério das Comunicações
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
MDHC	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MGI	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
MIDR	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
MME	Ministério de Minas e Energia
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
MPI	Ministério dos Povos Indígenas
MPO	Ministério do Planejamento e Orçamento
MRE	Ministério das Relações Exteriores

MT	Ministério dos Transportes
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
NEIFRO	Núcleo Estadual para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira de Rondônia
NESAM	Núcleo de Estudos Socioambientais do Amazonas
NIFFAM	Núcleo Estadual para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Amazonas
NUMAI	Iniciativa de inovação em São Gabriel da Cachoeira
NURIAM	Núcleo de Registro Indígena do Amazonas
OC	Observatório do Clima
ONGs	Organizações Não Governamentais
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PaCTAS	Parque Científico e Tecnológico do Alto Solimões
PAM	Produção Agrícola Municipal
PASI	Plano Amazônia: Segurança e Soberania
PC	Polícia Civil
PCC	Primeiro Comando da Capital
PCT	Povos e Comunidades Tradicionais
PDIFF	Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira
PEF	Pelotão Especial de Fronteira
PEVS	Pesquisa de Extração Vegetal e Silvicultura
PF	Polícia Federal
PFI	Programa Fronteira Integrada
PFNM	Produtos Florestais Não Madeireiros
PGE/AM	Procuradoria-Geral do Estado do Amazonas
PGTA	Plano de Gestão Territorial e Ambiental
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
PLPT	Programa Luz para Todos

PM	Polícia Militar
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNOT	Política Nacional de Ordenamento Territorial
PPA	Plano Plurianual
PPIF	Programa de Proteção Integrada de Fronteiras
PPM	Pesquisa Pecuária Municipal
PR	Paraná
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PRODAM	Processamento de Dados Amazonas
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RAD	Relatório Anual do Desmatamento no Brasil
REFRONT	Programa de Reestruturação e Modernização Fiscal dos Estados
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
RFB	Receita Federal do Brasil
RO	Rondônia
RR	Roraima
SDR	Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial
SEAD/AM	Secretaria de Estado de Administração do Amazonas
SEAS/AM	Secretaria de Estado de Assistência Social do Amazonas
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEC/AM	Secretaria de Estado de Cultura do Amazonas
SECT/AM	Secretaria de Estado das Cidades e Territórios do Amazonas
SEDEC/AM	Secretaria Nacional de Defesa Civil do Amazonas
SEDECTI/AM	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas
SEDUC/AM	Secretaria de Estado de Educação do Amazonas
SEDURB/AM	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano do Amazonas
SEEG	Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa
SEINFRA/AM	Secretaria de Estado de Infraestrutura do Amazonas

SEJUSC	Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania
SEMA/AM	Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas
SEMIG/AM	Secretaria de Estado de Minas e Energia do Amazonas
SEPA/AM	Secretaria de Pesca e Aquicultura do Amazonas
SEPLAN/AM	Secretaria de Estado de Planejamento do Amazonas
SEPROR/AM	Secretaria de Estado de Produção Rural do Amazonas
SES/AM	Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SETEMP/AM	Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Empreendedorismo do Amazonas
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade
SINCHI	Instituto Amazônico de Investigações Científicas
SINISA	Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SISOL	Sistemas Isolados
SIUP	Serviços Industriais de Utilidade Pública
SINISA	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SNPH	Secretaria Nacional de Portos e Hidrovias
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SSP/AM	Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TI	Terra Indígena
UCs	Unidades de Conservação
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UGPE	Unidade Gestora de Projetos Especiais
UNIVAJA	União dos Povos Indígenas do Vale do Javari
VA	Valor Adicionado
ZFV	Zona Franca Verde

Foto: Ana Cláudia Jatahy/Mtur

Sumário

Contextualização da Faixa de Fronteira Terrestre Brasileira 19

Faixa de Fronteira Terrestre Brasileira 21

Política Nacional de Desenvolvimento Regional 23

Política Nacional de Fronteira 24

Governança da Faixa de Fronteira 27

Breve Panorama Regional do Arco Norte e Rondônia 31

Caracterização Geral 33

Caracterização Sociodemográfica 44

Análise por eixos temáticos 51

Panorama Amazonas 59

Apresentação 61

Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática 73

Infraestrutura para o Desenvolvimento 85

Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social 95

Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais 109

Integração Regional, Migrações e Segurança 121

Oficinas de Planejamento territorial 129

Diretrizes e Carteira de projetos 139

Subsídios do Ipea ao debate 185

Contextualização da Faixa de Fronteira Terrestre Brasileira



Foto: Lucas Silva/Amazonastur

Faixa de Fronteira Terrestre Brasileira

A Faixa de Fronteira Terrestre do Brasil foi estabelecida em 1979, pela Lei nº 6.634/1979 e regulamentada pelo Decreto nº 85.064/1980. A lei estabelece como Faixa de Fronteira, indispensável à Segurança Nacional, a faixa interna de 150 Km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 20, § 2º, apontou o caráter estratégico e a importância das fronteiras para a defesa do território nacional e, em 1991, coube ao Conselho de Defesa Nacional (CDN) a competência de definir *"critérios e condições de utilização das áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira"* (art. 1, parágrafo único).

Nas últimas décadas, a estratégia brasileira de segurança nacional aplicada à faixa de fronteira passou por uma mudança substantiva, abandonando gradualmente a lógica predominantemente militar e defensiva, para adotar uma abordagem integrada que reconhece o desenvolvimento social, econômico e ambiental como elementos centrais da própria segurança do Estado.

No marco do Estado Democrático de Direito, a fronteira passou a ser concebida não apenas como zona de contenção de ameaças externas, mas como território habitado, dinâmico e estratégico para a integração regional, no qual a presença efetiva do poder público, a garantia de direitos, a promoção do desenvolvimento sustentável e a cooperação transfronteiriça são instrumentos de fortalecimento da soberania.

Essa inflexão se expressa no arcabouço legal e nas políticas públicas contemporâneas, que articulam defesa, desenvolvimento e integração, ao estimular investimentos em infraestrutura, serviços públicos, proteção ambiental e arranjos econômicos locais, bem como a cooperação com países vizinhos, partindo do entendimento de que desigualdade, isolamento e fragilidade institucional representam riscos tão relevantes à segurança nacional quanto ameaças militares convencionais.

A partir dessa estratégia uma série de estudos, leis e decretos que tratam sobre as fronteiras foram instituídos. Em 2011, também se buscou alinhamento junto aos estados para elaboração de Planos de Integração e Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDIFFs) e instalação de Núcleos Estaduais de Fronteira (NEFs), que resultaram na edição de alguns planos, a exemplo dos Estados do Amazonas e Rio Grande do Sul, e institucionalização de alguns núcleos, a exemplo do NIFFAM, no Estado do Amazonas e NEIFRO, em Rondônia[1].

15.719 km de extensão **11 estados**

588 municípios **11,7 milhões de habitantes**

ARCO NORTE

Compreende a Faixa de Fronteira dos Estados do Amapá, Pará, Amazonas, Roraima e Acre.

ARCO CENTRAL

Compreende a Faixa de Fronteira dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

ARCO SUL

Compreende a Faixa de Fronteira dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.



1. Criada por meio do Decreto nº 32.729, de 22 de Agosto de 2012 e atualizado pelo Decreto nº 44.473, de 30 de agosto de 2021, o Núcleo Estadual de Fronteira do Estado do Amazonas (NIFFAM) está sob a coordenação da Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEDECTI). Já o Núcleo Estadual para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira de Rondônia (NEIFRO) foi criado pelo decreto nº 24.821, de 21 de fevereiro de 2020 e está vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG/RO).

Política Nacional de Desenvolvimento Regional

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), disciplinada pelo decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024, tem por finalidade reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intrarregionais e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico sustentável, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.

A PNDR, sob responsabilidade do MIDR, fundamenta-se na mobilização planejada e articulada da ação federal, estadual, distrital e municipal, pública e privada, por meio das quais programas e investimentos da União e dos entes federativos, associadamente, estimulem e apoiem processos de desenvolvimento.

A PNDR possui abordagem territorial, abrangência nacional e atuação nas seguintes escalas geográficas:

Macrorregional: Correspondente ao recorte geográfico das grandes regiões brasileiras, com prioridade para Amazônia Legal, Região Nordeste e Região Centro-Oeste, com vistas a reduzir as desigualdades inter-regionais.

Sub-regional: Correspondente ao recorte territorial em áreas prioritárias da PNDR, estabelecido para a atuação estatal coordenada, com vistas a reduzir as desigualdades intrarregionais.

São objetivos da PNDR:

> *I - promover* ***a convergência dos níveis de desenvolvimento e de qualidade de vida intrarregional e inter-regional no País*** *e a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento em regiões que apresentem baixos indicadores socioeconômicos;*
>
> *II - consolidar uma* ***rede policêntrica de cidades, em apoio à desconcentração e à interiorização do desenvolvimento regional do País****, de forma a considerar as especificidades de cada região;*
>
> *III - estimular* ***ganhos de produtividade e aumento da competitividade regional****, sobretudo em regiões que apresentem declínio populacional e elevadas taxas de emigração;*
>
> *IV - fomentar a* ***agregação de valor e a diversificação econômica em cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento regional****, observados critérios como geração de renda e sustentabilidade, sobretudo em regiões com forte especialização na produção de commodities agrícolas ou minerais.*

Nesse sentido, a faixa de fronteira é considerada uma sub-região prioritária para a política regional, em função dos seus aspectos de vulnerabilidade socioeconômica e integração regional.

Política Nacional de Fronteira

Em 2024, foi instituída a Política Nacional de Fronteiras (PNFron) por meio do Decreto 12.038/2024. A PNFron se destina a nortear as ações do Poder Executivo Federal, promovendo uma atuação articulada e coordenada entre os entes federativos e as instituições do setor privado, sendo organizada a partir de quatro eixos interdependentes: segurança nacional, integração regional, desenvolvimento sustentável e direitos humanos, cidadania e proteção social nas regiões fronteiriças brasileiras.

PNFron

Eixo 1 – Segurança
Coordenado pelo Ministério da Defesa

Proteção das fronteiras, combate aos ilícitos transnacionais e delitos ambientais e fortalecimento da atuação integrada das forças de segurança

Eixo 2 – Integração Regional
Coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores

Atuação sistêmica, integrada e coordenada com os entes federativos, facilitando o fluxo de pessoas, bens e serviços

Eixo 3 - Desenvolvimento Sustentável
Coordenado pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Foco nas suas dimensões social, econômica e ambiental, a partir da valorização das potencialidades econômicas e das diversidades socioculturais, com a redução das desigualdades inter-regionais e intrarregionais

Eixo 4 – Direitos Humanos, Cidadania e Proteção Social
Coordenado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Respeito aos direitos fundamentais, fortalecendo a inclusão social e o acolhimento humanitário de migrantes, refugiados, apátridas e pessoas em situação de vulnerabilidade, além de promover a proteção dos direitos humanos e territoriais dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais

Conforme art. 5º do decreto, são objetivos da PNFron:

> *I - assegurar a **presença do Estado nas fronteiras**, respeitadas as especificidades e necessidades de cada arco de fronteira;*
>
> *II - estimular a **aproximação entre o Poder Executivo federal, os Estados e os Municípios** nas fronteiras, e aproveitar as iniciativas locais, incluídos o **setor privado e a sociedade civil**;*
>
> *III - assegurar a **inter-relação e a complementariedade entre políticas nacionais e setoriais** afetas às fronteiras;*
>
> *IV - coordenar as **ações entre os eixos - segurança, integração regional, desenvolvimento sustentável, e direitos humanos, cidadania e proteção social**;*
>
> *V - contribuir para a **garantia da soberania nacional, da integridade territorial e da proteção do patrimônio nacional** nas fronteiras;*
>
> *VI - fortalecer e aprimorar as **estruturas de prevenção, de controle, de fiscalização e de repressão aos ilícitos transnacionais e delitos ambientais** nas fronteiras;*
>
> *VII - contribuir para o **desenvolvimento sustentável do território nacional nas fronteiras**, respeitar o meio ambiente e valorizar as potencialidades econômicas e as diversidades socioculturais, com a **redução das desigualdades inter-regionais e intrarregionais**;*
>
> *VIII - contribuir com a **integração regional com os Estados limítrofes**;*
>
> *IX - fortalecer o **direito à saúde em sua integralidade** e as ações de preparação, vigilância e resposta às potenciais emergências em saúde pública nas fronteiras;*
>
> *X - promover os **direitos humanos e a cidadania nas fronteiras, o acolhimento humanitário** de migrantes, de refugiados, de apátridas, de populações transfronteiriças, e de pessoas em situação de vulnerabilidade, respeitadas as diferenças entre os povos; e*
>
> *XI - promover a **proteção dos direitos humanos e territoriais dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais** nas fronteiras.*

A Estratégia Nacional de Fronteiras (ENaFron) é o principal desdobramento da PNFron e busca identificar os objetivos e as ações estratégicas nos quatro eixos, identificando os papéis e as responsabilidades dos órgãos e das entidades envolvidos na implementação da política.

A seguir, apresenta-se o quadro normativo brasileiro relacionado às fronteiras:

Quadro 1 - Legislação relacionada à Faixa de Fronteira

Norma	Conteúdo
Decreto-Lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970	Dispõe sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional e dá outras providências.
Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979	Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências.
Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980	Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira.
Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991	Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional e dá outras providências.
Decreto nº 32.729, de 22 de agosto de 2012	Institui o Núcleo para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado do Amazonas.
Portaria nº 213, de 19 de julho de 2016	Estabelece o conceito de "cidades-gêmeas" nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição.
Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016	Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução.
Instrução Normativa RFB nº 1.799, de 16 de março de 2018	Estabelece normas complementares à Portaria MF nº 307, de 17 de julho de 2014, que dispõe sobre a aplicação do regime aduaneiro especial de loja franca em fronteira terrestre.
Portaria nº 1.080, de 24 de abril de 2019	Inclui o Município de Cáceres/MT no Anexo da Portaria n. 213, de 19 de julho de 2016, que estabelece o conceito de "cidades-gêmeas" nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por Estado que se enquadram nesta condição.
Decreto nº 9.961, de 8 de agosto de 2019	Institui a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira.
Decreto nº 44.473, de 30 de agosto de 2021	Revoga o Decreto nº 32.729, de 22 de agosto de 2012 e Institui o Núcleo para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado do Amazonas (NIFFAM).
Portaria MDR nº 2.499, de 4 de outubro de 2021	Aprova o Regimento Interno da Comissão Permanente para Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira.
Portaria nº 2.507, de 5 de outubro de 2021	Atualiza conceito e lista de "cidades-gêmeas" nacionais.
Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024	Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.
Decreto Nº 12.038, de 29 de maio de 2024	Institui a Política Nacional de Fronteiras e o seu Comitê Nacional.
Portaria nº 2.413, de 9 de julho de 2024	Estabelece o Programa Fronteira Integrada (PFI).

Governança da Faixa de Fronteira

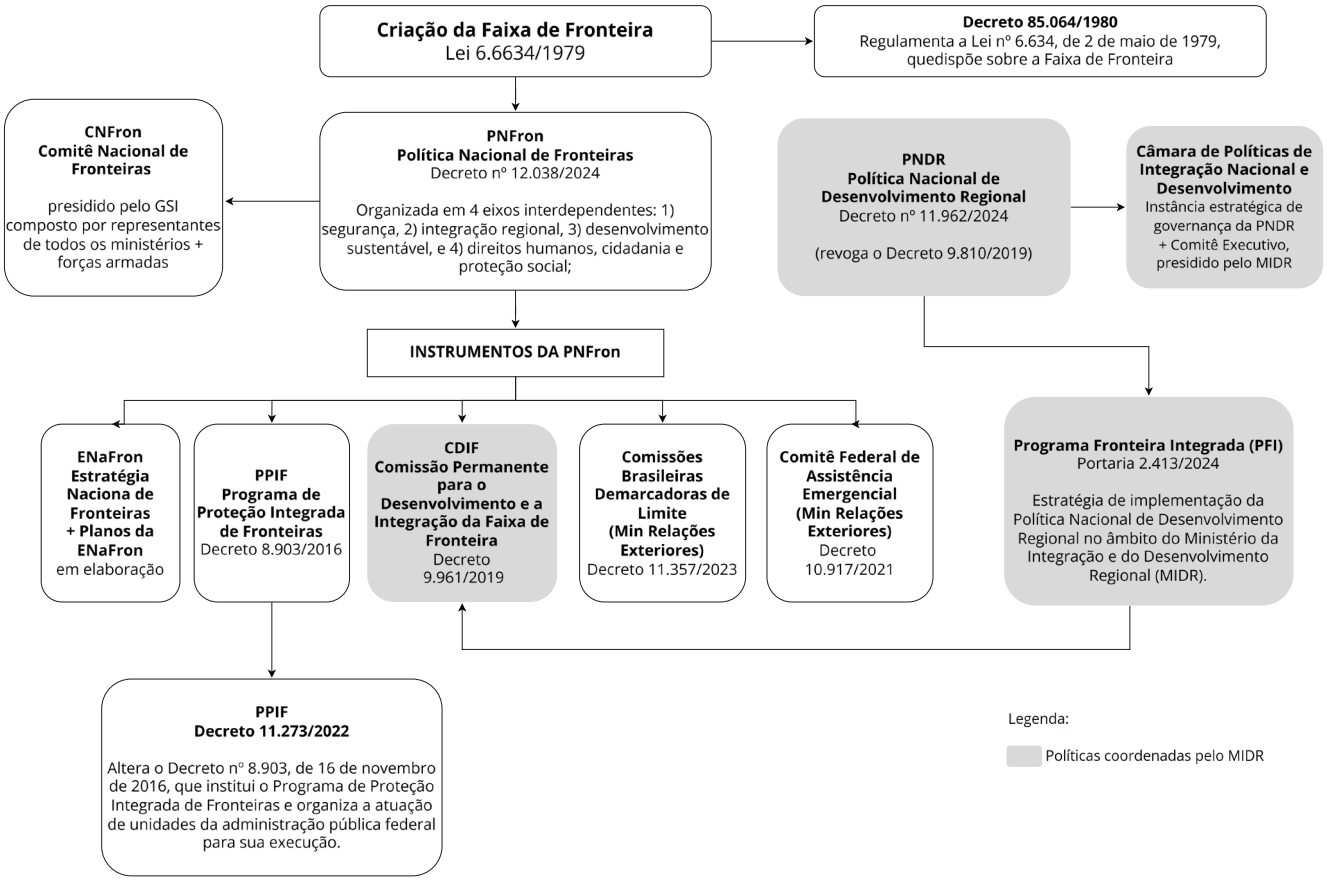
Juntamente com a PNFron, foi instituído como instância de governança o Comitê Nacional de Fronteiras (CNFron), presidido pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) e composto por 28 ministérios, além dos Comandos do Exército, Marinha e Aeronáutica e Agência de Nacional de Vigilância Sanitária.

Cabe ao CNFron coordenar a elaboração da Estratégia Nacional de Fronteiras (ENaFron), além de sugerir a elaboração de planos dela decorrentes, que orientem as ações dos órgãos e das entidades nas fronteiras. Ao CNFron compete ainda promover a articulação e a cooperação interinstitucional nos temas definidos pelos eixos estruturantes da Política, zelando pela interdependência e complementariedade das ações estratégicas em prol das fronteiras brasileiras.

No que se refere à questão da segurança, destaca-se o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, o PPIF, conforme Decreto 8.903/2016, que tem o propósito de fortalecer a prevenção, o controle, a fiscalização e a repreensão aos delitos transfronteiriços. Como órgão de governança deste programa foi instituído um Comitê Executivo do programa, que hoje é composto por 18 órgãos de oito ministérios, além do Ministério Público Federal. A coordenação das ações do Comitê-Executivo é realizada pela Secretaria de Acompanhamento e Gestão de Assuntos Estratégicos (SAGAE), por meio de seu Departamento de Assuntos da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (DACREDEN). No nível estadual, o PPIF definiu que a participação dos Estados deve se dar mediante instrumentos de cooperação entre os ministérios e os órgãos federais integrantes do Programa. Tal medida incluiu a criação dos respectivos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIFs), reconhecendo-se a necessidade e importância da coordenação entre as esferas federal, estadual e municipal dos órgãos de segurança para a efetivação de um trabalho integrado.

Já no âmbito do MIDR, foi instituída em 2019 a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF), dialogando com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Entre as competências dessa Comissão, destaca-se a proposição de ações voltadas ao desenvolvimento regional que considerem a relevância de programas destinados à integração fronteiriça e à integração sul-americana, bem como a apresentação de planos regionalizados de desenvolvimento e integração fronteiriços. Assim, essa Comissão visa estabelecer interação dos núcleos estaduais constituídos com ministérios e órgãos estratégicos setoriais especificamente para debater questões relacionadas ao desenvolvimento e à integração nas fronteiras.

Figura 1 - Interações entre as diferentes políticas, programas e projetos sobre o tema das Fronteiras



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

Na sequência dos fatos, o MIDR lançou o Programa Fronteira Integrada (PFI), como estratégia de implementação da PNDR e da PNFron.

O **PFI** é uma estratégia de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Tem como finalidade incentivar o desenvolvimento econômico, social e produtivo no território da faixa de fronteira, por meio da cooperação entre os países vizinhos, visando à criação de oportunidades que resultem em atração de investimento, crescimento econômico, inovação, redução das assimetrias e desigualdades, além da geração de trabalho e renda.

O público-alvo do PFI são organizações de interesse público, empreendedores rurais e urbanos, associações e cooperativas de agricultores familiares e agroextrativistas, povos indígenas e comunidades tradicionais, com destaque para jovens e mulheres. O Programa estabelece que o MIDR deva atuar de forma coordenada com os Núcleos Estaduais de Fronteira visando à articulação de ações com os Planos Estaduais de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira.

Assim, com os esforços em andamento para incentivar os Estados a instituírem seus Núcleos Estaduais de Fronteira pretende-se incluir os coordenadores dos NEFs como membros convidados permanentes da CDIF. Dessa forma, busca-se reforçar o papel institucional dos NEFs na governança da Faixa de Fronteira. Compreende-se que os NEFs são instâncias essenciais para promoção da integração entre governo federal, estados, municípios e sociedade civil da Faixa de Fronteira ao proporcionar um diálogo ininterrupto com a CDIF para a garantia da promoção do desenvolvimento regional e urbano, tendo como referência os PDIFFs.

Planos Estaduais de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira - PDIFFs

Os PDIFFs são os instrumentos de planejamento territorial voltados à promoção do desenvolvimento sustentável e da integração das áreas fronteiriças brasileiras. Os PDIFFs devem ser institucionalizados pelos Estados, a partir de processos de elaboração baseados na cooperação entre as três esferas de governo e com a participação de atores locais, incluindo Setores Públicos; Instituições de Ciência e Tecnologia; Terceiro Setor; Lideranças Locais e Movimentos Sociais; Empresas e Investidores; e Instituições de Cooperação Internacional.

A Faixa de Fronteira é objeto de políticas e instrumentos de planejamento concebidos em diferentes escalas, que abordam tanto as questões mais estratégicas de integração sul-americana, como programas e projetos de desenvolvimento regional ou aquelas mais diretamente vinculadas aos territórios e aos atores locais. Por isso, é importante que os PDIFFs considerem e dialoguem com essas diferentes iniciativas, mas com o objetivo de englobar estratégias, princípios e diretrizes para a Faixa de Fronteira com base nas particularidades de cada Estado.

No âmbito do Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional, os PDIFFs também devem se consolidar como carteiras de projetos que possam indicar investimentos prioritários para o desenvolvimento de cadeias produtivas prioritárias para a região, em especial nas áreas de bioeconomia, TICs, economia circular, turismo sustentável, inclusão socioprodutiva de grupos vulneráveis, povos indígenas e comunidades tradicionais.

Além de se constituir como referência para a integração de ações na Faixa de Fronteira, os PDIFFs devem também ser utilizados como referência para interlocução com os países vizinhos em torno de questões de interesse comum nas fronteiras, em especial nas cidades-gêmeas.

CONSIDERE

O planejamento deve ser compreendido como processo, do qual o PDIFF é parte e resultado do momento em que foi elaborado, fundamentado em dados, diagnósticos e estudos disponíveis. Assim, vale reforçar, o PDIFF não se configura como um instrumento estanque ou definitivo, mas como base orientadora passível de aperfeiçoamento e atualizações à medida em que novas informações são produzidas e que as instâncias de governança avancem em seus processos de tomada de decisão.

Núcleos Estaduais de Fronteira - NEFs

Os NEFs são órgãos colegiados de assessoramento instituídos por decreto do Chefe do Executivo de cada Estado e visam garantir a continuidade administrativa para a agenda da PNFron e seus instrumentos de planejamento, em especial os PDIFFs, integrando a governança da Faixa de Fronteira.

Uma vez consolidado o PDIFF de um Estado, ao NEF cumpre o papel essencial de mobilizar esforços de articulação institucional para viabilizar a implementação das ações previstas, acompanhar a execução e monitorar resultados. Considerando o processo de planejamento como algo contínuo, a atuação do NEF poderá orientar de modo mais consistente a definição de prioridades na implementação do PDIFF, considerando possibilidades de financiamento de ações e a própria dinâmica da Faixa de Fronteira.

Os NEFs também devem favorecer o diálogo contínuo com os municípios da Faixa de Fronteira, em especial com as cidades-gêmeas, e com os segmentos sociais presentes no território.

O acompanhamento da implementação dos PDIFFs, bem como sua atualização periódica, tende a fortalecer a governança e aderência às demandas reais da Faixa de Fronteira. Convergir pautas dos NEFs com as competências da CDIF representa um esforço de articulação de políticas públicas federais, estaduais e municipais com o foco no desenvolvimento sustentável da Faixa de Fronteira sob a égide do Pacto Federativo Brasileiro, a exemplo do que acontece nas esferas da saúde, educação e assistência social.

Breve Panorama Regional do Arco Norte e Rondônia

Foto: Lucas Silva/Amazonastur

Caracterização Geral

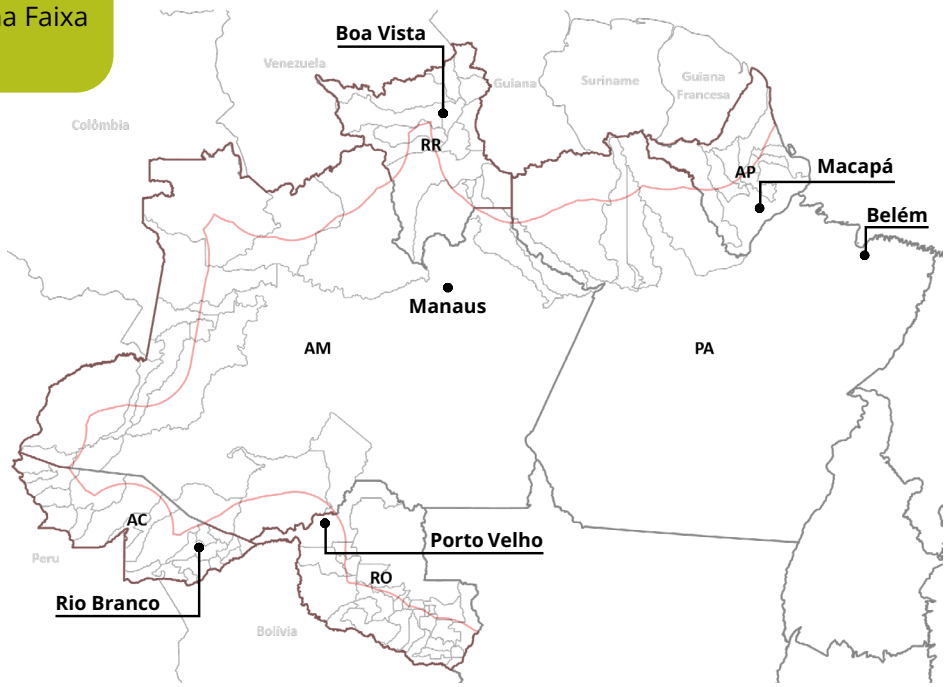
A Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia[2] abrange seis estados e 97 municípios, distribuídos da seguinte forma: 22 municípios no Acre, oito municípios no Amapá, 19 municípios no Amazonas, cinco municípios no Pará, 28 municípios em Rondônia e 15 municípios em Roraima. A abrangência deste estudo compreende uma área total de, aproximadamente, 949.716 Km².

6 estados

97 municípios

3.227.578 habitantes

Acre e **Roraima** possuem todos os municípios, e quase a totalidade de seus territórios, inseridos na Faixa de Fronteira amazônica.



2. Apesar de fazer parte da Amazônia Legal, a base produtiva e indicadores socioeconômicos apontaram no sentido de deslocar o Estado de Rondônia para o Arco Central (observação igualmente válida para Mato Grosso). No entanto, no escopo deste trabalho, o Estado de Rondônia é analisado junto ao Arco Norte, em função de maior relevância do bioma amazônico em seu território e potencial sinergia em ações de apoio à bioeconomia e gestão ambiental.

Recortes e escalas de análise da Faixa de Fronteira amazônica

A divisão da faixa de fronteira brasileira em arcos de fronteira — Norte, Central e Sul — foi concebida como uma estratégia analítica e operacional para reconhecer a profunda heterogeneidade territorial, social, econômica e ambiental, evitando a aplicação de políticas uniformes a realidades profundamente distintas[3].

Em continuidade a essa lógica, os municípios também foram organizados em sub-regiões, estabelecendo um recorte territorial mais detalhado no interior de cada arco[4]. Essa escala intermediária permite captar dinâmicas locais e proximidades funcionais entre municípios que não se restringem aos limites administrativos dos Estados[5]. A fronteira amazônica do Arco Norte e Rondônia abriga 9 dessas sub-regiões. São elas:

1. Sub-região Oiapoque-Tumucumaque
2. Sub-região Campos do Rio Branco
3. Sub-região Parima-Alto Rio Negro
4. Sub-região Alto Solimões
5. Sub-região Alto Juruá
6. Sub-região Vale do Acre-Alto Purus
7. Sub-região Madeira-Mamoré
8. Sub-região Fronteira do Guaporé
9. Sub-região Chapada dos Parecis

Ao integrar as especificidades locais e regionais, torna-se possível articular estratégias de ordenamento territorial que considerem as particularidades culturais, econômicas e ambientais de cada sub-região. Essa perspectiva reforça o papel do território como espaço dinâmico de interações, onde coexistem desafios como a conservação de ecossistemas sensíveis, a inclusão de comunidades tradicionais e indígenas e a promoção de atividades produtivas sustentáveis.

3. BRASIL, Ministério de Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília, 2005.
4. Conforme os estudos de 2005, os municípios da Faixa de Fronteira foram classificados segundo Sub-regiões utilizando critérios como localização geográfica, características socioambientais e base produtiva.
5. Apesar da estruturação do presente estudo ser feita via organização por Estado, uma análise combinada entre as divisões estaduais e sub-regiões proporciona uma abordagem complementar que parece facilitar a gestão territorial e a articulação de políticas públicas.

Organização da Faixa de Fronteira por Estados, Sub-regiões e Municípios

Campos de Rio Branco

Roraima

Boa Vista, Bonfim, Cantá, Caracaraí, Mucajaí, Normandia, Pacaraima, Rorainópolis e Uiramutã

Oiapoque-Tumucumaque

Amazonas

Nhamundá e Urucará

Amapá

Amapá, Calçoene, Ferreira Gomes, Laranjal do Jari, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Pracuúba e Serra do Navio

Roraima

Caroebe, São João da Baliza e São Luiz

Pará

Alenquer, Almeirim, Faro, Óbidos, Oriximiná

Parima-Alto Rio Negro

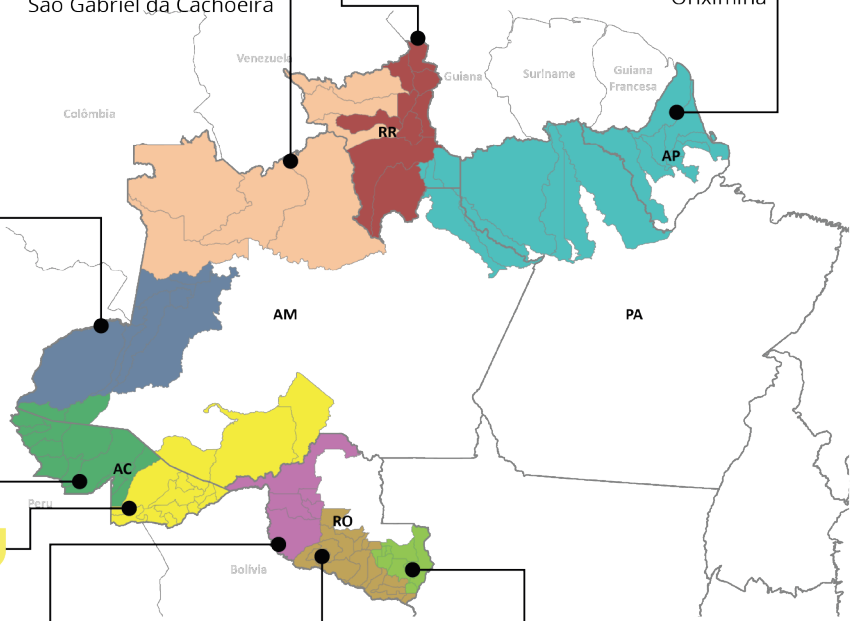
Amazonas

Barcelos, Japurá, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira

Alto Solimões

Amazonas

Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Jutaí, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins



Alto Juruá

Acre

Cruzeiro do Sul, Feijó, Jordão, Mâncio Lima, Manoel Urbano, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves, Santa Rosa do Purus e Tarauacá

Vale do Acre-Alto Purus

Acre

Acrelândia, Assis Brasil, Brasiléia, Bujari, Capixaba, Epitaciolândia, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco, Sena Madureira, Senador Guiomard e Xapuri

Amazonas

Boca do Acre, Canutama e Lábrea

Madeira-Mamoré

Rondônia

Buritis, Campo Novo de Rondônia, Guajará-Mirim, Nova Mamoré e Porto Velho

Fronteira do Guaporé

Rondônia

Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Alvorada D'Oeste, Cabixi, Cerejeiras, Corumbiara, Costa Marques, Governador Jorge Teixeira, Nova Brasilândia D'Oeste, Novo Horizonte do Oeste, Pimenteiras do Oeste, Rolim de Moura, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé e Seringueiras

Chapada dos Parecis

Rondônia

Chupinguaia, Colorado do Oeste, Parecis, Pimenta Bueno, Primavera de Rondônia, Santa Luzia D'Oeste, São Felipe D'Oeste e Vilhena

Destacam-se sub-regiões com intensa interação transfronteiriça, como Alto Solimões, Campos de Rio Branco e Vale do Acre-Alto Purus, onde dinâmicas migratórias, comerciais e culturais moldam a relação com os países vizinhos. A Sub-região do Alto Solimões é um território de contrastes. Apesar de sua riqueza cultural e ecológica, enfrenta desafios complexos que demandam ações integradas e políticas públicas urgentes para garantir o desenvolvimento, a segurança, o respeito aos direitos humanos e à sustentabilidade ambiental.

A Sub-região dos Campos de Rio Branco é marcada pela paisagem do "lavrado", a maior extensão contínua de savanas do bioma Amazônia, cobrindo cerca de 61 mil km^2. Com biodiversidade única, A conservação do lavrado é estratégica não apenas para a preservação ambiental, mas também para a segurança hídrica, o equilíbrio climático e o desenvolvimento sustentável.

Sub-regiões como Parima-Alto Rio Negro e também Alto Solimões destacam-se pelas populações indígenas e os instrumentos de ordenamento da paisagem, que desempenham papéis fundamentais na preservação cultural e na proteção dos ecossistemas locais. A Sub-região Parima-Alto Rio Negro abrange a faixa de fronteira que vai das Serras de Pacaraima e Parima, no Nordeste, até os vales dos rios Negro e Japurá, na região conhecida como “Cabeça do Cachorro”, na divisa com a Colômbia. A paisagem, composta por serras e vales cobertos por densa floresta equatorial, caracteriza a área como uma das mais isoladas do Brasil.

Nas Sub-regiões Madeira-Mamoré e Chapada dos Parecis em Rondônia evidenciam-se uma forte presença de atividades agroindustriais e infraestrutura de transporte integrada, consolidando-se como um estratégico eixo econômico na Faixa de Fronteira. Enquanto Madeira-Mamoré é marcada pela predominância urbana, com Porto Velho como polo de transporte e integração regional, a Sub-região de Fronteira do Guaporé destaca-se por seu perfil rural, resultado de projetos de colonização oficial que estruturaram pequenas e médias propriedades ao longo da BR-364. Já a Chapada dos Parecis evidencia uma forte vocação agroindustrial, articulando áreas urbanas e rurais para a produção de grãos voltados à exportação.

Ainda no âmbito das regionalizações, vale destacar que a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR 2024), além de definir sub-regiões especiais, dentre as quais se encontra a Faixa de Fronteira, estabeleceu microrregiões, classificadas com base em tipologias referenciais, que enquadram os municípios numa análise de desigualdades regionais calcadas em informações de renda e dinamismo, de modo a definir espaços elegíveis e áreas prioritárias para a atuação da PNDR.

Com base nesse enquadramento, foi lançado o *Programa Cidades Intermediadoras*[6] que tem por objetivo descentralizar bens e serviços públicos, promovendo o desenvolvimento regional e reduzindo a pressão sobre as metrópoles e capitais estaduais. Os municípios elegíveis ao programa são aqueles que fazem parte das Regiões Imediatas do IBGE e os municípios-polo de Sub-regiões que não estejam classificados na tipologia sub-regional da PNDR como de alta renda. A implementação do programa está fundamentada em eixos estratégicos da PNDR, que incluem:



6. Resolução nº 4 de 2024 do MIDR. O Programa busca ampliar o acesso a oportunidades de trabalho e renda, além de melhorar a infraestrutura econômica e urbana das cidades, incentivando o crescimento econômico das áreas mais afastadas do país.

As cidades da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia que fazem parte deste programa são:

Quadro 2 - Cidades intermediadoras na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia

	Microrregião	Municípios	Tipologia Sub-regional (PNDR)
AC	Cruzeiro do Sul	Marechal Thaumaturgo	Baixa Renda e Baixo Dinamismo
		Rodrigues Alves	Baixa Renda e Baixo Dinamismo
		Porto Walter	Baixa Renda e Baixo Dinamismo
		Mâncio Lima	Média Renda e Alto Dinamismo
		Cruzeiro do Sul	Média Renda e Médio Dinamismo
AM	Alto Solimões	Jutaí	Baixa Renda e Alto Dinamismo
	Japurá	Japurá	Baixa Renda e Alto Dinamismo
AP	Amapá	Pracuúba	Baixa Renda e Médio Dinamismo
		Amapá	Média Renda e Alto Dinamismo
	Oiapoque	Calçoene	Média Renda e Alto Dinamismo
		Oiapoque	Média Renda e Baixo Dinamismo
RO	Alvorada D'Oeste	Alvorada D'Oeste	Média Renda e Médio Dinamismo
		São Miguel do Guaporé	Média Renda e Médio Dinamismo
		Seringueiras	Média Renda e Médio Dinamismo
	Guajará-Mirim	Costa Marques	Média Renda e Baixo Dinamismo
		São Miguel do Guaporé	Média Renda e Baixo Dinamismo
RR	Sudeste de Roraima	Rorainópolis	Baixa Renda e Alto Dinamismo
		Caroebe	Média Renda e Médio Dinamismo
		São Luiz	Média Renda e Médio Dinamismo
		São João da Baliza	Média Renda e Médio Dinamismo

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de PNDR, 2024.

Integrações Transfronteiriças

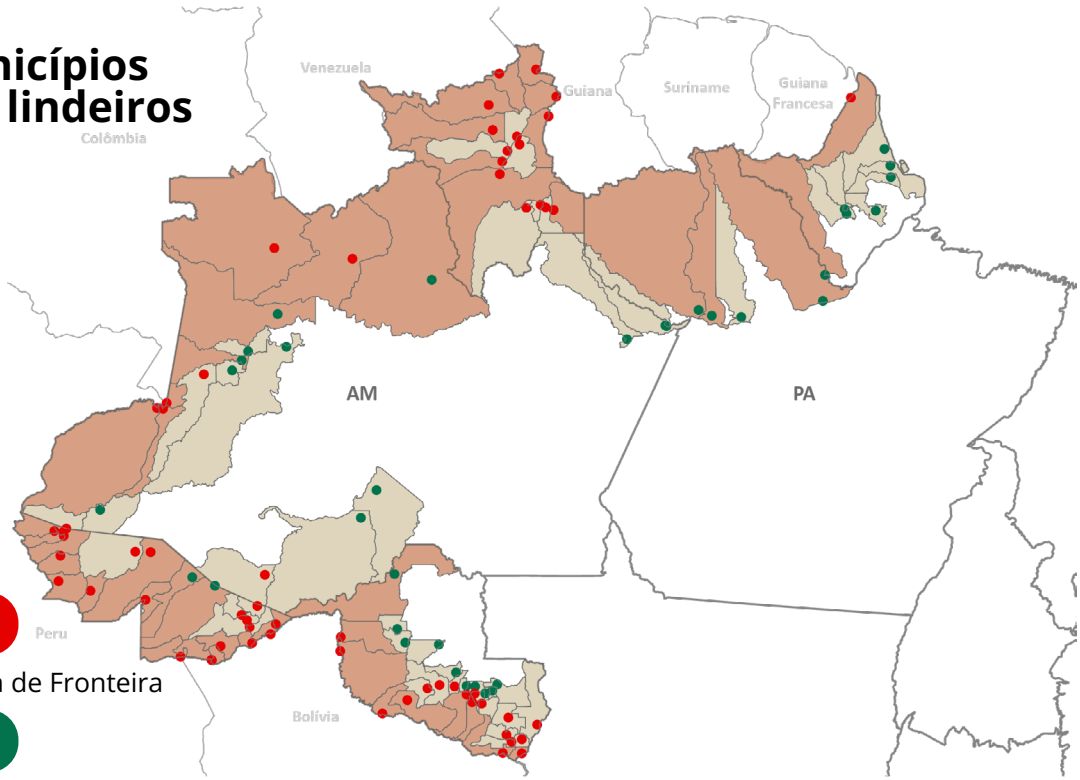
Os municípios situados na Faixa de Fronteira podem ser classificados ainda segundo sua relação territorial e urbana com a linha internacional, orientando-se pelo nível de interação dos municípios com a fronteira.

Nesse sentido há os chamados municípios lindeiros, aqueles que possuem limites que coincidem com a linha de fronteira internacional, e os não lindeiros, que, embora mais afastados, ainda estão inseridos na Faixa de Fronteira. Os municípios podem ser subdivididos também entre aqueles que tem a sede municipal dentro da Faixa de Fronteira e aqueles que tem a sede municipal fora da Faixa de Fronteira. Enquanto os municípios lindeiros lidam mais diretamente com questões específicas de controle de fronteira, os não lindeiros, por sua localização remota e baixa densidade demográfica, enfrentam dificuldades de integração e acesso às políticas públicas.

Municípios Lindeiros e Não Lindeiros da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia

48 municípios lindeiros

49 municípios não lindeiros



32 Cidades
Com sede na Faixa de Fronteira

65 Cidades
Com sede fora da Faixa de Fronteira

Se a Faixa de Fronteira é brasileira, a zona de fronteira é, em cada trecho, pelo menos binacional, envolvendo jurisdições e contextos dos países vizinhos. Zonas de fronteira são as áreas territoriais de cada lado do limite internacional, caracterizadas por interações que, embora internacionais, criam um meio geográfico próprio de fronteira, perceptível na escala local/regional das relações transfronteiriças, exemplificadas pelas cidades-gêmeas. Embora o Brasil não exerça jurisdição sobre o lado externo da zona de fronteira, as relações com países vizinhos demandam cooperação diplomática e iniciativas integradoras para tratar de questões como comércio, migração, segurança e turismo (MACHADO *et al*., 2007)[7].

Conforme a última atualização da Portaria MIDR nº 2.507, de 5 de outubro de 2021:

> *Art. 1º Serão considerados cidades gêmeas os Municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial deintegração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações "condensadas" dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.*
> *Art. 2º Não serão consideradas cidades gêmeas aquelas que apresentem, individualmente, população inferior a dois mil habitantes*

Devido às condições da fronteira amazônica, caracterizada pela presença massiva de áreas de preservação e comunidades indígenas possuindo baixo grau de povoamento, a fronteira do Arco Norte e Rondônia possui apenas nove cidades-gêmeas com outras de países vizinhos[8], com as quais mantém trocas e interações cotidianas[9]. A maioria está localizada no Acre, que possui quatro cidades-gêmeas sendo, Pará é o único Estado que não possui nenhuma.

As cidades vizinhas dos países fronteiriços do Brasil possuem populações diversas e culturalmente ricas. Essa diversidade populacional gera desafios e oportunidades para a integração e o desenvolvimento das cidades-gêmeas. Aspectos como bilinguismo, práticas culturais e cooperação econômica são fundamentais para a convivência harmoniosa e o crescimento conjunto das regiões fronteiriças.

---

7. MACHADO, L. O. *et al*. "O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual metodológica". In: OLIVEIRA, T. C. M. (Org.). Território sem Limites. Estudos sobre Fronteiras. Campo Grande: Editora da UFMS, 2007.
8. Atualmente, o país possui 33 cidades-gêmeas. Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul são os Estados que concentram o maior número. No entanto, a maior cidade-gêmea é Foz do Iguaçu, que está localizada no Paraná.
9. De acordo com as classificações de Regiões de Influência das Cidades - REGIC - do IBGE (2018), "*arranjo populacional é o agrupamento de dois ou mais municípios onde há uma forte integração populacional devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre as manchas urbanizadas principais*". Na Faixa de Fronteira amazônica, há seis Arranjos Populacionais Internacionais (APIs) identificados: APIs de Guajará-Mirim/Brasil - Guayaramerín/ Bolívia, Assis Brasil/Brasil, Cobija/Bolívia - Brasiléia/ Brasil, Tabatinga/Brasil - Letícia/Colômbia, Bonfim/Brasil - Ireng/Guiana, Oiapoque/Brasil.

Sobre as dinâmicas ocorrentes no lado externo da zona de fronteira, o Brasil não tem jurisdição. Mas, sobre essas dinâmicas o país deve buscar cooperação diplomática e posicionamento programático e produtivo. Além de atributos comuns a outras frações do território nacional como, por exemplo, nas questões socioambientais, uma das particularidades da fronteira são as questões de defesa nacional e a exposição tênue e vulnerável a crimes transfronteiriços. Tudo isso exige políticas, estratégias e estruturas de governança que favoreçam o desenvolvimento sustentável e ampliem a integração regional, garantindo qualidade de vida para as populações que compartilham essas regiões fronteiriças, ao mesmo tempo sem fragilizar o interesse nacional.



Foto: Ruth Jucá/ADS

Os municípios acreanos de **Brasiléia** e **Epitaciolândia (AC)** integram um contínuo urbano binacional com **Cobija (Bolívia)**, consolidando uma dinâmica territorial, econômica e social peculiar. São classificadas pela Regic (IBGE, 2018) como Centros Sub-regionais B (3B) e desempenham funções de articulação regional, enquanto a capital Rio Branco concentra atividades administrativas e econômicas de maior complexidade. Brasiléia e Epitaciolândia integram o Arranjo Populacional (AP) Cobija/Bolívia-Brasiléia/Brasil, refletindo o caráter transfronteiriço e o papel de Cobija como um polo econômico e comercial de influência sub-regional.

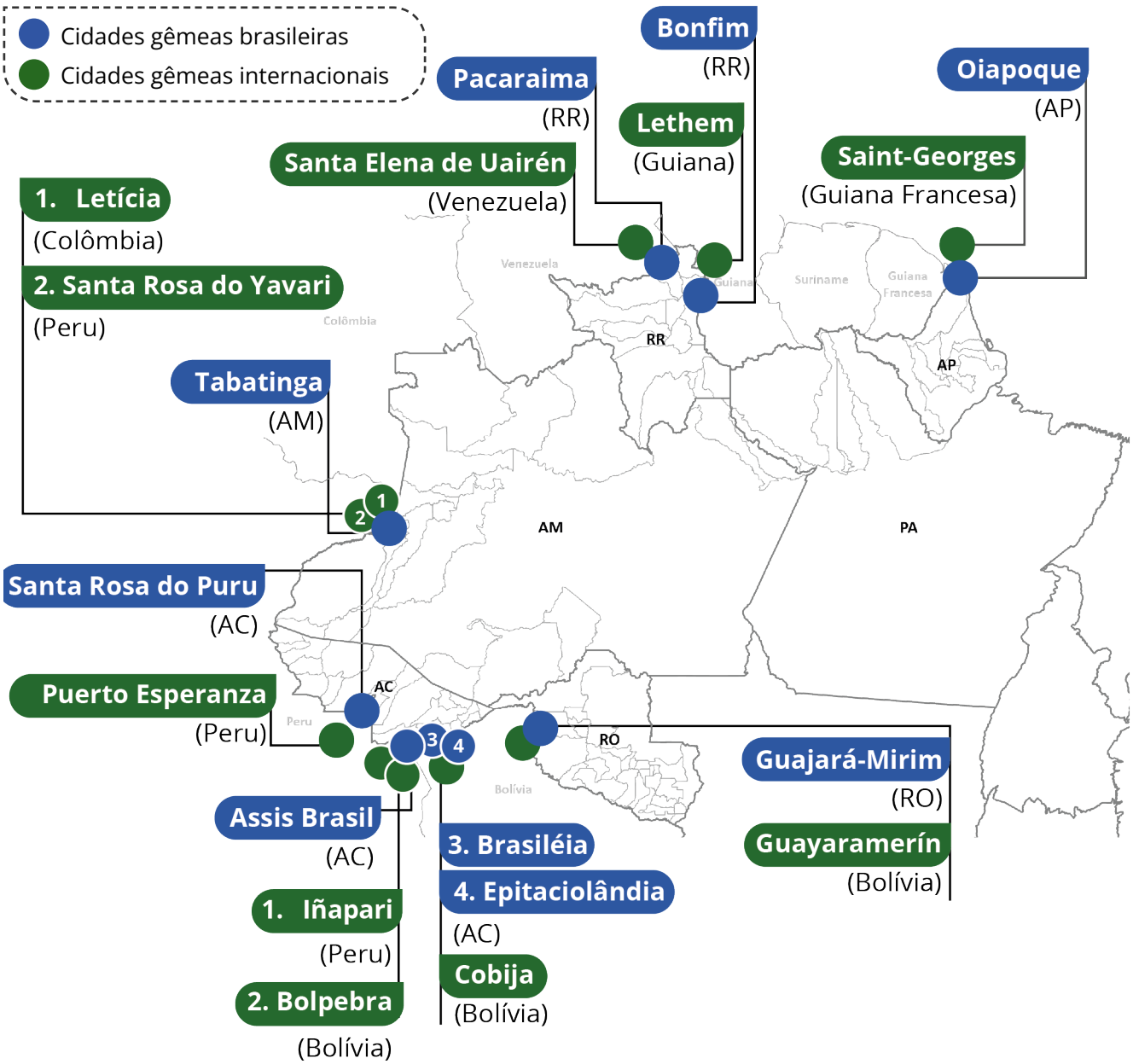
Assis Brasil (AC), que forma uma conurbação com **Iñapari (Peru)** e **Bolpebra (Bolívia)**, ocupa posição estratégica na BR-317, conectando o Brasil ao Peru. **Santa Rosa do Purus (AC)** forma cidade-gêmea com o povoado de **Palestina (Peru)**, que faz parte do distrito de Puerto Esperanza, no departamento de Ucayali.

Pacaraima (RR) possui localização estratégica na fronteira com a Venezuela, com a cidade de **Santa Helena de Uairén (Venezuela).** Essa posição confere ao município um papel central nos fluxos migratórios, no comércio transfronteiriço e na prestação de serviços, fortalecendo sua relevância regional. **Bonfim (RR)**, por outro lado, mantém interações importantes com **Lethem (Guiana)**, embora em escala mais discreta, refletindo um padrão de conectividade transfronteiriça menos intenso (Silva, 2017).

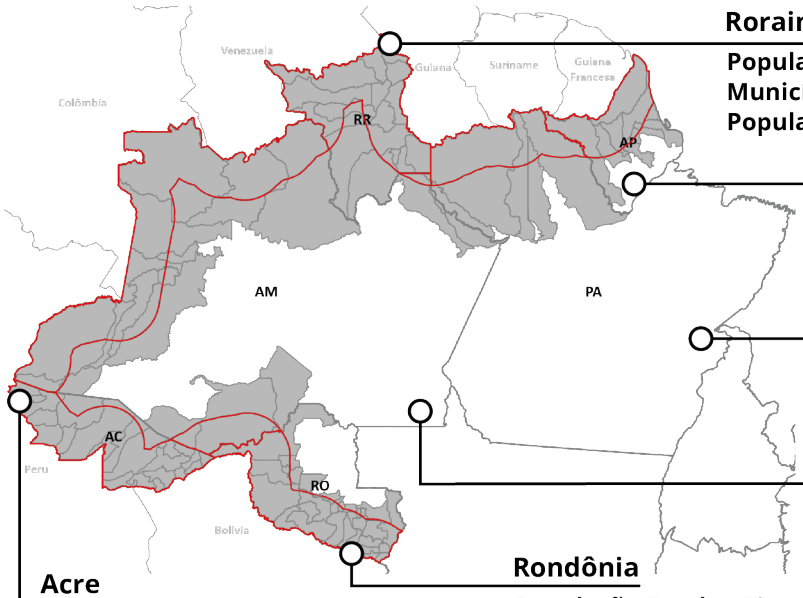
Tabatinga (AM) está inserida em uma rede única de interações transnacionais, marcada por trocas culturais, econômicas e sociais numa localização estratégica na tríplice fronteira entre Brasil, **Colômbia (Letícia)** e **Peru (Santa Rosa de Yavari)**. Nesse contexto, o Rio Solimões desempenha um papel fundamental como principal corredor de integração, conectando comunidades indígenas, centros urbanos e países vizinhos, além de viabilizar o fluxo de bens, serviços e pessoas, consolidando a relevância da sub-região no coração da Amazônia. As cidades de Tabatinga e Letícia possuem um acordo de Zona Regime Especial Fronteiriço, criado em 2008, com decreto de regulamentação em 2015, que estabelece um regime especial aplicado ao comércio de mercadorias para consumo ou comercialização na área fronteiriça.

Guajará-Mirim (RO) forma uma cidade-gêmea com **Guayaramerín (Bolívia)** . Essa relação binacional é marcada por intensos fluxos comerciais, culturais e sociais, que reforçam a integração entre os dois países. A cidade concentra seus equipamentos urbanos em torno da Avenida 15 de Novembro, que conecta a zona portuária ao rio Madeira-Mamoré, consolidando seu papel como ponto estratégico de integração transfronteiriça com o departamento boliviano de Beni. A despeito de sua relevância histórica e estratégica, Guajará-Mirim, é classificada pela Regic (IBGE, 2018) como Centro Local. Essa classificação reflete uma influência limitada, com forte dependência estrutural da capital estadual para acesso a serviços, mercados e infraestrutura.

Oiapoque (AP) tem como cidade-gêmea **Saint-Georges-de-l'Oyapock (Guiana Francesa)**. Ligadas pelo Rio Oiapoque, essas cidades expressam dinâmicas sociais, econômicas e culturais fortemente interdependentes, marcadas por fluxos cotidianos e por desafios comuns relacionados à infraestrutura, à integração territorial e à provisão de serviços públicos.



Caracterização Sociodemográfica



Roraima
População Total: 636.707
Municípios Fronteiriços: 15
População Fronteiriça: 636.707 | 100%

Amapá
População Total: 733.759
Municípios Fronteiriços: 8
População Fronteiriça: 109.140 | 14,87%

Pará
População Total: 8.120.131
Municípios Fronteiriços: 5
População Fronteiriça: 232.908 | 2,87%

Amazonas
População Total: 3.941.613
Municípios Fronteiriços: 19
População Fronteiriça: 504.450 | 12,79%

Rondônia
População Total: 1.581.196
Municípios Fronteiriços: 28
População Fronteiriça: 964.355 | 60,99%

Acre
População Total: 830.018
Municípios Fronteiriços: 22
População Fronteiriça: 830.018 | 100%

CONSIDERE

Um aspecto relevante a se observar na análise populacional é a vasta extensão territorial de muitos municípios na área de fronteira, que, em alguns casos, supera a área de estados brasileiros ou até mesmo de países inteiros. Em algumas regiões, a dimensão municipal ultrapassa 700 km de largura, sendo bem superior à faixa de fronteira brasileira. Exemplo disso é o Estado do Pará que conta com apenas cinco municípios na Faixa de Fronteira, sendo que nenhum deles possui sua sede municipal dentro desta. A distância das sedes desses municípios até a faixa é, inclusive, mais distante que a própria largura da faixa, com seus 150 km.

A partir da tabela, é possível observar que dos 97 municípios, apenas 15 possuem sede na linha de fronteira e outros 47 possuem sede na Faixa de Fronteira, sendo que destes 24 são em municípios não lindeiros. Se olharmos os dados populacionais por setor censitário, isso significa que, da população total dos municípios da Faixa de Fronteira, somente 2.115.203 habitantes estariam de fato nesta inseridos, o que corresponde a 64,5% do total.

Tabela 1 - População municípios lindeiros e não-lindeiros da Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia

Estados	Municípios Lindeiros						Municípios Não Lindeiros			
	Com sede na Linha de Fronteira		Com sede dentro da Faixa de Fronteira		Com sede fora da Faixa de Fronteira		Com sede dentro da Faixa de Fronteira		Com sede fora da Faixa de Fronteira	
	Total	Pop.	Total	Pop.	Total	Pop.	Total	Pop.	Total	Pop.
Acre	5	76.140	10	241.252	2	53.339	5	459.287	0	0
Amapá	1	27.482	0	0	1	35.114	0	0	6	46.544
Amazonas	3	119.726	2	65.959	3	55.903	3	82.229	8	180.633
Roraima	3	47.214	6	90.410	0	0	6	499.083	0	0
Pará	0	0	0	0	3	154.803	0	0	2	78.105
Rondônia	3	54.170	5	80.054	1	460.434	10	204.257	9	165.440
Total	**15**	**324.732**	**23**	**477.675**	**10**	**759.593**	**24**	**1.244.856**	**25**	**470.722**

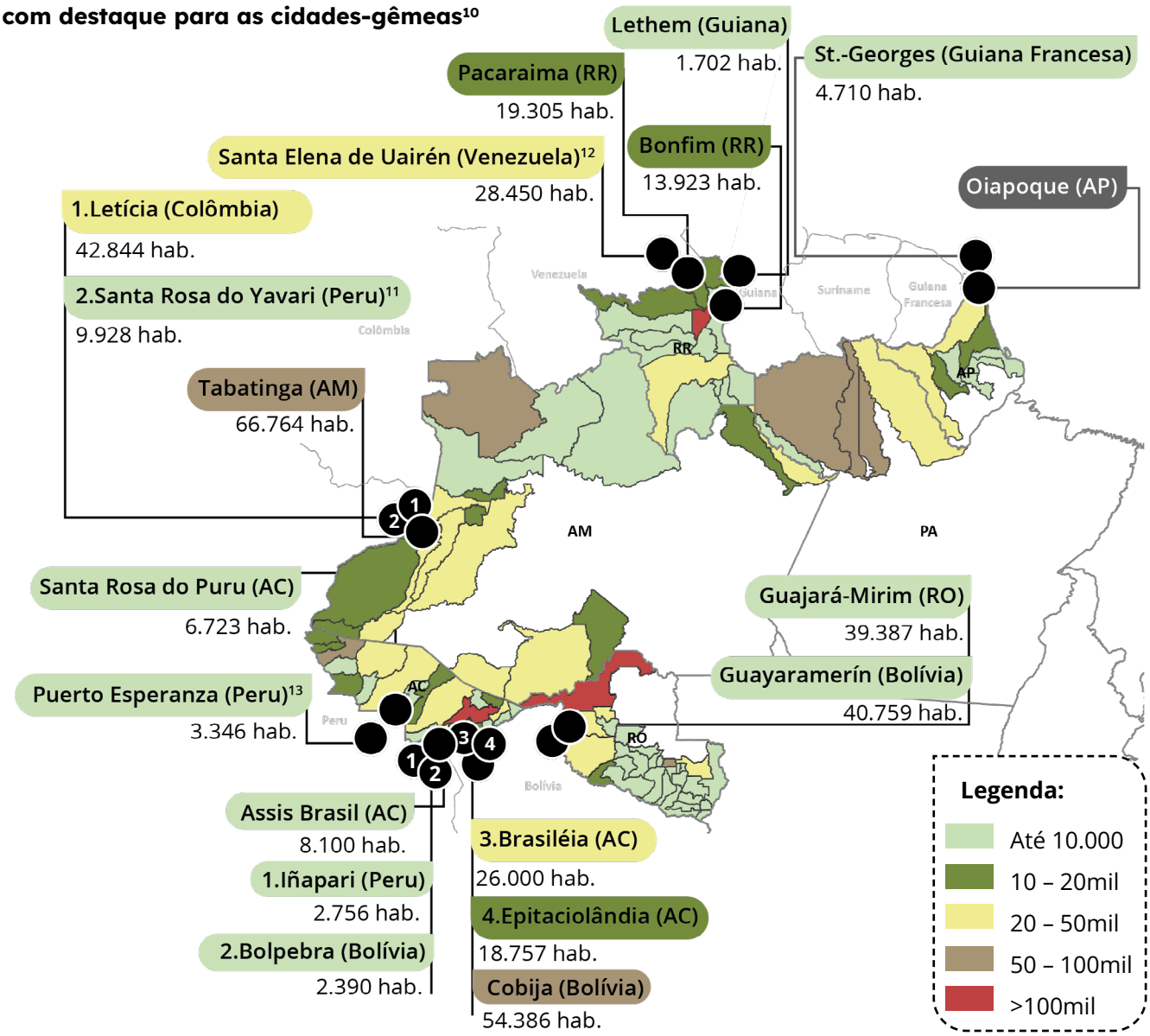
Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir dos dados Censo IBGE, 2022.

Quando analisamos os dados populacionais dos municípios, observa-se que apenas as Capitais - Porto Velho (RO), Rio Branco (AC) e Boa Vista (RR) - possuem população acima de 100.000 habitantes. Tabatinga (AM), São Gabriel da Cachoeira (AM), Cruzeiro do Sul (AC) e Vilhena (RO) são as cidades fronteiriças que possuem mais de 50.000 habitantes. No Pará, apesar de Óbidos, Oriximiná e Alenquer possuírem mais de 50.000 habitantes, apenas 2.624 habitantes se inscrevem em setores censitários que integram a Faixa de Fronteira.

Nas cidades-gêmeas, além de considerar a população fronteiriça brasileira, buscou-se analisar também dados populacionais das cidades internacionais. A partir dos dados mais recentes de Censo dos países vizinhos, Cobija, na Bolívia, aparece como a maior cidade-gêmea internacional, possuindo mais de 50.000 habitantes. As cidades-gêmeas de Brasiléia e Epitaciolândia, que fazem fronteira com Cobija, nesse cenário de estimativas, totalizariam 44.757 pessoas.

Outro destaque é para o caso de Guajará-Mirim (RO) e Guayaramerin (Bolívia) que apresentam certo equilíbrio populacional. Juntas as cidades somam 80.146 habitantes. Lethem (Guiana) aparece como a menor cidade-gêmea internacional. Vale destacar, no entanto, que o dado mais recente disponibilizado pela Guiana é de 2012, o que impossibilita compreender a situação populacional atual pelos dados secundários.

População dos municípios que compõem a Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia com destaque para as cidades-gêmeas[10]



10. Segundo dados do Censo: Brasil, 2022; Bolívia, 2024; França, 2022; Colômbia,2018; Peru, 2017; Guiana, 2012; Venezuela, 2011.
11. Santa Rosa é uma pequena ilha sobre o rio Solimões, localizada no distrito de Yavari, na província de Ramón Castilha, circunscrita ao departamento de Loreto.
12. Santa Elena de Uairén é uma localidade dentro do distrito chamado Gran Sabana, que pertence ao Estado de Bolívar, não sendo possível identificar a população da localidade que corresponde à cidade-gêmea.
13. Puerto Esperanza é uma localidade do distrito de Purus. O dado disponibilizado do Censo refere-se à população total do distrito, não sendo possível identificar a população da localidade que corresponde à cidade-gêmea.

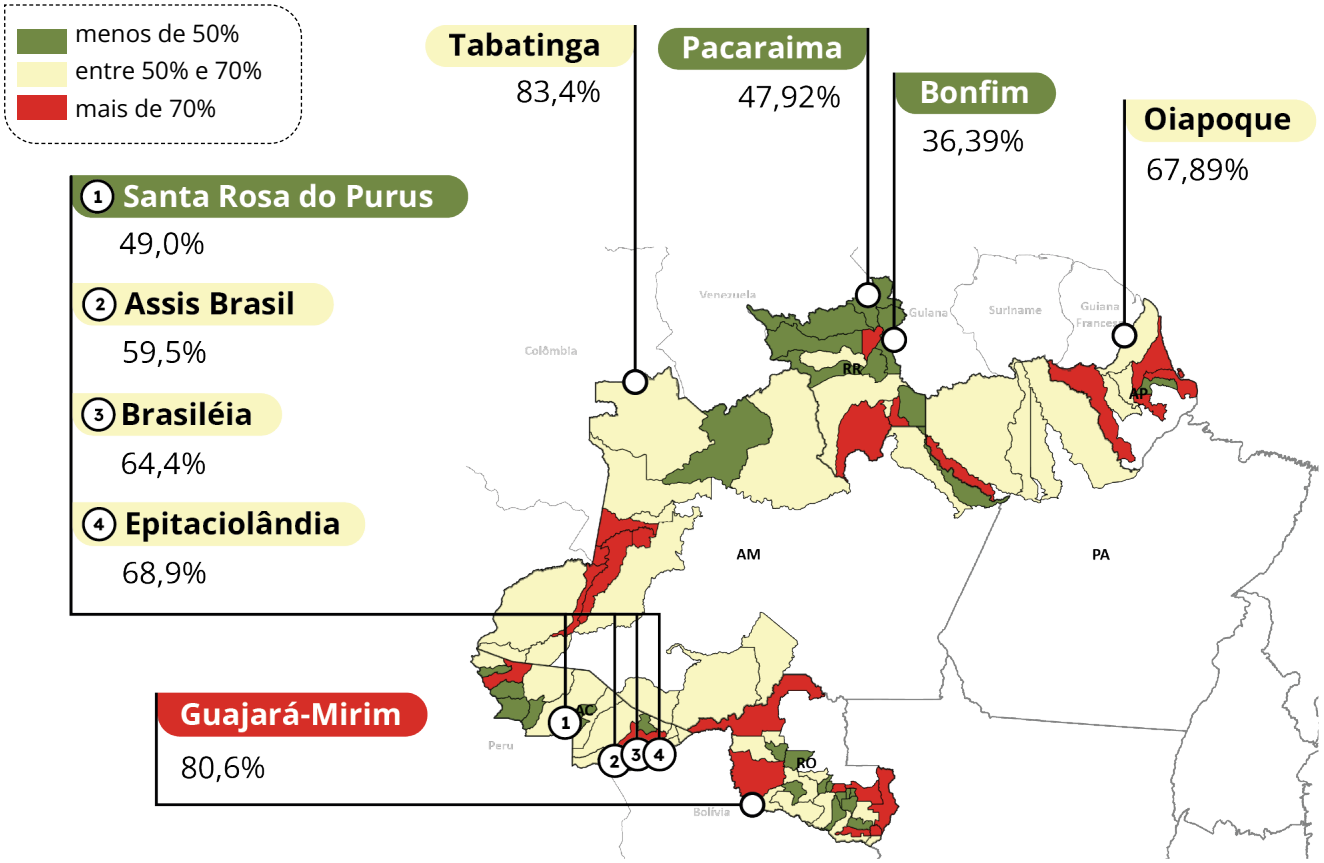
Grau de Urbanização

As Capitais incluídas na Faixa de Fronteira amazônica que apresentam o maior grau de urbanização são:

Boa Vista com 97,3% | **Rio Branco com 95,3%** | **Porto Velho com 92,6%**

Dentre as cidades-gêmeas, Tabatinga/AM é aquela que apresenta maior taxa de urbanização (83,4%) e, junto com Letícia (Colômbia), exerce influência de alcance regional. Guajará-Mirim/RO detém a segunda posição (80,6%), mantendo com Guayaramerín, na Bolívia, importante área de integração comercial e cultural com intensa troca de mercadorias e fluxo de pessoas. Isso porque, apesar das características predominantemente naturais e pouco urbanizadas do território, a concentração dos serviços essenciais, infraestrutura e atividades econômicas na Sede municipal a tornam o principal polo de desenvolvimento local.

Grau de urbanização dos municípios que compõem a Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia com destaque para as cidades-gêmeas



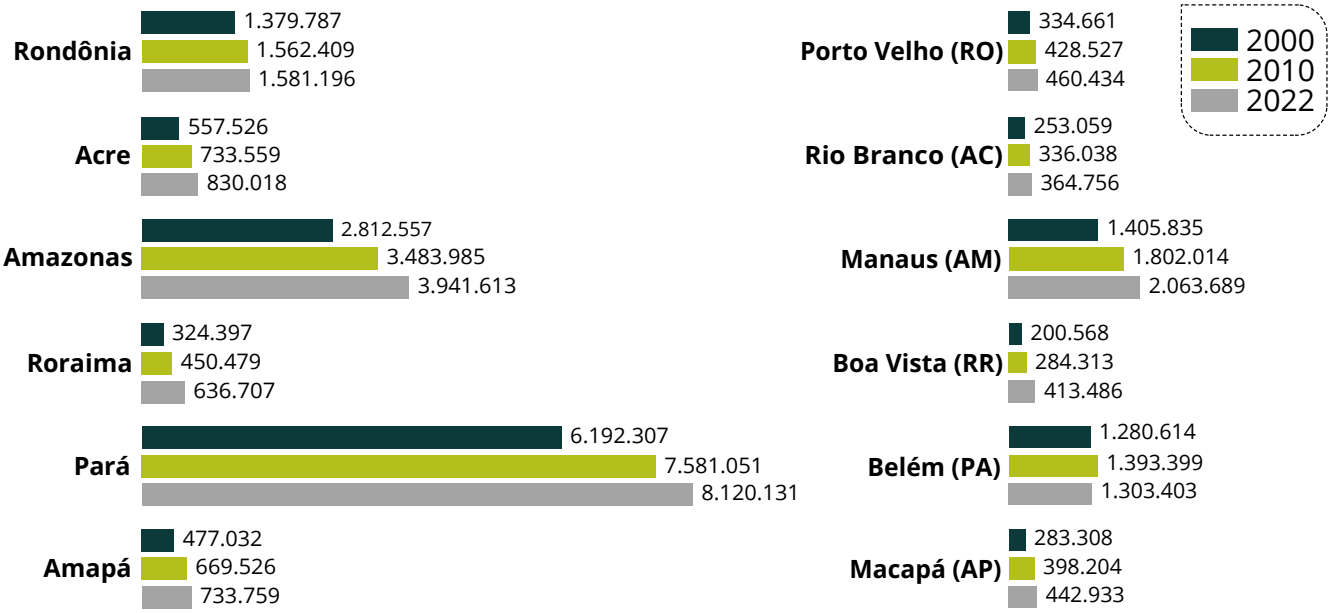
Dinâmicas demográficas

As dinâmicas demográficas na Faixa de Fronteira são influenciadas por uma variedade de fatores, que vão desde o desenvolvimento econômico, a expansão agropecuária e a urbanização, até as políticas públicas e os desafios ambientais.

Numa avaliação por Estado, é possível verificar que aquele com maior crescimento absoluto nas últimas décadas é o Pará, que passou de 6.192.307 hab em 2000 para 8.120.131 hab em 2024. Já em termos percentuais, os maiores crescimentos se deram no Amapá entre 2000 e 2010 (40%) e em Roraima entre 2010 e 2022 (41%).

Nas capitais que se encontram na Faixa de Fronteira, Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC) apresentaram aumento considerável entre as décadas 2000-2010 e Boa Vista (RR) cresceu 45% no período 2010-2022, na contramão das tendências demográficas do país, em parte por conta da migração venezuelana.

Gráfico 1 - Crescimento populacional Estados e Capitais da Fronteira do Arco Norte e Rondônia (habitantes)

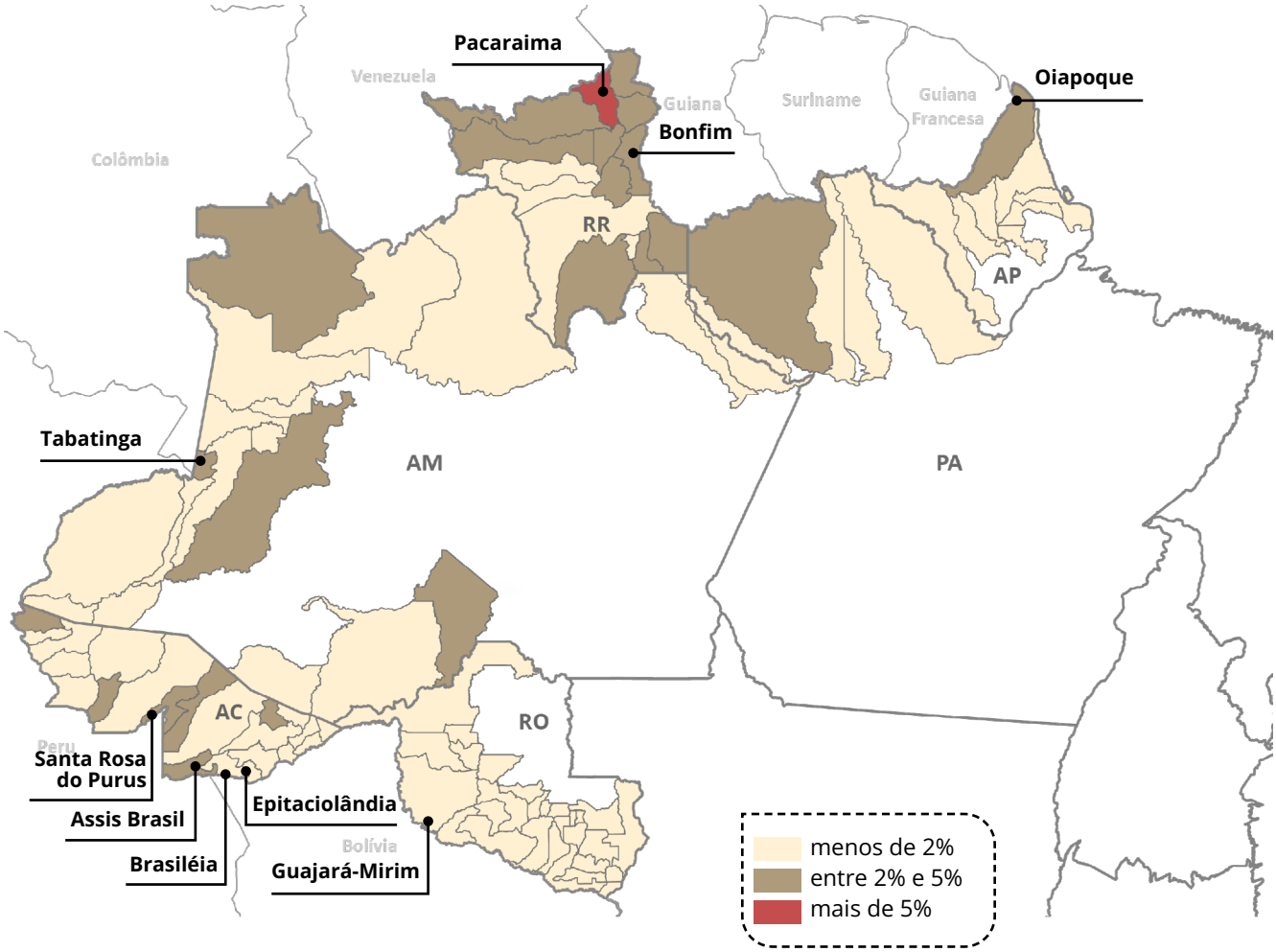


Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir do Censo IBGE, 2022.

Em geral, os municípios brasileiros da fronteira ganharam, em maior ou menor grau, população nas últimas décadas. A exceção se dá no Estado de Rondônia, pela considerável perda de população em diversos municípios. O maior decréscimo é observado em Campo Novo de Rondônia, que em termos percentuais perdeu 30% da população no período de 2010 a 2022.

Em Roraima, chama atenção o crescimento expressivo de 85% da população entre 2010-2022 em Pacaraima, ainda que em números absolutos o crescimento não passe de 20 mil habitantes. Porta de entrada de imigrantes venezuelanos no país, o Município passou de 10.433 hab em 2010 para 19.305 hab em 2022, com taxa de crescimento anual de 5,26% ao ano, o maior crescimento anual da área estudada.

Taxa de crescimento anual da população dos municípios que compõem a Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia com destaque para as cidades-gêmeas (2010-2022)



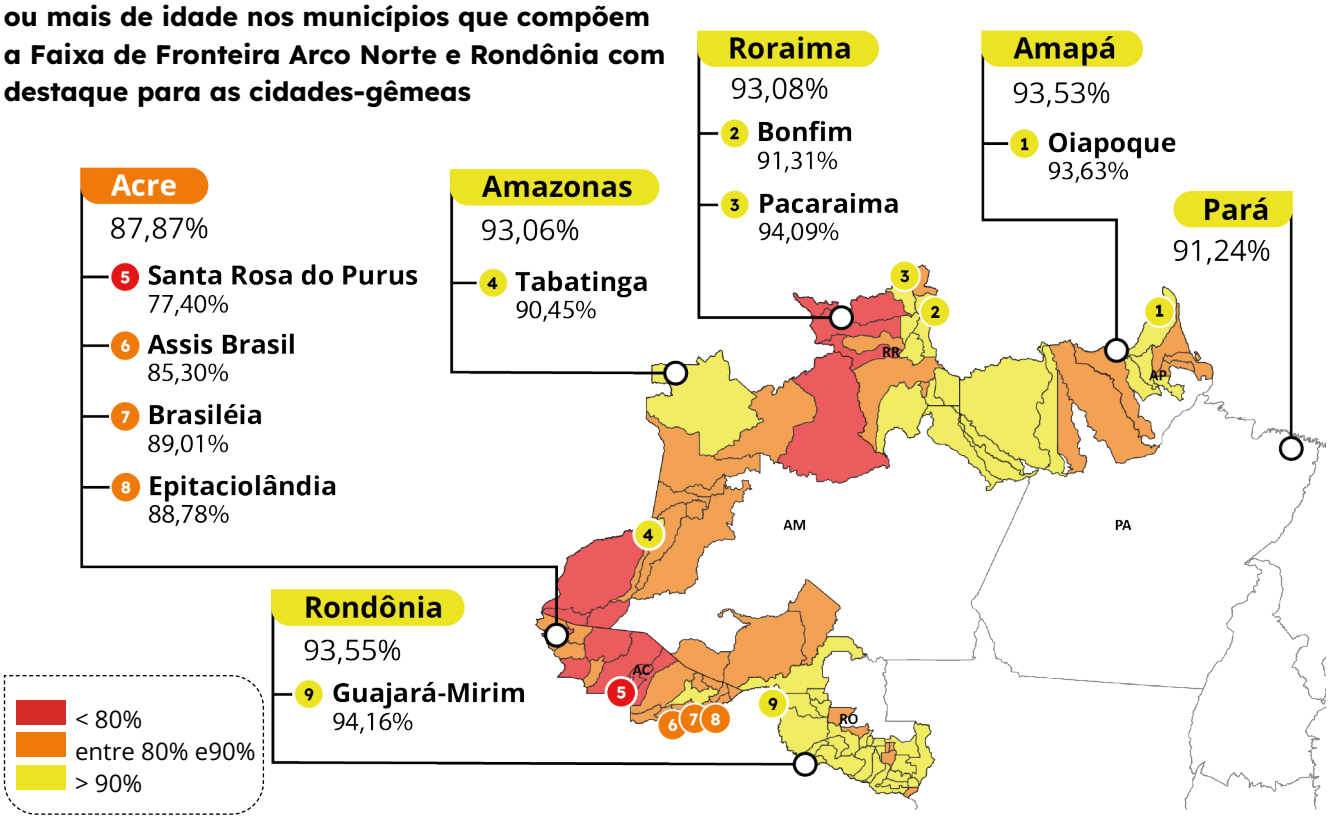
Alfabetização

De acordo com os dados do Censo Demográfico IBGE 2022, as taxas de alfabetização para a população com 15 anos ou mais nos estados da Faixa de Fronteira amazônica atingem a média brasileira de 93% da população alfabetizada. No Acre, porém, os dados mostram que 73.835 pessoas (12,1%) nessa faixa etária no Estado não sabem ler ou escrever.

Embora tenha havido redução em relação ao Censo de 2010 (16,6%), o Acre ainda apresenta a maior taxa de analfabetismo da região. Municípios como Marechal Thaumaturgo, Feijó, Manoela Urbano, Tarauacá e Rodrigues Alves apresentam menos de 80% da população alfabetizada. Vale destacar que, numa análise por municípios, Alto Alegre e Amaraji em Roraima são os que apresentam as menores taxas de alfabetização, com 63,19% e 68,17%, respectivamente.

Com relação às cidades-gêmeas, também no Acre é onde se observa as menores taxas de alfabetização. Santa Rosa do Purus (AC) tem o menor percentual de alfabetização (77,4%) enquanto em Guajará-Mirim, 94,16% da população com mais de 15 anos está alfabetizada.

Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade nos municípios que compõem a Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia com destaque para as cidades-gêmeas



Análise por Eixos Temáticos

O processo de elaboração das bases dos PDIFFs pretende contribuir para o avanço na implementação das agendas integradas de desenvolvimento regional com foco em sustentabilidade, inovação e na cooperação com os países vizinhos em setores estratégicos como Bioeconomia, TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) e Economia Circular (energias renováveis, gestão de resíduos e recursos hídricos), conforme orientação do Programa Fronteira Integrada do MIDR. Desta forma, para organização deste trabalho, a análise dos territórios de fronteira se deu a partir de cinco grandes eixos temáticos: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática; Infraestrutura para o Desenvolvimento; Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social; Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais; Integração Regional, Migrações e Segurança.

Esta organização permite uma abordagem quali-quantitativa que considera diferentes dinâmicas socioeconômicas e condicionantes ambientais. A dimensão quantitativa concentrou-se na análise de dados obtidos em fontes institucionais, enquanto a dimensão qualitativa buscou interpretar as dinâmicas socioespaciais, fornecendo um panorama sobre os fenômenos observados.

Exatamente pelo seu caráter de subsídio, o diagnóstico por eixos temáticos foi construído como um panorama geral, mais do que um diagnóstico aprofundado dos temas envolvidos. Buscou-se operar em diferentes escalas simultaneamente, de modo a compreender os diferentes processos e os impactos locais, bem como oferecer subsídios para se pensar políticas públicas integradas a investimentos estruturantes que equilibrem o desenvolvimento econômico com a inclusão social e a preservação ambiental, respeitando as especificidades de cada território. No âmbito regional, alguns aspectos merecem destaque e são a seguir relacionados.

Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Com grande extensão, a faixa de fronteira amazônica abriga uma diversidade de usos, desde áreas protegidas destinadas à conservação ambiental até territórios pressionados por atividades ilegais e expansão urbana desordenada. Compreender as dinâmicas de acesso, uso e gestão da terra é essencial para a formulação e implementação de políticas públicas.

A predominância de espaços territoriais especialmente protegidos, os entraves na regularização fundiária, as inconsistências no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a crescente pressão agropecuária criam um cenário de disputa pelo território da fronteira amazônica. Um dos desafios centrais está na gestão dos territórios protegidos, especialmente nas Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs), que ocupam parcelas expressivas da Faixa de Fronteira e estão sob constante pressão de atividades ilegais, incluindo grilagem de terras, garimpo, exploração madeireira e limitações político-institucionais que comprometem a fiscalização e o monitoramento efetivo desses territórios.

A heterogeneidade na regularização ambiental e a falta de articulação entre marcos regulatórios agravam esse cenário. A persistência das sobreposições no Cadastro Ambiental Rural (CAR) que, em alguns casos, ultrapassam a própria extensão territorial dos municípios, ressaltam a necessidade de maior rigor na verificação das informações declaradas. Essas sobreposições podem revelar conflitos fundiários latentes e, em alguns casos, indícios de grilagem de terras. Nesse sentido, o CAR desempenha um papel relevante ao expor essas inconsistências, reforçando a importância do aprimoramento nos processos de validação e integração com outras bases de dados fundiários e ambientais.

Pode-se dizer, ainda, que os dados sugerem forte correlação entre a expansão agropecuária, o avanço da fronteira agrícola e o aumento das emissões de gases de efeito estufa (GEE). A conversão de áreas florestais em pastagens e monoculturas contribui diretamente para o desmatamento e a intensificação das emissões de carbono, tornando necessária a adoção de estratégias que conciliem produção agropecuária e preservação ambiental. Esse vínculo reforça a importância de integrar políticas de ordenamento territorial com ações de gestão climática, garantindo que o desenvolvimento econômico ocorra de forma sustentável e alinhada aos compromissos ambientais internacionais do país. Os Municípios em estudo têm capacidade muito baixa para a implementação de programas ou ações de prevenção contra impactos dos fenômenos climáticos.

Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT)

A **PNOT** tem como objetivo promover a resiliência territorial, que envolve a adaptação dos territórios a mudanças sociais, econômicas e ambientais. Também busca incentivar a contratualização territorial, uma abordagem inovadora que impulsiona pactos e acordos entre diferentes agentes para alinhar interesses e estratégias de atuação. A PNOT está em processo de elaboração por um Grupo Interministerial, instituído em 2024 pelo Decreto no 11.920, de 14 de fevereiro de 2024, que tem o prazo de dois anos para elaborar a proposta e propor o modelo de governança para a implementação dessa política.

Saiba mais:

Infraestrutura para o Desenvolvimento

A implantação de infraestruturas na Faixa de Fronteira amazônica abre oportunidades para dinamizar a economia local, impulsionar o escoamento da produção da região e promover maior integração com os países vizinhos. No entanto, o planejamento e os investimentos em infraestrutura devem ser conduzidos de forma criteriosa, de modo a garantir os direitos das comunidades locais e sem comprometer a sociobiodiversidade. Deve-se considerar que a Floresta em pé é um ativo local para o desenvolvimento da região amazônica.

A infraestrutura de transportes e logística desempenha importante atribuição na integração da região com o restante do Brasil e com os mercados internacionais. Para além do transporte rodoviário, os modais fluvial e aéreo assumem função central na conectividade da região, viabilizando o deslocamento de pessoas e o escoamento de mercadorias em áreas de difícil acesso, marcadas por grandes distâncias e baixa densidade, além de garantirem maior agilidade no acesso a serviços essenciais e na integração com centros urbanos mais dinâmicos.

No que se refere à infraestrutura energética, apesar dos avanços na Região Norte, ainda persistem assimetrias territoriais, especialmente em áreas remotas, onde predominam sistemas isolados e soluções de menor escala. As infraestruturas de comunicação também enfrentam limitações, sobretudo quanto à cobertura e à qualidade dos serviços em regiões rurais e de difícil acesso, o que restringe a conectividade e o acesso a oportunidades.

No campo do saneamento, os desafios são ainda mais estruturais, com déficits significativos na oferta de água tratada, esgotamento sanitário e a predominância de lixões como forma de destinação final dos resíduos sólidos. Esse cenário evidencia a necessidade de maior articulação entre políticas públicas, planejamento integrado e investimentos direcionados, considerando, sobretudo, a natureza transfronteiriça de parte desses problemas, que demandam soluções coordenadas entre estados e países vizinhos.

Rotas de Integração Sul-Americana

As Rotas são um projeto do Governo Federal, desenhado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), para conectar o Brasil aos vizinhos, reduzir custos logísticos e facilitar o acesso à Ásia pelo Pacífico. Aprovadas no Consenso de Brasília (2023), visam integrar a infraestrutura física e digital, impulsionando o comércio e desenvolvimento regional. São elas:

- **Rota 1 - Ilha das Guianas:** compõe-se de rodovias e hidrovias. Inclui os estados de Roraima e Amapá, no total, além de parte dos estados Amazonas e Pará. Abarca Guiana Francesa, Suriname, Guiana e Venezuela.
- **Rota 2 - Amazônica:** Integra o estado do Amazonas ao Peru, Colômbia e Equador, utilizando rodovias e hidrovias (Rios Amazonas e Solimões).
- **Rota 3 - Quadrante Rondon:** Liga Acre, Rondônia e parte dos estados do Amazonas, do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul à Bolívia, Peru e norte do Chile.
- **Rota 4 - Bioceânica Centro-Oeste:** Conecta Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, via Paraguai e Argentina, ao Chile, facilitando o acesso ao Pacífico.
- **Rota 5 - Bioceânica do Sul:** Conecta Rio Grande do Sul e alguns trechos do sudeste de Santa Catarina ao Uruguai, Argentina e Chile.

Saiba mais:



Programa Norte Conectado

O Programa Norte Conectado tem a finalidade de expandir a infraestrutura de comunicações na Região Amazônica, por meio da implantação de cabos de fibra óptica subfluvial, visando atender à população e às políticas públicas de telecomunicações, educação, pesquisa, saúde, defesa e do judiciário. A implantação é baseada em uma infraestrutura de telecomunicações que interligará diversos municípios e localidades na Região Norte do país. Com isso, o Programa propõe ampliar o acesso à internet na região, com possibilidade de integração aos países vizinhos que compõem a Pan Amazônia.

Saiba mais:



Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

Diversas atividades socioeconômicas da Faixa de Fronteira amazônica estão vinculadas aos recursos naturais da floresta. Segmentos relacionados à bioeconomia constituem potencialidades econômicas da região como o extrativismo de produtos florestais madeireiros sob manejo sustentável e de produtos florestais não madeireiros - frutos, óleos, resinas e ervas, pesca de manejo sustentável, cultivo de lavouras permanentes, temporárias e a hortifruticultura. Pode-se considerar ainda o desenvolvimento de novos mercados, como medicinais, fármacos e cosméticos, associados à biodiversidade; o ecoturismo e o etnoturismo.

A importância socioeconômica desses produtos decorre da possibilidade de aproveitamento de elementos da cultura local, de comunidades e povos tradicionais, que podem integrar práticas tradicionais de agroextrativismo, respeitando a biodiversidade local, para gerar ganhos econômicos com inclusão produtiva, preservação e restauração ambiental. O desenvolvimento sustentável exige um equilíbrio entre o crescimento econômico, a conservação ambiental e a justiça social. Assim, o fomento às atividades produtivas sustentáveis, em especial a bioeconomia, surge como caminho para garantir que o aproveitamento dos recursos naturais ocorra de forma responsável e regenerativa.

Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio)

O PNDBio é o principal mecanismo de implementação da Estratégia Nacional de Bioeconomia, que visa coordenar políticas públicas para o desenvolvimento de cadeias produtivas baseadas em recursos biológicos, promovendo sustentabilidade, descarbonização e valorização da biodiversidade. A bioeconomia, conforme definida no decreto nº 12.044, de 5 de junho de 2024, é um modelo de desenvolvimento produtivo e econômico baseado em justiça, ética e inclusão, que utiliza recursos naturais de forma sustentável, regenerativa e conservacionista, integrando conhecimentos científicos e tradicionais. O PNDBio está organizado em três eixos: Sociobioeconomia e ativos ambientais; Bioindustrialização competitiva e Produção sustentável de biomassa.

Saiba mais:

Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Os povos e comunidades tradicionais no Brasil são reconhecidos por suas formas próprias de organização social e cultural, intimamente ligadas ao território e à natureza. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040/2007) define esses grupos como culturalmente diferenciados, com modos específicos de organização e uso dos recursos naturais para sua reprodução cultural, social, religiosa e econômica. Entre esses povos estão indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, extrativistas e outros, totalizando 28 segmentos.

Na faixa de fronteira do Arco Norte e em Rondônia, povos indígenas, comunidades quilombolas e populações extrativistas desempenham papel fundamental na preservação da sociobiodiversidade amazônica e na manutenção dos modos de vida tradicionais. A região abriga mais de 100 Terras Indígenas, onde vivem mais de 50 etnias, além de territórios quilombolas reconhecidos e comunidades extrativistas distribuídas em dezenas de unidades de conservação. O uso sustentável dos recursos naturais, por meio do extrativismo, da pesca artesanal e de práticas tradicionais, contribui para a geração de renda, o fortalecimento das economias locais e a permanência dessas populações em seus territórios.

A garantia dos direitos desses povos, reconhecidos por suas formas de organização social e cultural relacionadas aos seus vínculos com o território e com a natureza, constitui dimensão essencial para qualquer projeto comprometido com o desenvolvimento sustentável na Amazônia. No entanto, essas populações vêm enfrentando ameaças como o avanço do garimpo ilegal, desmatamento, exploração ilegal de recursos naturais e a presença do narcotráfico em suas terras, intensificando os conflitos e a violência na região. Apesar dessas garantias legais, as comunidades também enfrentam dificuldades na regularização de suas terras e na defesa de seus direitos. A proteção de seus modos de vida, práticas culturais e saberes tradicionais é, portanto, fundamental para a construção de um modelo de desenvolvimento socialmente justo.

Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto no 6.040, de 2007, tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

A PNGATI, instituída pelo Decreto nº 7.747/2012, visa proteger, recuperar e conservar os ecossistemas, garantindo o uso sustentável dos recursos naturais em terras indígenas. Ela fortalece a autonomia indígena, integra povos tradicionais e o Estado, e é essencial para o combate às mudanças climáticas. São sete eixos que estruturam os objetivos específicos da política: I – proteção territorial e dos recursos naturais; II- governança e participação indígena; III- áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas; IV-prevenção e recuperação de danos ambientais; V- uso sustentável dos recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas; VI- propriedade intelectual e patrimônio genético e VII- capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental.

Saiba mais:

Integração Regional, Migrações e Segurança

Interações entre países fronteiriços, ao mesmo tempo que facilitam os fluxos comerciais, políticos e culturais, envolvem o gerenciamento das migrações e questões de segurança. A análise das dinâmicas migratórias e dos contextos de violência e criminalidade é fundamental para compreender os desafios e oportunidades para a integração regional no contexto da fronteira amazônica.

A análise dos fluxos migratórios revela dinâmicas complexas impulsionadas por fatores econômicos, políticos e humanitários. Na última década, observou-se uma intensificação dos movimentos migratórios, especialmente relacionados à crise humanitária na Venezuela e ao impacto das políticas migratórias brasileiras. Roraima continua a ser a principal porta de entrada de migrantes venezuelanos, enquanto estados como Amapá e Pará apresentam padrões diferenciados, com um aumento da presença de

imigrantes de outros países da América Latina e de outras regiões do mundo, como Filipinas e Haiti. A predominância masculina, a diversidade de nacionalidades e o crescimento dos residentes temporários são tendências-chave que moldam a dinâmica migratória da região amazônica.

Há ainda desafios enfrentados na gestão das migrações, incluindo a necessidade de ampliação de políticas de acolhimento, interiorização e regularização migratória. O fortalecimento de redes de apoio interinstitucionais e a implementação de programas que garantam o acesso a serviços essenciais, como moradia, saúde, educação e trabalho, são medidas fundamentais para a promoção dos direitos humanos dos migrantes e refugiados.

Já os dados e indicadores analisados sobre a violência nos estados da Região Norte e seus municípios fronteiriços evidenciam um cenário marcado pela interdependência entre violência, migração e vulnerabilidade socioeconômica. A Região Norte do Brasil apresenta taxas historicamente elevadas de violência letal, com destaque para a interiorização dos homicídios, que passaram a se concentrar em municípios do interior a partir dos anos 2000. A violência é potencializada pela atuação de facções criminosas, pela exploração de recursos naturais e pela fragilidade das políticas públicas de segurança.

Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF)

O PPIF foi instituído pelo decreto federal 8.903, de 16 de novembro de 2016, para promover o fortalecimento da prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços. É coordenado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) que articula as ações conjuntas entre os órgãos do PPIF, promove o compartilhamento de informações, incentiva a implementação de projetos estruturantes e a cooperação internacional com países vizinhos, colaborando para o aprimoramento da governança das políticas públicas e as ações entre os entes da Federação, além de aprimorar a presença do Estado nas fronteiras.

O mesmo decreto que instituiu o PPIF também ressaltou a importância da coordenação entre os níveis federal, estadual e municipal de governo para a realização de trabalho integrado visando à proteção de nossas fronteiras. Nesse contexto, ficou estabelecido que a participação dos Estados nas ações relacionadas ao PPIF deve ser baseada em instrumentos de cooperação entre os ministérios participantes e os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIF) instituídos pelos Estados, que representam a vanguarda do PPIF na região de fronteira, atuando como representantes legítimos do Estado brasileiro para a governança local da prevenção, controle, monitoramento e repressão de crimes transfronteiriços.

Saiba mais:

PANORAMA

Amazonas



Foto: Agência Brasil

Apresentação

O Estado do Amazonas faz fronteira com três países: Peru, Colômbia e Venezuela. É a maior extensão de fronteira brasileira, onde se localizam 19 municípios, dentre os quais Guajará, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga, Boca do Acre e São Gabriel da Cachoeira.

A Faixa de Fronteira do Amazonas abrange regiões como Alto Rio Negro e Alto Solimões, que se destacam pela presença expressiva de populações indígenas. A Faixa de Fronteira do Alto Rio Negro, na região conhecida como "Cabeça do Cachorro" na divisa com a Colômbia, tem paisagem composta por serras e vales cobertos por densa floresta equatorial, caracterizada como uma das mais isoladas do Brasil. A conectividade na região é quase exclusivamente fluvial e aérea, sendo limitada pela precariedade de uma única estrada que liga São Gabriel da Cachoeira a Cucuí, na fronteira.

Já o Alto Solimões é um território de contrastes e, apesar de sua riqueza cultural e ecológica, enfrenta desafios complexos. A posição geográfica, que promove a integração regional com Colômbia e Peru, também facilita atividades ilícitas, como o tráfico de drogas e armas, contrabando, pesca predatória e outras formas de exploração ilegal dos recursos naturais. Esses problemas afetam tanto a segurança das populações locais quanto a integridade dos ecossistemas, agravando os desafios de governança na região. Tabatinga emerge como o principal núcleo urbano dessa área, compondo cidade-gêmea com Letícia (Colômbia) e Santa Rosa de Yavari (Peru). A região está inserida em uma rede de interações transnacionais, marcada por trocas culturais, econômicas e sociais, com localização estratégica na tríplice fronteira. O Rio Solimões é o principal corredor dessa integração, conectando comunidades indígenas, centros urbanos e países vizinhos, além de viabilizar o fluxo de bens, serviços e pessoas. Vale destacar, ainda, que Tabatinga e Letícia possuem um acordo de Zona de Regime Especial Fronteiriço[14], criado em 2008, regulamentado por decreto de 2015[15], que estabelece um regime especial aplicado ao comércio de mercadorias para consumo ou comercialização na área fronteiriça.

14. O Refront é um regime especial subfronteiriço, definido através do Acordo entre o Brasil e Colômbia para firmar a Zona de Regime Especial Fronteiriço. Este regime possibilita as pessoas jurídicas, domiciliadas em Tabatinga (AM) a importarem e exportarem à Letícia (Colômbia), com a suspensão dos tributos federais. Tem a finalidade de incentivar o comércio de mercadorias entre as cidades gêmeas para comercialização e consumo exclusivo destas regiões.
15. Decreto nº 8.596, de 18 de dezembro de 2015.
Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8596.htm

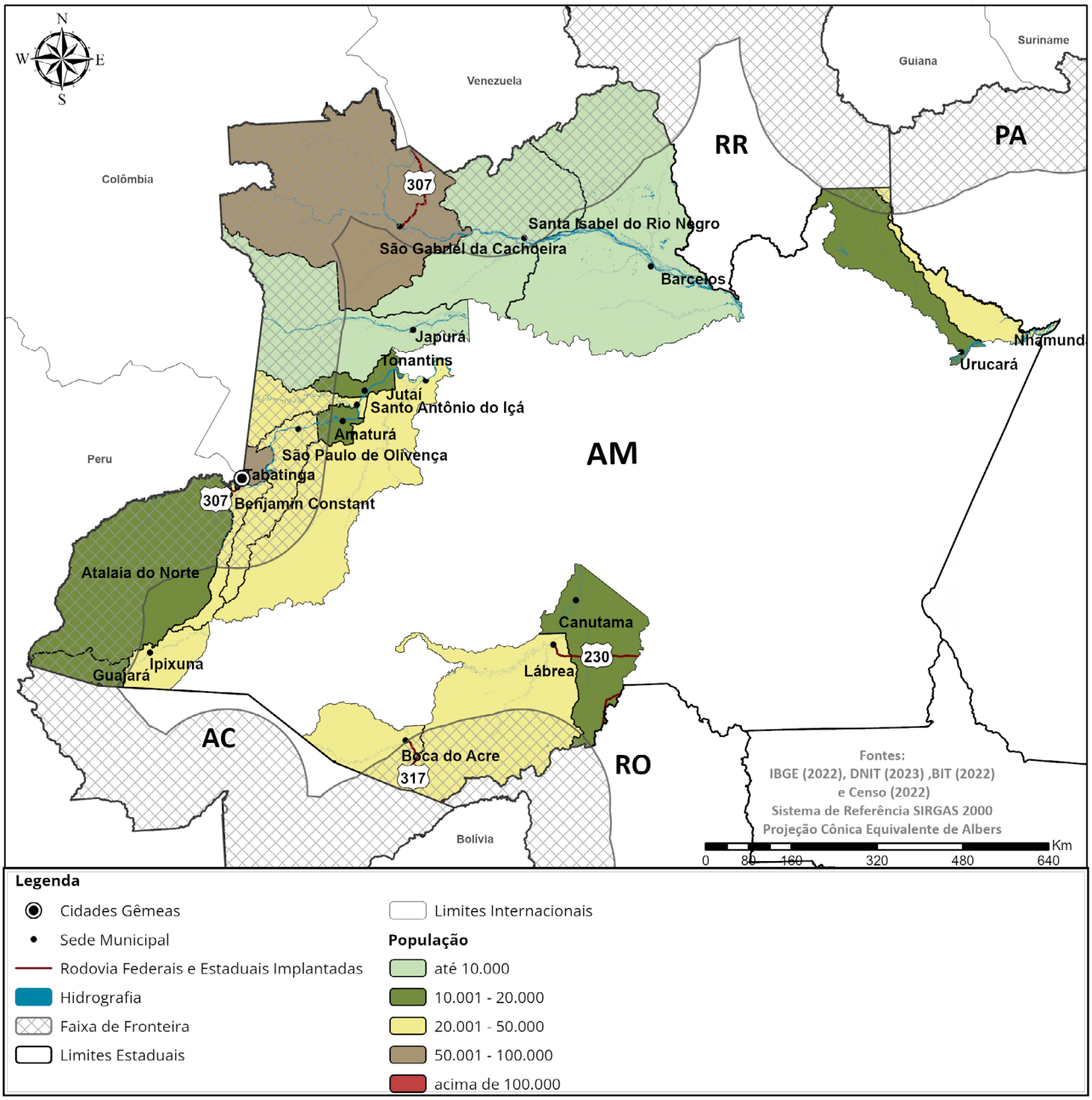
Mais ao sul, a faixa de fronteira conecta municípios do Amazonas e Acre. Lábrea e Boca do Acre, cortados por rodovias estratégicas como a BR-317, BR-364 e BR-230 (Transamazônica), funcionam como corredores logísticos que facilitam novas frentes de ocupação. Contudo, essa conectividade agrava a vulnerabilidade ambiental e social da região, ao favorecer a pressão sobre áreas florestais, tais como territórios indígenas e unidades de conservação. Ambos estão incluídos na lista de municípios prioritários para o combate ao desmatamento do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2025).

Caracterização Sociodemográfica

A população dos municípios de fronteira do Amazonas totaliza 504.450 habitantes. No entanto, quando se consideram apenas os dados dos setores censitários situados dentro da Faixa de Fronteira, conforme o Censo IBGE de 2022, esse contingente é reduzido para 269.120 habitantes.

Dos 19 municípios que integram a Faixa de Fronteira no Estado do Amazonas, conforme os critérios estabelecidos pela legislação federal, cinco apresentam níveis mais diretos de articulação territorial e institucional com a linha internacional: Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro, cujas sedes encontram-se dentro da faixa de fronteira. Essa diferenciação ajuda a compreender os distintos arranjos espaciais e desafios enfrentados por esses municípios nas políticas de segurança, integração e desenvolvimento regional.

Mapa 1 - População dos Municípios que compõem a Faixa de Fronteira do Estado do Amazonas



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de fontes secundárias.

Em geral, os municípios da fronteira do Amazonas ganharam população, em maior ou menor grau, nas últimas décadas. Dentre esses, Tabatinga, Canutama e Jutaí foram os únicos a apresentar taxas de crescimento anual acima de 2%, entre 2010 e 2022. Na contramão, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos apresentaram decréscimo populacional, também de 2%, no mesmo período analisado.

Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira são as únicas cidades fronteiriças do Amazonas que possuem mais de 50 mil habitantes. Enquanto Tabatinga possui 66.764 hab, as cidades-gêmeas internacionais de Leticia (Colômbia) e Santa Rosa (Peru) possuem 42.844[16] e 9.928[17] hab, respectivamente.

Com relação ao grau de urbanização, os municípios da Sub-região do Alto Solimões são os que mais concentram população urbana. Tabatinga é a cidade-gêmea dentre aquelas localizadas no Arco Norte que apresenta a maior taxa de urbanização (83,4%).

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, o Estado do Amazonas possui taxa de alfabetização de 93,06%. Na cidade-gêmea de Tabatinga, 90,45% da população com mais de 15 anos está alfabetizada.

16. Segundo Censo,2018- Colômbia. Disponível em: https://sitios.dane.gov.co/cnpv/#!/
17. Segundo Censo, 2017-Peru. Disponível em: https://estadist.inei.gob.pe/map.

Tabela 2 - Perfil Demográfico dos Municípios do Estado do Amazonas

Município	Pop 2022	Urbano 2022	Rural 2022	Taxa de Crescimento Anual 2010-2022	Taxa de Urbanização	Taxa de alfabetização
Amaturá	10.819	7.771	3.048	1,12%	71,8%	85,13%
Atalaia do Norte	15.314	7.933	7.381	0,09%	51,8%	77,18%
Barcelos	18.834	10.460	8.374	-2,56%	55,5%	78,71%
Benjamin Constant	37.648	28.794	8.854	1,00%	76,5%	87,3%
Boca do Acre	35.447	22.125	13.322	1,22%	62,4%	80,16%
Canutama	16.869	10.088	6.781	2,37%	59,8%	81,11%
Guajará	13.815	9.257	4.558	-0,10%	67,0%	77,64%
Ipixuna	24.311	16.517	7.794	0,74%	67,9%	75,84%
Japurá	8.858	4.995	3.863	1,60%	56,4%	87,61%
Jutaí	25.172	16.163	9.009	2,84%	64,2%	84,1%
Lábrea	45.448	27.687	17.761	1,57%	60,9%	80,4%
Nhamundá	20.136	7.496	12.640	0,81%	37,2%	93,22%
Santa Isabel do Rio Negro	14.164	6.902	7.262	-2,04%	48,7%	84,1%
Santo Antônio do Içá	28.211	21.900	6.311	1,19%	77,6%	85,63%
São Gabriel da Cachoeira	51.795	26.600	25.195	2,64%	51,4%	90,6%
São Paulo de Olivença	32.967	24.118	8.849	0,40%	73,2%	85,2%
Tabatinga	66.764	55.680	11.084	2,06%	83,4%	90,45%
Tonantins	19.247	11.347	7.900	1,00%	59,0%	86,88%
Urucará	18.631	12.336	6.295	0,72%	66,2%	94,23%

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados Censo, 2022.

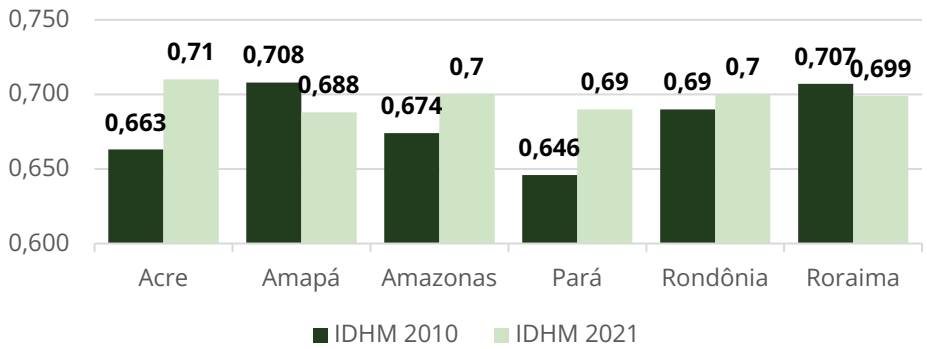
Indicadores Socioeconômicos

Os índices de desenvolvimento socioeconômico constituem instrumentos fundamentais para a compreensão das condições de vida da população e das desigualdades territoriais, permitindo analisar não apenas o nível de desenvolvimento alcançado, mas também a forma como renda, oportunidades e bem-estar estão distribuídos no território. Entre os principais indicadores utilizados destacam-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Gini e o salário médio dos trabalhadores formais, que, de maneira complementar, oferecem uma leitura multidimensional da realidade socioeconômica.

Indíce de Desenvolvimento Humano

Ao analisarmos o gráfico comparativo do IDH entre os Censos de 2010 e 2021 dos Estados que compõem a Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia, observa-se que, em 2021, alguns apresentaram crescimento significativo em seus índices. O Amazonas, juntamente com Rondônia, possui o segundo maior IDH entre estes. No que se refere ao IDH de Renda, o Amazonas apresenta o menor índice da região, contudo, destaca-se nos indicadores de Educação e Longevidade, com IDH superior a 0,700, valor considerado elevado. No ranking nacional o Amazonas, juntamente com Rondônia, ocupa a 18ª colocação.

Gráfico 2 - Evolução do IDH nos Estados do Arco Norte e Rondônia, 2010 e 2021

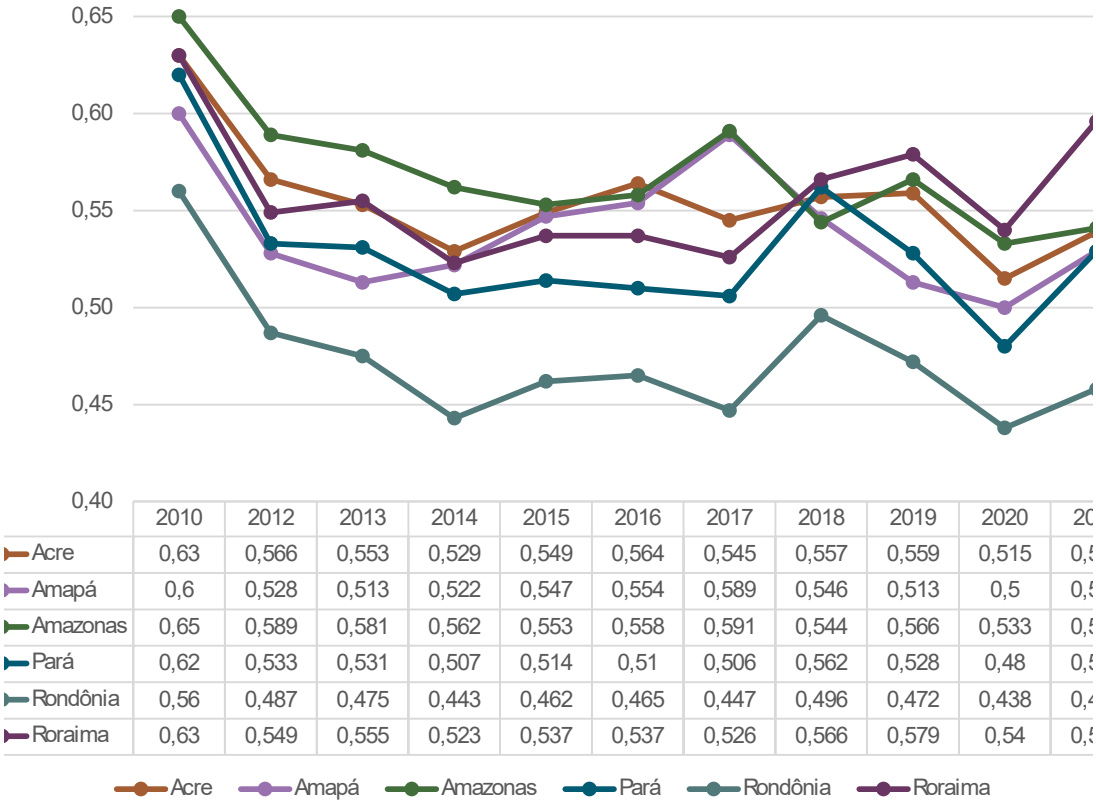


Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Índice de Gini

Com relação ao índice de Gini[18], observa-se redução nos primeiros anos da série com os benefícios de programas sociais, até 2015, registrando crescimento no período de 2016 a 2018, e estabilidade em 2019. Em 2020, um novo recuo é registrado com todos os Estados apresentando seus resultados mais baixos, em função da introdução dos benefícios emergenciais de transferência de renda no período da pandemia. Observa-se posterior aumento em 2021, com o mercado de trabalho enfraquecido e a redução dos benefícios dos programas sociais emergenciais[19]. A maior desigualdade em 2010 foi registrada no Amazonas, com índice de 0,650 e, em 2021, o segundo maior índice.

Gráfico 3 - Evolução do Índice de Gini - 2010 a 2021



	2010	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	20
Acre	0,63	0,566	0,553	0,529	0,549	0,564	0,545	0,557	0,559	0,515	0,5
Amapá	0,6	0,528	0,513	0,522	0,547	0,554	0,589	0,546	0,513	0,5	0,5
Amazonas	0,65	0,589	0,581	0,562	0,553	0,558	0,591	0,544	0,566	0,533	0,5
Pará	0,62	0,533	0,531	0,507	0,514	0,51	0,506	0,562	0,528	0,48	0,5
Rondônia	0,56	0,487	0,475	0,443	0,462	0,465	0,447	0,496	0,472	0,438	0,4
Roraima	0,63	0,549	0,555	0,523	0,537	0,537	0,526	0,566	0,579	0,54	0,5

Fonte: Elaboração própria a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

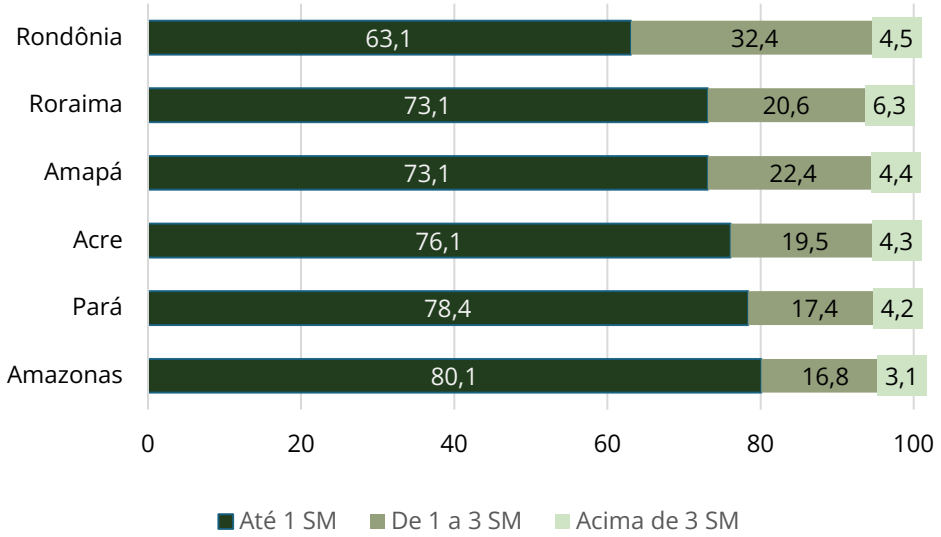
18. O índice de Gini é indicador que serve de medida para a desigualdade socioeconômica. Ele sintetiza a análise da distribuição de rendimento domiciliar per capita. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, e varia de 0 a 1, sendo 0 a situação de perfeita igualdade na distribuição dos rendimentos e 1, de perfeita desigualdade, em que todo o rendimento estaria concentrado nas mãos de uma única pessoa.No Brasil, este índice pouco se alterou de 2010 a 2021, caindo um décimo de 0,60 para 0,59.

19. Na publicação Síntese de Indicadores Sociais no Brasil em 2023 (IBGE), a análise por grandes regiões indicou o impacto dos benefícios dos programas sociais nos índices, baseando-se na PNAD 2022.

Rendimento Domiciliar

Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD contínua, 2023/IBGE), o rendimento domiciliar[20] *per capita* médio no Brasil, em 2022, foi de R$ 1.586,00 mensais. Na Região Norte, o rendimento equivalia a 58,0% do rendimento domiciliar *per capita* médio do Sudeste, o que demonstra a desigualdade econômica estrutural entre as Regiões do país. Para todos os Estados do Arco Norte e Rondônia, observa-se que mais de 60% da população recebe até um salário mínimo. O Amazonas detém o maior percentual populacional na faixa até um SM (80,01%).

Gráfico 4 - Distribuição percentual da população total, por classes de rendimento domiciliar *per capita* mensal, em salários mínimos - 2022



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de Síntese de Indicadores Sociais (IBGE) - SIS_RDPCMEDIO, 2023

20. Analisar o rendimento segundo sua distribuição por classes de salário mínimo é uma forma de avaliar a incidência da desigualdade na sociedade brasileira. Para se averiguar os rendimentos das famílias nos municípios do Arco Norte e Rondônia, de acordo com o resultado mais recente, foram utilizados dados do rendimento do trabalho formal do ano de 2022/PNAD. Em que pesem as limitações de considerar somente os rendimentos do trabalho formal, esta é a informação mais atualizada e organizada sistematicamente, que traz elementos que possibilitam um panorama dos municípios na região estudada.

Cadastro Único

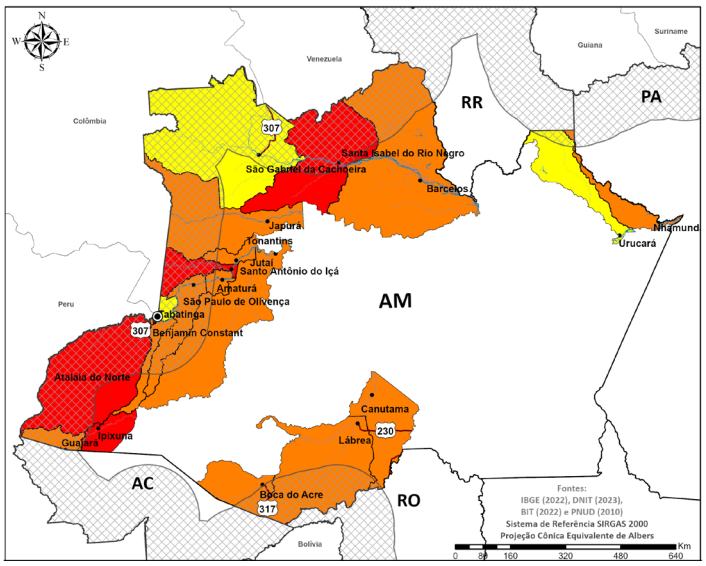
A análise do Cadastro Único[21] também é instrumento de análise de determinadas características do contexto de vulnerabilização social. O Estado do Amazonas apresenta uma parcela significativa de sua população inscrita no Cadastro Único, refletindo tanto os desafios socioeconômicos da região quanto a importância das políticas públicas de proteção social.

Tabela 3 - População e total de pessoas cadastradas no CadÚnico nos Estados do Arco Norte e Rondônia

Estados	População Censo IBGE (2022)	Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias em situação de pobreza, segundo a faixa do Programa Bolsa Família (dez/2025)	Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo: Pobreza + Baixa renda (dez/2025)	Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal acima de meio salário mínimo (dez/2025)
Acre	830.018	46.172	468.362	95.300
Amapá	733.759	333.913	430.704	85.566
Amazonas	3.941.613	1.753.040	2.261.311	420.487
Pará	8.120.131	3.399.762	4.499.130	1.003.496
Rondônia	1.581.196	310.331	559.813	295.148
Roraima	636.707	216.256	327.978	74.564

Fonte: Dados do CadÚnico 2025 e do Censo 2022.

21. A partir de 2023, a apresentação do banco de dados dos inscritos no CadÚnico foi alterada, separando três grandes categorias, por faixa de renda: Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias em situação de pobreza, segundo a faixa do Programa Bolsa Família; Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo (Pobreza linha administrativa de pobreza, de acordo com a legislação do Programa Bolsa Família (R$ 0 a R$ 218,00) + Baixa renda: linha baseada no salário mínimo (R$ 218,01 a 1/2 salário mínimo); e Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal acima de 1/2 salário mínimo. Esta última categoria inclui famílias com renda per capita superior que acessam políticas sociais específicas, como o benefício de prestação continuada, por exemplo.

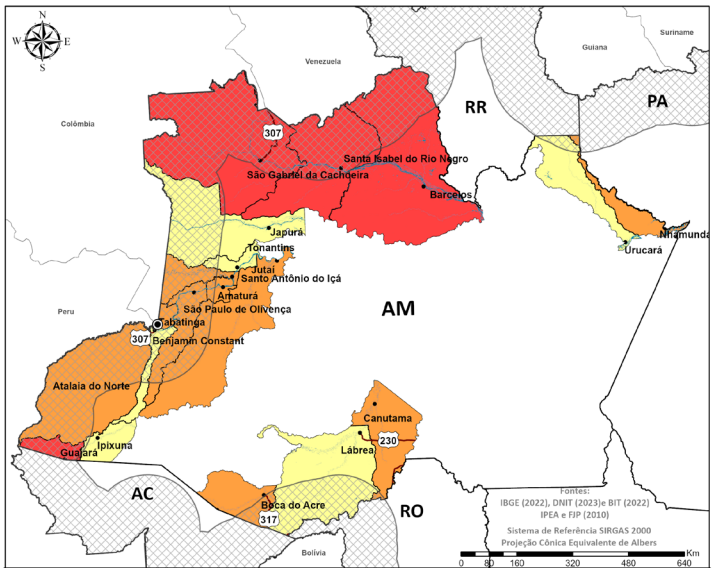


IDHM Municípios

O Amazonas apresentava quatro municípios fronteiriços com IDHM muito baixo: Atalaia do Norte, Ipixuna, Santo Antônio do Içá, Santa Isabel do Rio Negro. Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira apresentavam índices médios. Vale destacar que, para os municípios da Faixa de Fronteira, a informação de IDHM mais atualizada é de 2010, uma vez que ainda não há atualizações referentes ao último Censo do IBGE.

Legenda:

- 0 a 0,499 (Muito Baixo)
- 0,500 - 0,599 (Baixo)
- 0,600 - 0,699 (Médio)
- 0,700 - 0,799 (Alto)
- 0,800 - 1,00 (Muito Alto)

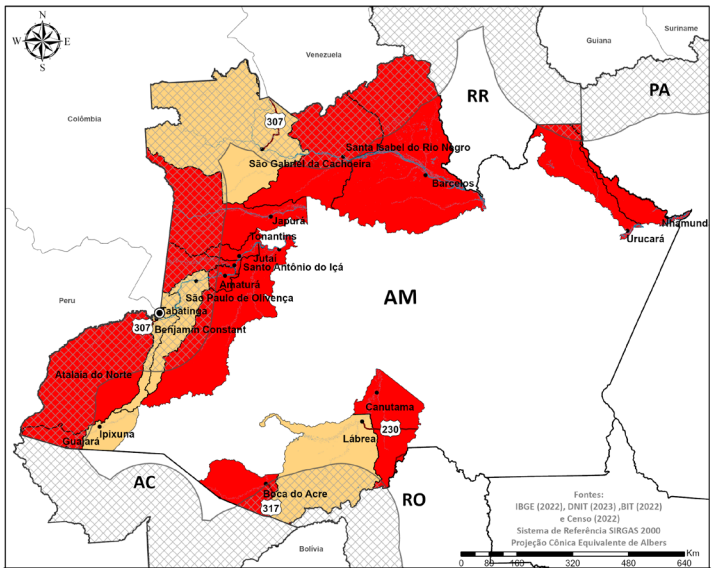


Índice de Gini

No Amazonas, nove municípios da Faixa de Fronteira distribuíram-se por uma faixa intermediária variando entre 0,61 e 0,70, faixa que também se situa o índice do Estado (0,65). Tonantins, Benjamin Constant, Ipixuna, Japurá e Lábrea apresentaram Gini inferior a 0,6. Destaque para Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos, Guajará e São Gabriel da Cachoeira que apresentaram índices na faixa de 0,70 a 0,8. São Gabriel da Cachoeira, inclusive, é o município, dentre todos os estados analisados, com maior índice de Gini, de 0,8, o que representa maior desigualdade.

Legenda:

- até 0,48
- 0,49 a 0,53
- 0,54 a 0,60
- 0,61 a 0,70
- 0,71 a 0,80

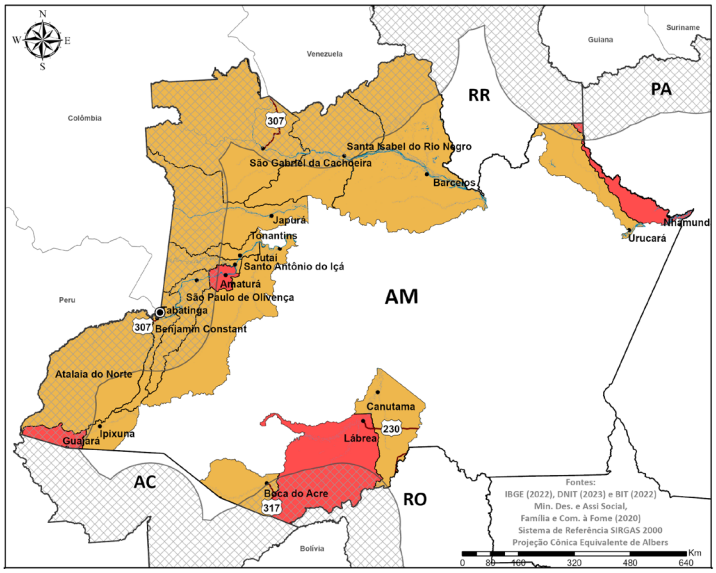


Legenda:

- até 1,7
- 1,8 - 2,00
- 2,01 - 2,50
- 2,51 - 3,30

Rendimento Domiciliar

No Estado do Amazonas, em 2022, os municípios da Faixa de Fronteira não ultrapassam 2,0 SM, sendo que, a maior parte deles tem variação até 1,7 SM. O salário médio dos trabalhadores formais em Tabatinga é de 1,8 SM e em São Gabriel da Cachoeira, de 1,9 SM.



Legenda:

- até 30,00
- 30,01 - 50,00
- 50,01 - 80,00
- 80,01 - 90,41

Cadastro Único

No Estado do Amazonas, todos os municípios pertencentes à Faixa de Fronteira têm mais de 50% da sua população inscrita no Cadastro Único. Destaque para Amaturá, em que 83% da população está cadastrada no sistema.



Foto: Bruno Leão/Sedeca

Eixo Temático 1: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Configuração Fundiária

A Faixa de Fronteira do Amazonas é marcada pela predominância de Terras Indígenas (TIs), que ocupam 60,8% do território, e Unidades de Conservação (UCs) que abrangem 21,3%. Essas categorias, que juntas somam 82,1% da área total, reforçam o papel do Estado como um espaço estratégico para a conservação ambiental e a proteção dos modos de vida tradicionais. Municípios como São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga, localizados na região da tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, exemplificam a relevância dessas áreas para a preservação da biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Destaca-se a TI Vale do Javari, localizada nos municípios de Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Jutaí e São Paulo de Olivença. Com uma área calculada em 62.241,841 km2, é a segunda maior terra indígena do Brasil, atrás apenas da TI Yanomami, em Roraima. O seu território abriga mais de 20 etnias, incluindo povos de recente contato, como Korubo, Kulina-Pano, Marubo, Matis, Matsés e Kanamari, além de grupos indígenas isolados distribuídos ao longo de diversos rios e igarapés da região (ISA, s.d.).

A TI Vale do Javari está diretamente vinculada à Política para Índios Isolados e de Recente Contato[22], coordenada pela Funai, cujo princípio fundamental é a não obrigatoriedade de contato, garantindo a autonomia e a preservação desses povos. Os indígenas isolados são aqueles que não mantêm relações permanentes com a sociedade nacional ou possuem interações esporádicas, muitas vezes motivadas por experiências históricas de violência, epidemias e invasões que comprometeram suas formas de vida. A política de proteção busca assegurar que esses grupos possam exercer mais livremente suas atividades tradicionais, protegendo seus territórios contra invasões e evitando sua exploração econômica (FUNAI, 2021).

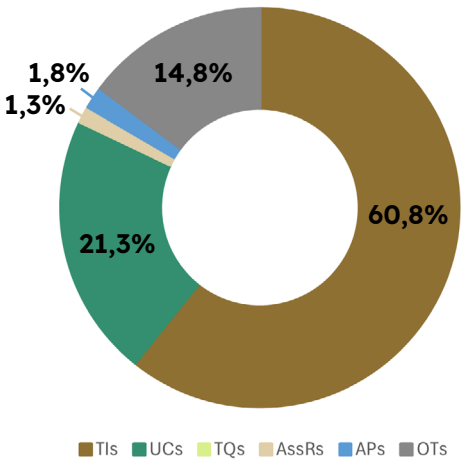
22. O Brasil possui atualmente 114 registros de indígenas isolados na Amazônia Legal, classificados em grupos confirmados, referências em estudo e informações preliminares (FUNAI, 2021).

As UCs ocupam 21,3% da Faixa de Fronteira amazonense e desempenham um papel estratégico na conservação ambiental, conectando grandes corredores ecológicos como a TI Alto Rio Negro e o Parque Nacional do Pico da Neblina, nos municípios de Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira. Esses espaços são importantes para a promoção de práticas sustentáveis entre as populações tradicionais, a manutenção de serviços ecossistêmicos e a mitigação das mudanças climáticas. As TIs, por sua vez, ocupam 60,8% desse território e são essenciais para a preservação dos modos de vida indígenas e da biodiversidade.

A categoria Outras Terras, que representa 14,8% da área, abrange terras devolutas, áreas públicas sem destinação definida e porções com documentação precária. Essa expressiva dimensão territorial evidencia desafios na regularização fundiária e na governança territorial, dificultando o planejamento e a implementação de políticas públicas.

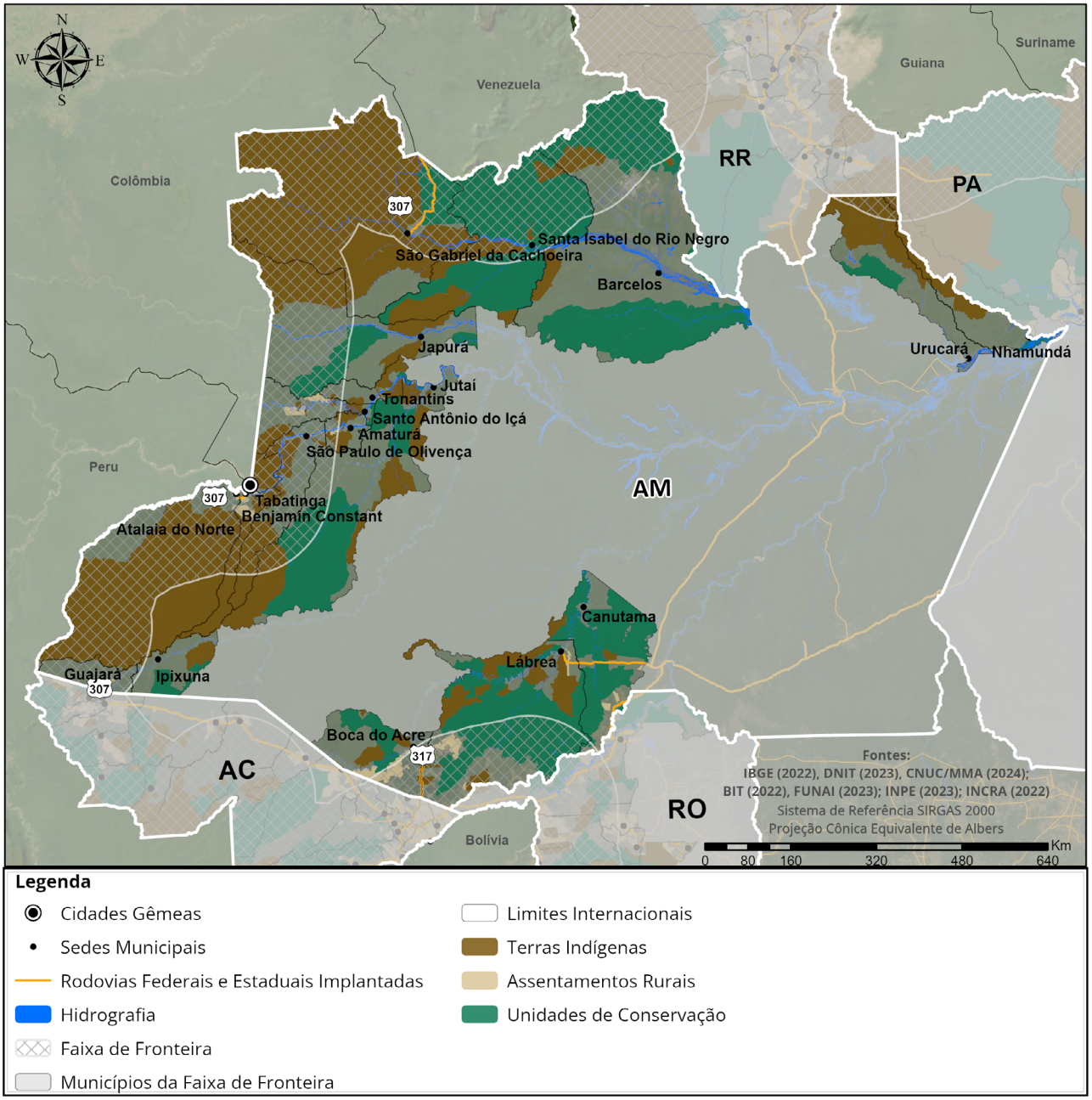
Os Assentamentos Rurais, embora ocupem apenas 1,3% da área da faixa de fronteira, têm relevância socioeconômica significativa em municípios como Boca do Acre (23,8%), Benjamin Constant (17,3%) e Canutama (14,6%). Esses territórios possuem potencial para fomentar a inclusão social e impulsionar práticas sustentáveis. Nesse contexto, a implementação de Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAEs) surge como uma alternativa viável para conciliar conservação ambiental, segurança alimentar e geração de renda.

Gráfico 5 - Distribuição das Áreas Legalmente Atribuídas na Faixa de Fronteira do estado do Amazonas



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do Incra, Funai, MMA.

Mapa 2 - Áreas legalmente atribuídas do Estado do Amazonas



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de fontes secundárias.

A configuração territorial do Amazonas, caracterizada pela predominância de áreas legalmente protegidas, oferece uma base essencial para a conservação ambiental e a proteção de povos indígenas e comunidades tradicionais. No entanto, a pressão do desmatamento em assentamentos e os impactos da expansão de infraestrutura, evidenciam a necessidade de estratégias integradas que articulem a regularização fundiária, o desenvolvimento sustentável e a governança eficaz.

Gestão Ambiental

Os registros do **Cadastro Ambiental Rural - CAR** na Faixa de Fronteira do Estado do Amazonas somam 114.333,087 km², cobrindo 31,5% da área registrada. Entretanto, a distribuição é heterogênea, refletindo diferenças fundiárias e ambientais entre os municípios.

O **CAR** é um instrumento de monitoramento e controle ambiental aplicado a todos os imóveis rurais, sejam eles públicos ou privados, em território nacional. Seu propósito é servir como base de dados para o controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, além do combate ao desmatamento (art. 29). No entanto, a forma como esse cadastramento ocorre pode evidenciar desafios na organização fundiária e na governança territorial.

Lábrea, com 26,3% do total cadastrado, lidera a cobertura do CAR, seguido por Atalaia do Norte (16,3%) e Japurá (14,5%). Esses municípios concentram quase 60% das áreas cadastradas na Faixa de Fronteira, evidenciando sua relevância no contexto fundiário estadual. Por outro lado, municípios como Nhamundá e Urucará não possuem registros; enquanto outros, como Amaturá (0,2%) e Tabatinga (0,2%), apresentam valores muito baixos. Essa disparidade evidencia desafios na abrangência e efetividade do CAR em contextos de maior complexidade fundiária.

A elevada proporção de CAR em relação à área municipal em municípios como Boca do Acre (164,5%) e Canutama (97,6%) evidencia possíveis sobreposições ou inconsistências nos registros, destacando a necessidade de revisão e consolidação dos dados. Em Atalaia do Norte, observa-se a exclusividade de registros de imóveis privados, enquanto os espaços territoriais especialmente protegidos — como as próprias TIs — não aparecem inseridos ou validados no sistema. Isso indica que apenas os imóveis privados estão sendo contemplados, o que revela uma limitação importante na aplicação do CAR, em desacordo com as exigências legais.

Como apontam Souza Filho, Sonda e Lemos (2016), o CAR foi desenhado para o monitoramento de propriedades rurais individuais, desconsiderando as formas coletivas de organização e manejo do território adotadas por esses povos. A aplicação uniforme desse sistema pode resultar em conflitos fundiários e sobreposições, além de ameaçar os direitos territoriais dessas comunidades ao não reconhecer suas dinâmicas próprias de ocupação e uso da terra.

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) para Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) no Amazonas é regido pela legislação federal e por normas estaduais específicas que regulamentam a sua aplicação, sendo o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) responsável pelo cadastramento e análise.

Além disso, a baixa taxa de análise dos Cadastros no Amazonas — apenas 0,8% dos registros passaram por validação (Lopes et al., 2024) — revela a fragilidade do processo de verificação, limitando a capacidade do CAR de refletir com precisão a situação ambiental dos imóveis rurais no Estado.

Conflitos Fundiários e Desmatamento na Faixa de Fronteira

A persistência do desmatamento em municípios como Lábrea evidencia os desafios para a efetividade dessas áreas na contenção da destruição da floresta. Um dos principais vetores desse processo é a infraestrutura viária, que, ao ampliar a conectividade e facilitar o acesso a áreas antes isoladas, intensifica a pressão fundiária e estimula a ocupação desordenada. Nessa direção, a abertura e a pavimentação de rodovias têm sido determinantes nesse avanço, impulsionando a grilagem de terras públicas, promovendo a expansão agropecuária e dificultando a governança territorial.

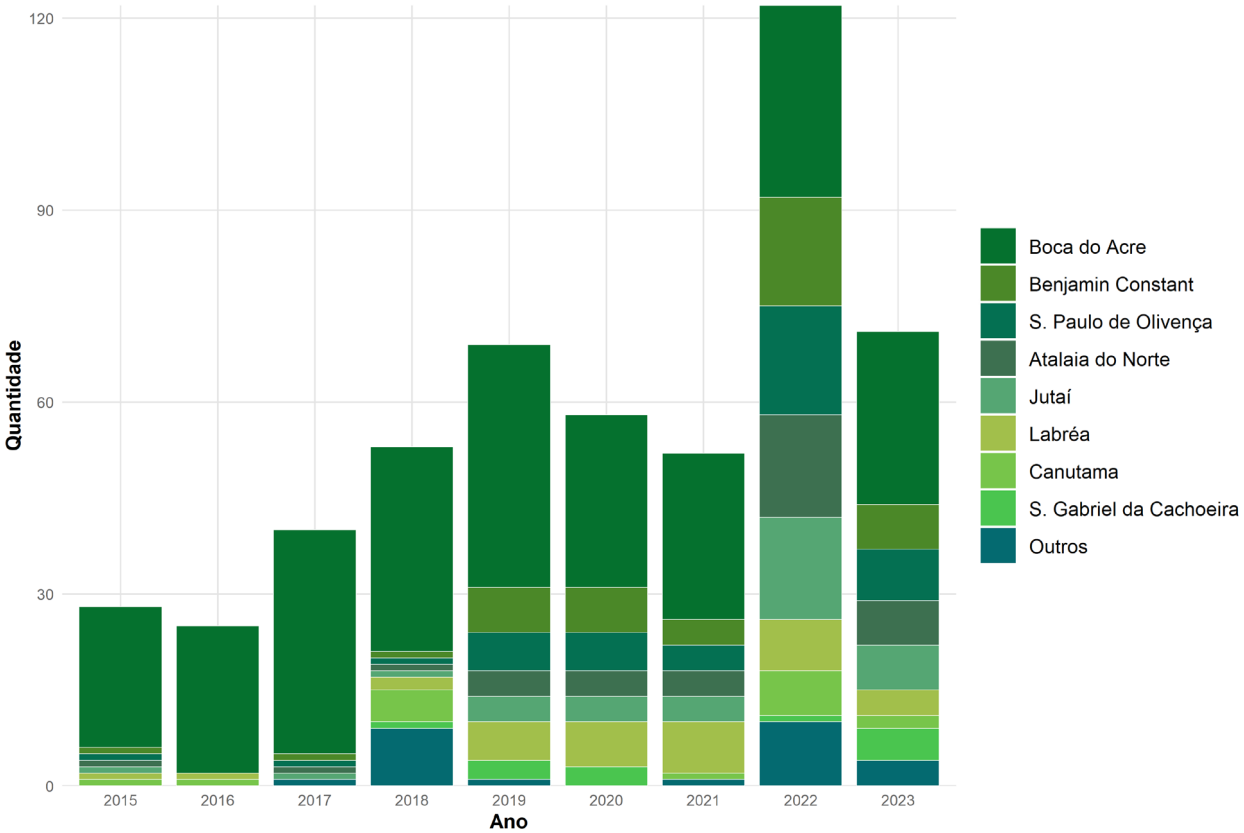
Municípios como São Gabriel da Cachoeira, por sua vez, registram baixas taxas de desmatamento devido à presença maciça de TIs. No entanto, a dificuldade de fiscalização em áreas remotas expõe um dilema central da política ambiental amazônica: a mera existência formal de áreas protegidas não é suficiente para conter o avanço da degradação (MMA, 2023). A experiência de modelos de Assentamentos Rurais ambientalmente diferenciados, como os Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAEs) Antimary e Monte, em Boca do Acre, reforça essa constatação (Mourão, Souza, Sessin, 2024). Mesmo concebidos para aliar conservação e desenvolvimento sustentável, esses territórios enfrentam degradação contínua diante da dificuldade de controle fundiário e da crescente reconcentração fundiária (Torneau; Bursztyn, 2010).

De acordo com a versão mais recente do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) (MMA, 2023), o desmatamento, antes concentrado na fronteira entre os biomas Amazônia e Cerrado — com focos intensos no sudeste do Pará e no eixo da BR-163, no Mato Grosso e em Rondônia —, avançou para o interior da Amazônia. Esse processo tem se expandido particularmente ao longo das principais rodovias federais que atravessam essa faixa da fronteira amazonense, como a BR-319 (Manaus-Porto Velho), a BR-230 (Transamazônica) e a BR-364 (Porto Velho-Rio Branco), reforçando a interiorização da ocupação predatória e a intensificação da perda florestal na região.

CONSIDERE

A efetividade dos espaços territoriais especialmente protegidos depende não apenas de sua criação, mas também da implementação de planos de manejo e planos de gestão territorial e ambiental, do fortalecimento da fiscalização, do reforço institucional dos órgãos ambientais e da integração de políticas que enfrentem o avanço ilegal sobre áreas protegidas, garantindo a conciliação entre conservação, uso sustentável e proteção dos modos de vida das populações indígenas e locais.

Gráfico 6 - Conflitos por terra e água nos Municípios da Faixa de Fronteira do Amazonas (2015-2023)



Elaborado pelo IBAM a partir de processamento automatizado de dados Conflitos no Campo Brasil (CPT, 2016-2024).

Embora tenha ocorrido uma redução moderada no número de conflitos em 2023, esse movimento pode não representar uma situação definitiva, mas sim uma possível dispersão das pressões para áreas de difícil acesso e, consequentemente, menos monitoradas.

Os dados analisados evidenciam um crescimento significativo no número de conflitos ao longo do tempo, diretamente relacionado à intensificação da pressão fundiária e ambiental na região. Conforme mencionado, essa dinâmica está fortemente associada ao avanço do desmatamento, impulsionado pela expansão de rodovias como a BR-319 e a BR-364, que facilitam o acesso a áreas antes remotas. Além da conectividade, essas obras frequentemente atraem um conjunto de atividades que aceleram a ocupação desordenada e a degradação ambiental ao longo de seu traçado. Municípios como Boca do Acre, historicamente afetados por essas dinâmicas, exemplificam a conexão direta entre a infraestrutura viária, a expansão da fronteira agrícola e o aumento dos conflitos.

Cabe mencionar ainda a vulnerabilidade de áreas como a TI Vale do Javari, que abrange municípios como Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Atalaia do Norte e Jutaí. Além de enfrentar desafios relacionados às invasões dessas terras e à exploração ilegal de recursos naturais, essas localidades têm sido palco de atividades ilícitas, como o tráfico de drogas e armas, contrabando e pesca predatória, o que agrava ainda mais a insegurança das populações indígenas e a integridade dos ecossistemas locais. A violência e a impunidade na região foram internacionalmente expostas com o assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, em 2022, mortos por traficantes associados à pesca ilegal, uma atividade reiteradamente denunciada por eles (Rolemberg; Lacerda, 2022). Mesmo após esses crimes, os registros de conflitos continuam a revelar a persistência da violência e a ausência de uma governança territorial efetiva.

Esses dados reforçam a necessidade de estratégias integradas de fiscalização, fortalecimento das instituições de governança e implementação de políticas públicas que considerem as especificidades territoriais da região, sobretudo em áreas marcadas pela presença de grandes obras de infraestrutura, como as rodovias federais, que continuam atuando como vetores centrais da degradação ambiental e da intensificação de conflitos na região.Esses conflitos adquirem contornos ainda mais complexos quando associados à estrutura fundiária local. A sobreposição entre registros no CAR, a presença de Tis e UCs, bem como a ausência de regularização fundiária efetiva, são fatores que fragilizam a governança territorial e ampliam as vulnerabilidades à ação de grupos criminosos, garimpo ilegal e violência armada.

Gestão Climática

As mudanças do clima têm provocado transformações nos ciclos naturais da Floresta Amazônica, como os períodos de cheia e vazante dos rios. Em consequência das alterações no volume de chuvas e da elevação das temperaturas, tornam-se mais frequentes os eventos extremos, como secas severas e inundações intensas. Os fenômenos naturais El Niño e La Niña[23] contribuem com diferentes impactos no mundo e nas regiões do Brasil, conforme a periodicidade de suas ocorrências. No período de ocorrência do El Niño, as secas registradas na Região Norte, nos anos de 2023 e 2024, são os exemplos mais recentes de desastres naturais, na forma mais extrema que aconteceu na Amazônia, derivadas de uma combinação de diferentes sistemas meteorológicos que ocasionaram estiagens históricas.

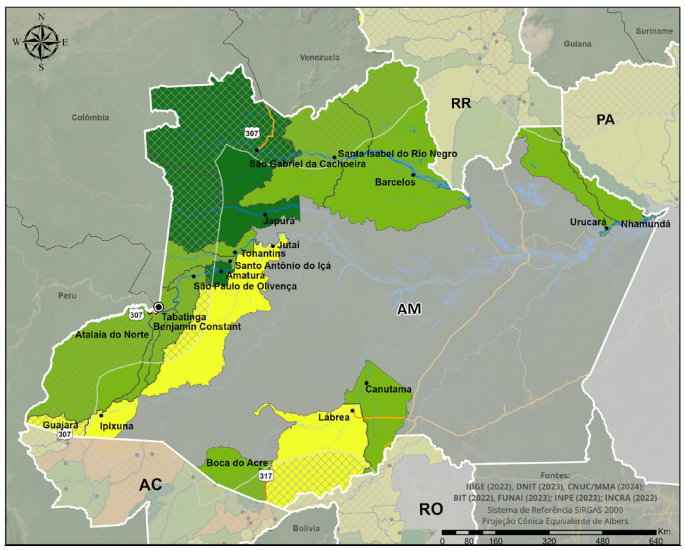
Esses efeitos atingem com especial intensidade os povos e comunidades tradicionais - indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, assentados e agricultores familiares -, devido à forte dependência da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, bem como à precariedade de acesso a políticas públicas e infraestrutura adequada. Na Faixa de Fronteira do Amazonas, essas vulnerabilidades ganham contornos ainda mais complexos, diante das longas distâncias, da baixa densidade populacional e das limitações estruturais para a atuação pública em territórios de difícil acesso.

CONSIDERE

Os impactos das mudanças climáticas observados sobre o território reforçam a urgência de repensar os modelos de ocupação e uso da terra - tanto urbana, quanto rural -, além de aprofundar o entendimento sobre as características geoclimáticas locais como clima, padrão de chuvas, relevo e tipos de solo.

A capacidade político-institucional dos municípios pertencentes à Faixa de Fronteira para a gestão, a promoção de medidas de mitigação e adaptação, prevenção e monitoramento de riscos ou existência de aparato legal específico é, em geral, ainda baixa ou muito baixa na Amazônia. Fato é que, com mais frequência e maior intensidade os eventos climáticos extremos estão incidindo sobre cidades e territórios. Dados do Sistema de Informações e Análises sobre Impactos das Mudanças do Clima (AdaptaBrasil, MCTI), indicam que os Municípios brasileiros têm capacidade baixa ou muito baixa de adaptação a eventos climáticos extremos. As ilustrações a seguir apresentam os índices de risco das mudanças climáticas em sistemas socioecológicos e a capacidade adaptativa para recursos hídricos - seca - e para desastres geo-hidrológicos - inundações, enxurradas e alagamentos e deslizamentos no estado do Amazonas.

23. O El Niño e a La Niña são parte do fenômeno natural conhecido como El Niño Oscilação Sul (Enos), que ocorre no Oceano Pacífico Tropical. O El Niño é um fenômeno caracterizado pelo aquecimento anormal das águas do Oceano Pacífico, na sua porção equatorial, e a La Niña corresponde ao resfriamento anormal das águas do Oceano Pacífico Equatorial. Fonte: http://enos.cptec.inpe.br/.



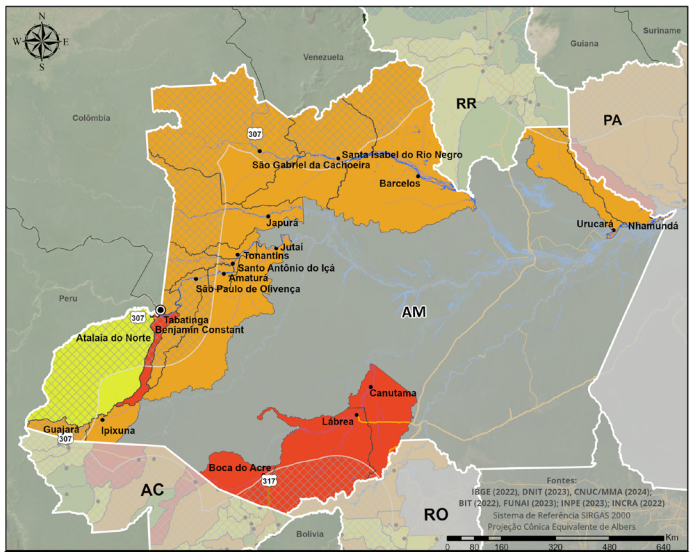
Legenda:

- Muito baixo - até 0,19
- Baixo - 0,20 a 0,39
- Médio - 0,40 a 0,59
- Alto - 0,60 a 0,79

Índice de risco de impacto para recursos hídricos, considerando a ameaça climática de seca (*)

Em sua maioria, os municípios do Amazonas apresentam risco baixp ou muito baixp com relação à ameaça climática da seca. Municípios como Guajará, Ipixuna e Lábrea possuem índice médio.

(*) Dados do Atlas Brasileiro de Desastres Naturais/2024



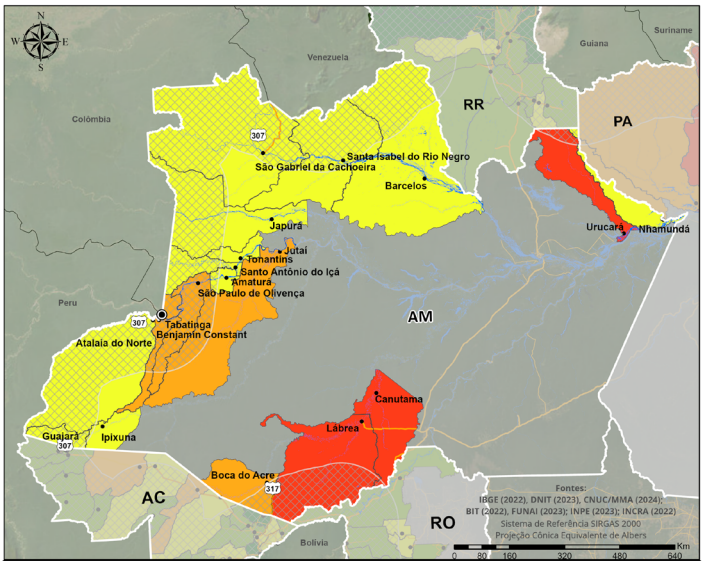
Legenda:

- Muito baixo - até 0,19
- Baixo - 0,20 a 0,39
- Médio - 0,40 a 0,59
- Alto - 0,60 a 0,79
- Muito alto - 0,80 a 1,00

Índice de risco de impacto para inundações, enxurradas e alagamentos (*)

No Amazonas, quase todos os municípios da Faixa de Fronteira estão enquadrados na classe alta para esse tipo de desatre, com exceção de Tabatinga, Boca do Acre, Lábrea, Canutama, Benjamin Constant classificados em risco muito alto. Somente o Município de Atalaia do Norte apresenta o índice médio de risco para inundações, enxurradas e alagamentos.

(*) Dados do Atlas Brasileiro de Desastres Naturais/2024



Índice de risco de impacto para deslizamento (*)

Mais da metade dos Municípios de Fronteira do Amazonas é classificada em grau médio. Canutama e Lábrea apresentam índice muito alto enquanto Benjamin Constant, Boca do Acre, Jutaí, São Paulo de Olivença e Tabatinga, risco alto.

(*) Dados do Atlas Brasileiro de Desastres Naturais/2024

Legenda:

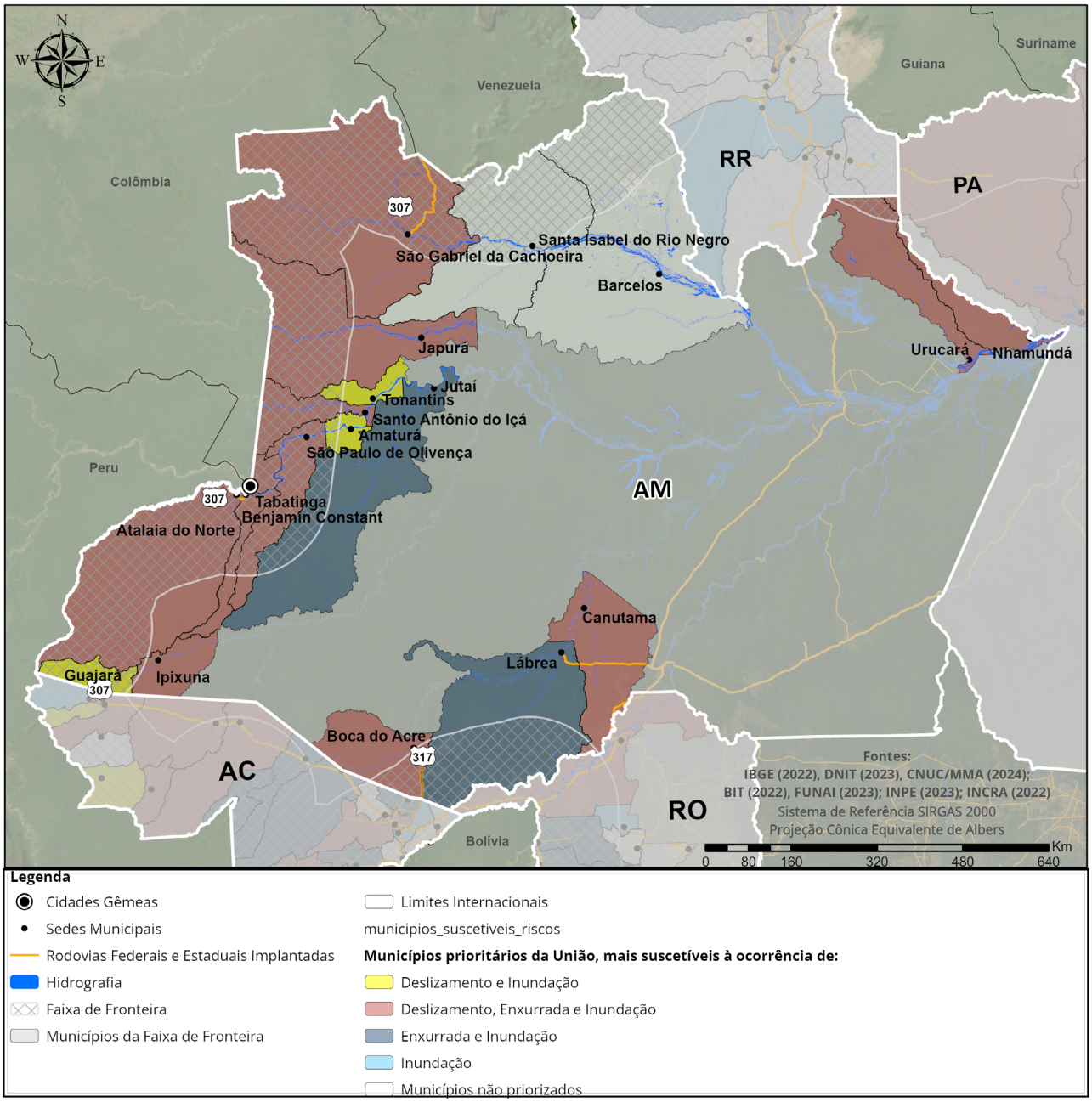
- Muito baixo - até 0,19
- Baixo - 0,20 a 0,39
- Médio - 0,40 a 0,59
- Alto - 0,60 a 0,79
- Muito alto - 0,80 a 1,00

Com o objetivo de orientar o Governo Federal nas ações de prevenção e mitigação de desastres naturais no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, especialmente no contexto do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), a Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, atualizou os critérios e indicadores para a identificação dos municípios mais suscetíveis a deslizamentos, enxurradas e inundações[24]. Com base na iniciativa, a Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC) desenvolveu o Indicador de Capacidade Municipal (ICM)[25], com o objetivo de retratar a capacidade do municípios em atuar na gestão dos riscos e desastres. No Amazonas, entre os municípios identificados, Atalaia do Norte, Lábrea, São Gabriel da Cachoeira e São Paulo de Olivença foram classificados como Perfil de Risco “Prioritário” e Barcelos, como “Não Prioritário”.

24. Em 2023, foram selecionados 1.942 municípios mais suscetíveis à desastres climáticos em todo o país, a partir da análise de dados atualizados sobre desastres, vulnerabilidades e mapeamento de áreas de risco geológico e hidrológico. Em 2025, uma nova revisão foi feita, totalizando 2.086 municípios suscetíveis à ocorrência de enxurradas e inundações (base de dados até 2024).

25. O ICM é o principal indicador para o monitoramento do Programa 2318 - Gestão de Riscos e Desastres no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, que será considerado ao longo dos próximos quatro anos para avaliar o aprimoramento da capacidade dos Municípios em ações de gestão de riscos e desastres no Brasil. O ICM é composto por 20 (vinte) variáveis, distribuidos em três dimensões: Instrumentos de Planejamento e Gestão; Coordenação Intersetorial e Capacidades; e Políticas, Programas e Ações. O quantitativo de Municípios por Categoria de Gestão de Riscos e Desastres (GDR) foi distribuído em quatro categorias de índice: Faixa A (Alta); Faixa B (Intermediária Avançada); Faixa C (Intermediária Inicial) e Faixa D (Inicial). Ver mais em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/icm

Mapa 3 - Municípios da Faixa de Fronteira, mais suscetíveis à ocorrência de deslizamentos, enxurradas e inundações



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de fontes secundárias.

Emissões de Gases de Efeito Estufa

A análise da evolução das emissões de gases de efeito estufa nos municípios de fronteira amazônica, disponibilizadas pelo Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG)[26], desenvolvido pelo Observatório do Clima[27], apontam para os anos de 2015, 2022 e 2023[28], que o principal setor - mudança de uso da terra e floresta, corresponde à maior parte das emissões brutas de gases de efeito estufa, seguido dos setores de agropecuária, energia e resíduos. O Estado do Amazonas compreende os seguintes cenários, quanto às emissões de GEE:

Setor de Emissão (Mt)	Agropecuária	Energia	Mudança de Uso da Terra e Floresta	Resíduos
2015	1.120.813	442.503	22.168.470	190.232
2022	2.215.160	194.704	77.792.506	215.634
2023	2.693.375	183.275	25.590.563	223.270

2015 - 2023 Comparativo				
	↑	↓	↑	↑
	Aumento das emissões nos Municípios, com exceção dos Municípios de Amaturá, Atalaia do Norte, Barcelos, Benjamin Constant, Japurá, Santo Antônio do Içá, Tabatinga e Urucará;.	Redução das emissões na totalidade dos Municípios, com exceção do Município de Guajará.	Aumento das emissões nos Municípios, com exceção dos Municípios de Boca do Acre, Ipixuna, Lábrea e Urucará;.	Aumento das emissões nos Municípios, com exceção dos Municípios de Boca do Acre, Guajará, Japurá e Urucará

26. O SEEG reúne e organiza as estimativas de emissões nos cinco setores, fontes de gases de efeito estufa (GEE), - agropecuária, energia, mudança de uso da terra e florestas, processos industrias e resíduos - para as 27 Unidades da Federação e os 5.570 Municípios do país. Os dados disponíveis nas coleções do SEEG formam uma série histórica que inicia em 1970 (com exceção do setor de mudança de uso da terra, que iniciou em 1990), limitando-se ao ano anterior ao lançamento de cada coleção.
27. O Observatório do Clima (OC) é uma rede de organizações da sociedade civil, dedicada ao monitoramento das emissões de gases de efeito estufa (GEE) no Brasil. As instituições integrantes da OC coordenam o trabalho técnico do SEEG: IPAM (mudança de uso da terra), IMAFLORA (agropecuária), IEMA (energia e processos industriais, e ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade (resíduos).
28. Os anos selecionados para a análise representam o ano do compromisso assumido pelo Brasil no Acordo de Paris (2015), o último ano do período -2019 a 2022 - de enfraquecimento das políticas de controle do desmatamento (2022) e o ano da retomada das ações das medidas de fiscalização e de redução por setor de emissão (2023).

Eixo Temático 2: Infraestruturas para o Desenvolvimento

Infraestruturas de Transportes e Logística

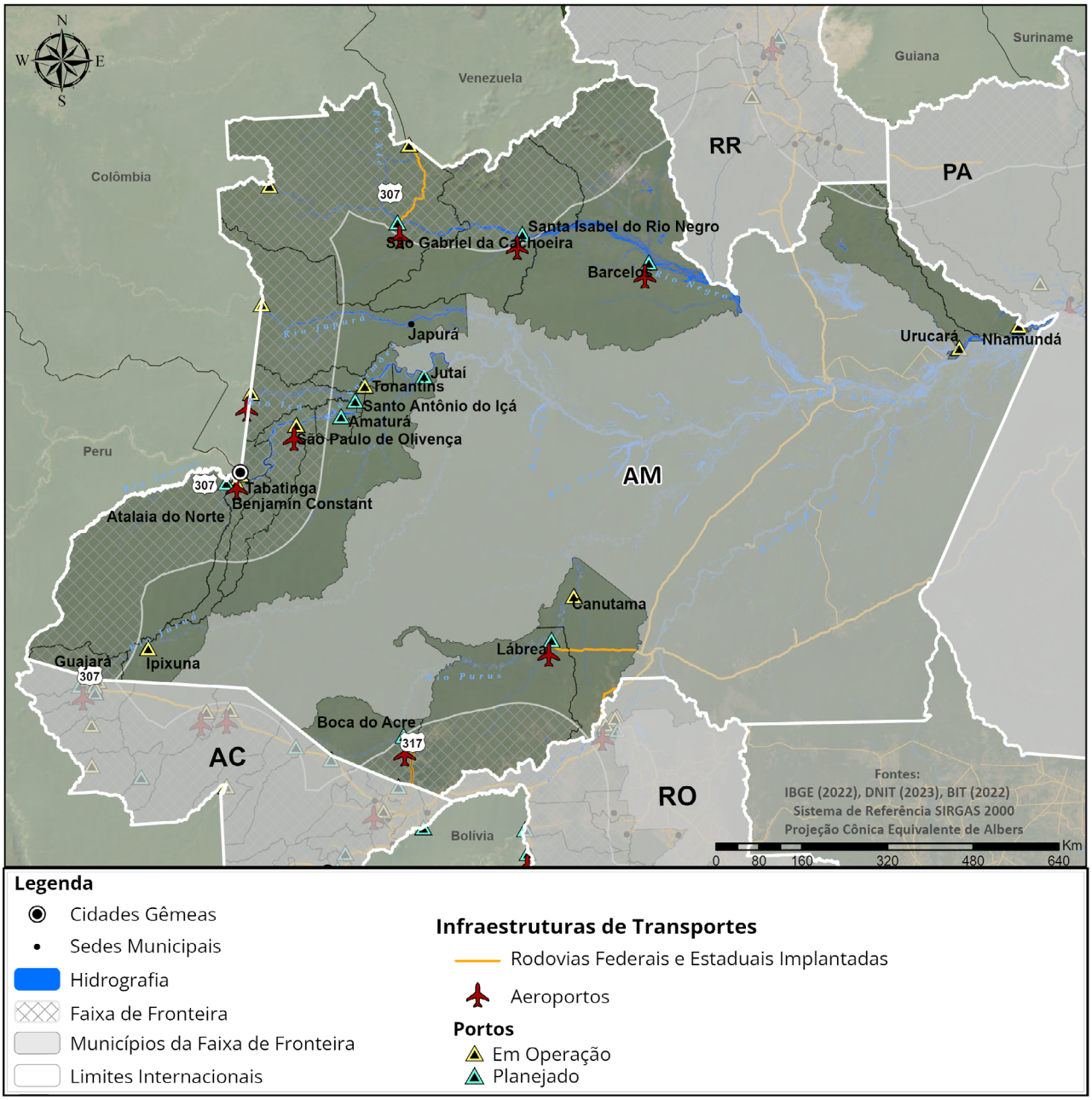
O acesso à Faixa de Fronteira amazônica é viabilizado, principalmente, por quatro Rodovias Federais: a BR-364 (Cuiabá/Porto Velho), a BR-319 (Manaus/Porto Velho), a BR-174 (Manaus/Boa Vista) e a BR-230 (Transamazônica). Projetadas no contexto do Programa de Integração Nacional (PIN), durante o regime militar, essas rodovias tinham como objetivo conectar a Amazônia às demais regiões do Brasil, promovendo a ocupação dos chamados "espaços vazios" e a exploração econômica da região.

No Amazonas, as rodovias federais praticamente não alcançam os municípios fronteiriços, sendo que as BRs 364, 317, 319 e 230 chegam apenas até os municípios de Boca do Acre, Lábrea e Canutama. No Município de São Gabriel da Cachoeira, há um pequeno trecho implantado da rodovia BR-307, rodovia que, em seu projeto original, conectaria o Município de Marechal Thaumaturgo no Acre até o Distrito de Cucuí, na fronteira com a Venezuela, em São Gabriel da Cachoeira.

O transporte fluvial desempenha papel fundamental na logística e na integração regional na Amazônia, especialmente nos municípios amazonenses localizados na Faixa de Fronteira, possibilitando o escoamento de produtos, o abastecimento de cidades ribeirinhas e a mobilidade das comunidades locais.

Devido à vastidão territorial e à dificuldade de acesso terrestre, o transporte aéreo regional, além de garantir a mobilidade de passageiros, desempenha um papel estratégico no transporte de cargas, facilitando a circulação de produtos e insumos essenciais para o comércio local e o crescimento econômico da região. Na região de fronteira, o Amazonas possui um aeroporto concedido - o de Tabatinga - e outros sete públicos, que operam regionalmente em determinados dias da semana: Barcelos (Aeroporto de Barcelos), Boca do Acre (Aeroporto Campo Novo), Lábrea (Aeroporto de Lábrea), Santa Isabel do Rio Negro (Aeroporto de Santa Isabel do Rio Negro), Santo Antônio do Içá (Aeroporto Ipiranga), São Gabriel da Cachoeira (Aeroporto de São Gabriel da Cachoeira) e São Paulo de Olivença (Aeroporto Senadora Eunice Micheles).

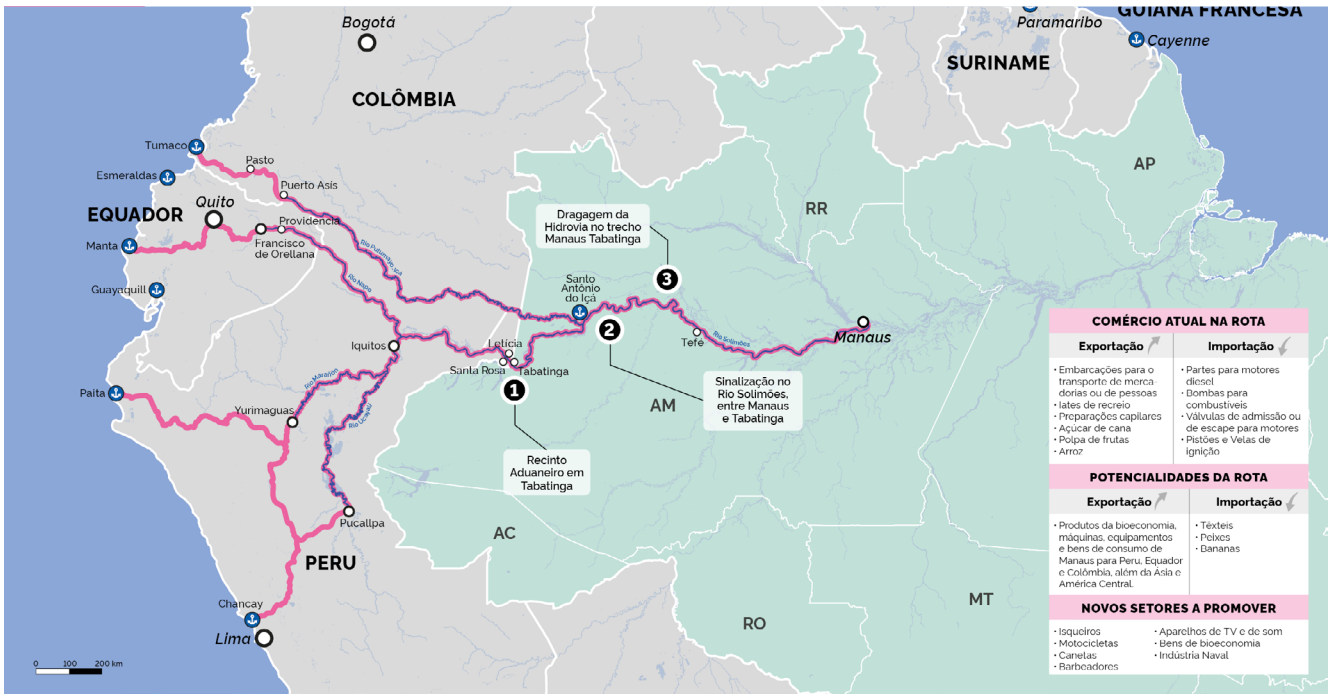
Mapa 4 - Infraestruturas de Transportes que interligam a Fronteira do Amazonas



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de fontes secundárias.

No contexto das relações transfronteiriças, vale destacar Programa Rotas de Integração Sul-Americana, como proposta. Criado em 2022, pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), o Programa tem como objetivo promover a integração logística entre os países da América do Sul, facilitar o comércio e reduzir tempo e custo do transporte de mercadorias entre o Brasil e seus vizinhos e a Ásia. Das cinco Rotas da Integração Sul-Americana definidas, duas atravessam o Amazonas[29]: a **Rota 1 - Ilha das Guianas** (que engloba também Roraima, Pará e Amapá conectando com Guiana Francesa, Suriname, Guiana e Venezuela; e a **Rota 2 – Amazônica** (conectando o Amazonas à Colômbia, Peru e Equador). Dentre os projetos em andamento e previstos estão a Restauração da BR-174, implantação de Recinto Aduaneiro em Tabatinga, Sinalização no Rio Solimões Dragagem da Hidrovia Entre Manaus (AM) e Tabatinga (AM).

Figura 2 - Infraestrutura de integração transfronteiriça – Rota 2



Fonte: MPO, 2024.

29. A Rota 1 é uma rota multimodal, composta por rodovias e hidrovias. No Brasil, inclui integralmente os Estados de Roraima e Amapá, além da calha norte dos Estados do Pará e do Amazonas - neste último, em trechos ainda com baixa infraestrutura instalada. Já a Rota 2, também de caráter multimodal, percorre longitudinalmente o Estado do Amazonas pelo Rio Solimões, sendo a principal rota hidroviária de integração internacional da região. O eixo parte de Manaus e segue até a Cidade de Tabatinga, na fronteira trinacional com o Peru (em Santa Rosa) e a Colômbia (em Letícia). Alternativamente, na altura de Santo Antônio do Içá, o rio Içá segue em direção à Colômbia, onde recebe o nome de Putumayo. Esse percurso atravessa a floresta amazônica até a cidade de Puerto Asís, onde ocorre o transbordo para uma rodovia que leva ao Porto de Tumaco, no Oceano Pacífico - próximo à fronteira com o Equador (MPO, 2024).

Infraestrutura Energética e de Comunicações

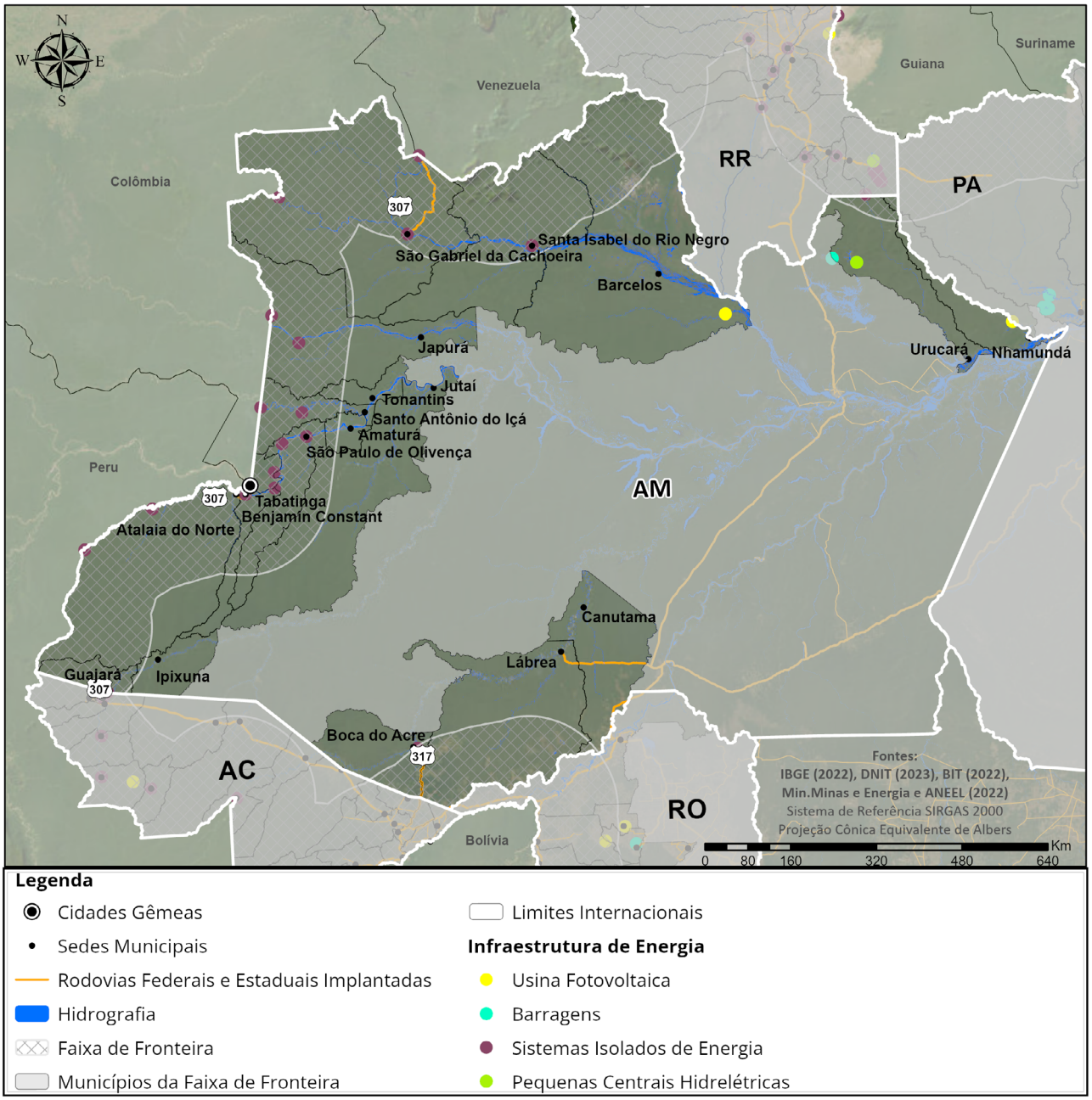
As particularidades da matriz energética da Região Norte, as características geográficas remotas e os impactos dos empreendimentos de geração de energia elétrica instalados e previstos na Amazônia são aspectos significativos que devem ser considerados na análise da infraestrutura energética. Segundo dados do Balanço Energético Nacional (BEN, 2024), a Região Norte possui a capacidade instalada de geração de energia[30] de 35.638 MW, o que representa 17,9% do total disponível no Brasil. Da capacidade instalada no território brasileiro, os dados da Região Norte indicam que a fonte hidroelétrica (29,10%) representa a maior capacidade de geração, seguida da termoelétrica (7,6%) e da solar (0,4%).

No contexto dos Estados de fronteira amazônica, os estados do Pará (59,43%), Rondônia (23,53%) e Amazonas (5,91%) representam 88,87% da geração de energia. Nos Estados do Acre (0,30%), Amapá (2,15%), Roraima (1,70%), o potencial de geração corresponde a 4,15% do total da Região Norte.

No Estado do Amazonas predomina a produção por fonte termoelétrica (50,59%), seguida da solar (2,17%). Grande parte das regiões interiores e de difícil acesso, em especial a Faixa de Fronteira, ainda depende de sistemas isolados ou de geração própria, como pequenos sistemas fotovoltaicos ou hidrelétricos locais[31]. A interligação completa dessas áreas continua sendo um dos desafios das políticas públicas para garantir a universalização do acesso à energia elétrica.

30. Capacidade instalada de geração elétrica é a potência máxima que uma usina pode gerar, enquanto a geração de eletricidade por fonte é a quantidade de energia produzida a partir de uma fonte específica.
31. O Governo Federal instituiu em 2020 o *Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal - Programa Mais Luz para a Amazônia (MLA)*, com o propósito de fornecer energia elétrica, exclusivamente por fontes renováveis, para 219 mil unidades consumidoras, até 2022. No Acre, foram instaladas placas de energia solar nas comunidades extrativistas e terras indígenas. Com menos de 5% da meta cumprida, o Governo Federal unificou os dois programas, incorporando as premissas e diretrizes do MLA ao *Programa Luz Para Todos (PLPT)*.

Mapa 5 - Geração de energia elétrica (Infraestrutura de energia e Sistemas Isolados) do Estado do Amazonas[32]



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de fontes secundárias.

32. O MME coordena o Planejamento do Atendimento aos Sistemas Isolados (SISOL). Para subsidiar o planejamento pelo MME, os resultados do SISOL são publicados pela EPE, com base nas informações fornecidas pelas distribuidoras de energia elétrica da Amazônia. Em fevereiro em 2024, o MME lançou o Portal de Acompanhamento e Informações dos Sistemas Isolados (PASI - disponível em: <https://pasi.epe.gov.br/>), com o propósito de agregar informações atuais ao SISOL e dar maior transparência aos dados.

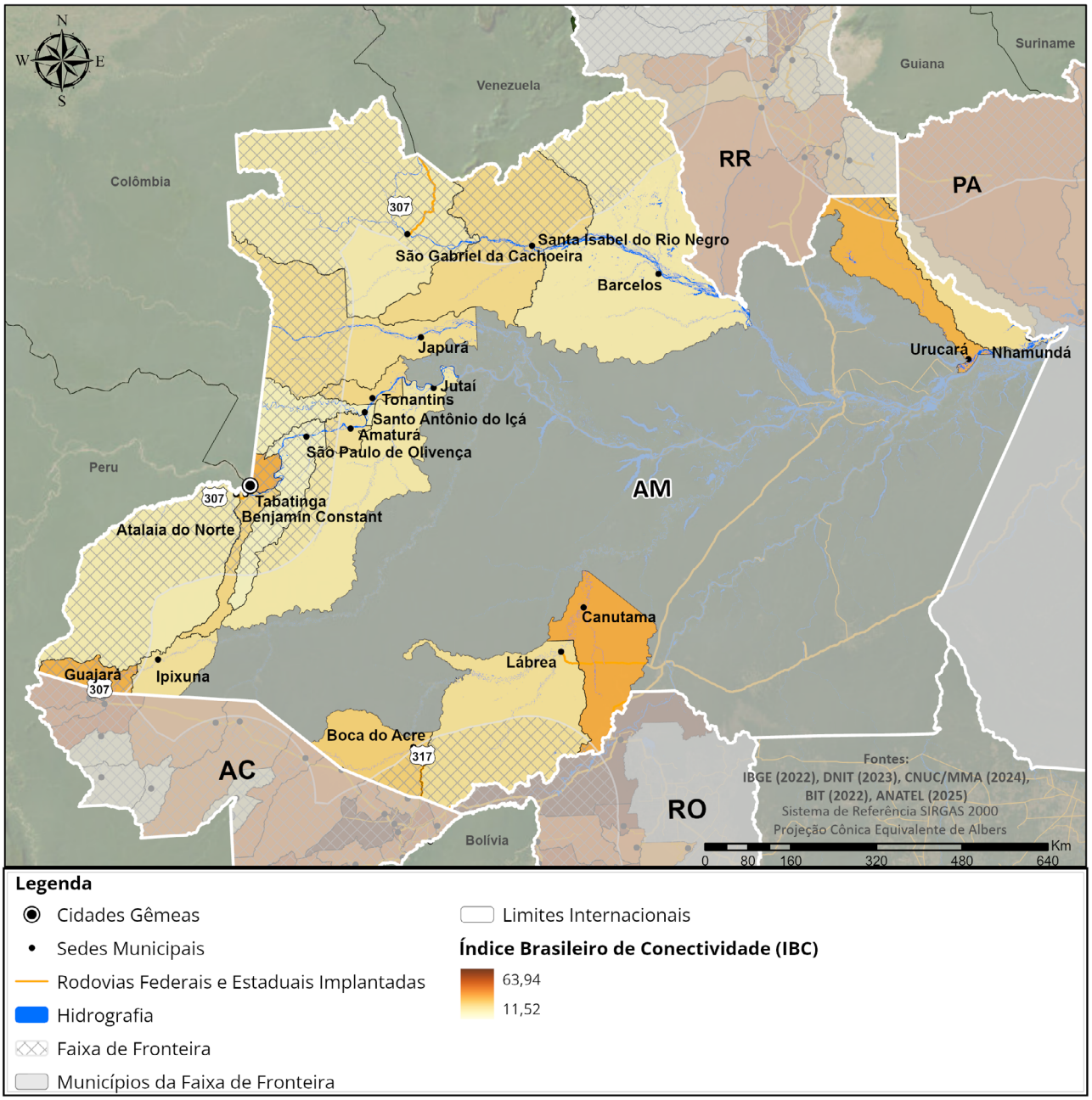
Com relação às infraestruturas de comunicações observa-se que, de forma abrangente, a cobertura de telefonia móvel e internet de alta qualidade são limitadas, especialmente em áreas rurais e remotas da Faixa de Fronteira, onde muitas localidades lidam com dificuldades de acesso às redes de comunicação, o que prejudica a inclusão digital, a comunicação e o desenvolvimento econômico. A baixa velocidade de internet, mesmo nas áreas onde há cobertura também limita o uso de serviços essenciais, como educação a distância, telemedicina e outras iniciativas digitais.

Embora a infraestrutura de comunicações nos Municípios da Faixa de Fronteira tenha apresentado avanços, especialmente com a implementação de programas como o Norte Conectado[33], ainda persistem desafios logísticos e técnicos que precisam ser superados para assegurar a conectividade da região. Na Faixa de Fronteira do Amazonas, municípios como São Gabriel da Cachoeira, Santo Antônio do Içá e Guajará estão contemplados no Programa[34]. Além de ampliar o acesso à internet na Região Amazônica, está prevista a integração aos países vizinhos, que compõem a Pan-Amazônica[35]. Nesse contexto, ganham relevância soluções complementares baseadas em conectividade via satélite de baixa órbita, que oferecem maior cobertura geográfica, menor latência em comparação aos satélites tradicionais e maior rapidez de implantação. Essas alternativas têm sido particularmente importantes para atender escolas, unidades de saúde, comunidades indígenas e localidades ribeirinhas, onde a chegada da fibra pode ser lenta ou inviável no curto prazo. De todo modo, a necessidade de investimentos contínuos e políticas públicas eficazes são fundamentais para a inclusão digital nos municípios da Faixa de Fronteira.

O Índice Brasileiro de Conectividade Digital (IBC) é uma ferramenta desenvolvida pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para classificar estados e municípios brasileiros de acordo com seus estágios de conectividade. Ao analisar os valores de IBC obtidos pelo Amazonas no intervalo de 2021 a 2025, é possível perceber uma melhora na conectividade do estado, que passou de 30,94 em 2021 para 46,74 em 2025. Entre os estados pertencentes à Faixa de Fronteira do Arco Norte, o Amazonas ocupa a 5ª posição no comparativo de índices de conectividade em 2025, atrás de Rondônia, Amapá, Pará e Acre, que apresentam valores de IBC superiores, respectivamente. Dos municípios localizados na faixa de fronteira do Amazonas, Canutama possui o maior valor de IBC (34,35 em 2025), seguida pela cidade-gêmea Tabatinga, com 34,02 de IBC. Já São Paulo de Olivença registra o menor índice (16,70 em 2025), uma diferença de aproximadamente 17 pontos para Canutama. São Gabriel da Cachoeira tem IBC 19,81 em 2025.

33. A expansão da infraestrutura de comunicações na Região Amazônica, particularmente na Faixa de Fronteira, foi impulsionada nos últimos anos com o avanço de iniciativas, como o Programa Norte Conectado, que desde 2020, conecta municípios do conjunto de Estados que a integram por meio da implantação de cabos de fibra óptica subfluvial.
34. O Norte Conectado compõe o Programa Amazônia Integrada Sustentável, instituído pelo Decreto nº 10.800, de 17 de setembro de 2021, responsável pela expansão da infraestrutura de comunicações na Região Amazônica, por meio da implantação de rede de transporte de fibra óptica. O programa é composto de oito infovias, que segundo dados do Ministério das Comunicações, beneficiarão 10 milhões de pessoas.
35. Os países que compõem a Pan-Amazônica são: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

Mapa 6 - Índice Brasileiro de Conectividade - Estado do Amazonas



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de fontes secundárias.

Saneamento Básico

A gestão do saneamento básico tem como principal objetivo a universalização dos serviços essenciais em seus quatro componentes: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. A precariedade nesses serviços tende a comprometer a qualidade de vida das populações locais, impactarem a saúde pública e gerar consequências ambientais graves, como a contaminação dos rios, que são a principal fonte de abastecimento de água para muitas comunidades.

De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA, 2022), os índices dos municípios da Faixa de Fronteira amazônica ainda são preocupantes e representam um dos grandes desafios para os gestores públicos.

Com relação ao abastecimento de água potável, os municípios enfrentam um déficit significativo. No Amazonas, há municípios fronteiriços que não ultrapassam 35% de cobertura, com destaque para Nhamundá cujo índice de atendimento é de apenas 9%.
Embora a região Norte, em geral, não enfrente problemas críticos de disponibilidade hídrica em termos de volume de água, os baixos índices de cobertura refletem não apenas a precariedade das infraestruturas de captação, tratamento e distribuição, mas também a dispersão populacional e as dificuldades logísticas para ampliação dos serviços.

Sobre os serviços de esgotamento sanitário, diversos municípios não apresentam dados, evidenciando a inexistência ou a falta de estrutura para o monitoramento desse serviço.

No que se refere à limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, observa-se a predominância de lixões como forma de disposição final, comprometendo a qualidade ambiental e a saúde da população. Os municípios que abrangem fronteiras secas podem enfrentar a circulação irregular de resíduos entre os países vizinhos, ou que exijam maior articulação entre as pessoas envolvidas na gestão desses serviços. Dos municípios lindeiros do Amazonas, Atalaia do Norte é o único com taxa de cobertura alta, superior inclusive à média nacional, (90,4%) da população atendida. Tabatinga e Benjamin Constant apresentam menos de 70% de cobertura de coleta domiciliar.

Com relação à drenagem urbana[36], os dados revelam variações importantes entre os municípios, ainda que todos apresentem percentuais inferiores à média nacional (95,7%) e à média regional do Norte (95%).

36. Considerando a diversidade de indicadores sobre o tema, adotou-se para esta análise a parcela de domicílios não sujeitos a risco de inundação (SNISA,2022).

Tabela 4 - Saneamento Básico: índice de atendimento em relação à população total (%)

Municípios da Faixa de Fronteira do Amazonas	Abastecimento de água potável	Esgotamento Sanitário	Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e manejo de águas pluviais urbanas
	Índice de atendimento em relação à população total (%)	Índice de atendimento em relação à população total (%)	Taxa de cobertura da coleta domiciliar em relação à população total (%)	Parcela de domicílios não sujeitos a risco de inundação (%)
Amaturá	NI	NI	57,31	IN
Atalaia do Norte	24,19	NI	97,95	71,6
Barcelos	97,69	NI	IN	IN
Benjamin Constant	35,03	NI	63,75	85,8
Boca do Acre	100	NI	100	60
Canutama	80,03	NI	50,39	60,9
Guajará	91,99	7,37	84,69	76.80
Ipixuna	26,33	0,53	65,81	92,2
Japurá	47,17	NI	47,17	100
Jutaí	NI	NI	IN	IN
Lábrea	70,41	NI	66,41	93,3
Nhamundá	9,16	NI	39,81	93,3
Santa Isabel do Rio Negro	38,16	NI	IN	IN
Santo Antônio do Içá	14,18	NI	IN	IN
São Gabriel da Cachoeira	50,4	NI	77,23	100
São Paulo de Olivença	37,6	NI	37,92	99,4
Tabatinga (*)	28,22	NI	69,63	IN
Tonantins	93,52	NI	54,63	98,5
Urucará	99,74	NI	57,68	99
Estado do Amazonas	**81,7**	**14,6**	**81**	**91**
Brasil	**84,9**	**56**	**90,4**	**95,7**

(*) Fronteira seca. NI = Não Informado.

Fonte: Sinisa, 2022.



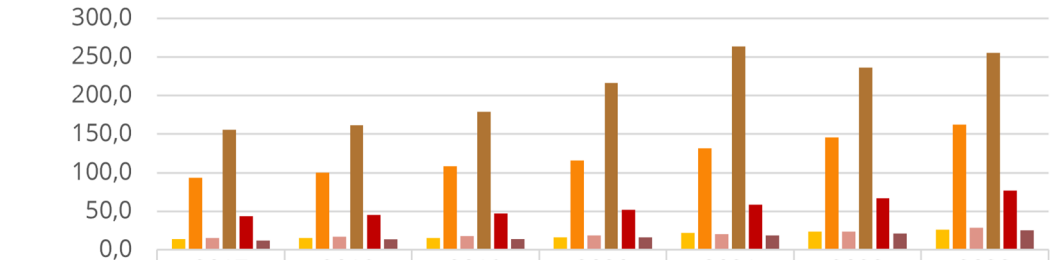
Foto: Tiago Silveira/Mtur

Eixo Temático 3: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

Estrutura Econômica

O Produto Interno Bruto (PIB) é o principal indicador do nível de atividade econômica de um território. Apesar de não revelar fatores como distribuição de renda, qualidade de vida e desigualdades, permite uma análise da dimensão econômica capaz de fornecer subsídios para um diagnóstico de vocações e potencialidades. O Estado do Amazonas é a segunda maior economia dentre os estados do Arco Norte e Rondônia, atrás apenas do Pará.

Gráfico 7 - Produto Interno Bruto a preços correntes de mercado em bilhões de reais, 2017 a 2023



	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Acre	14,3	15,3	15,6	16,5	21,4	23,7	26,3
Amazonas	93,2	100,1	108,2	116,0	131,5	145,1	161,8
Amapá	15,5	16,8	17,5	18,5	20,1	23,6	28,0
Pará	155,2	161,3	178,4	215,9	262,9	236,1	254,5
Rondônia	43,5	44,9	47,1	51,6	58,2	66,8	76,4
Roraima	12,1	13,4	14,3	16,0	18,2	21,1	25,1

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do IPEADATA.

Na análise da participação do valor adicionado dos Setores de Agropecuária, Indústria, Serviços e Administração Pública[37] no valor adicionado bruto total[38], ainda que o setor de serviços tenha maior peso, observa-se que o Setor Industrial tem uma contribuição relevante no Amazonas (40,1%), em especial a Indústria de Transformação.

Tabela 5 - Participação setorial no valor adicionado dos Estados em 2021 (em %)

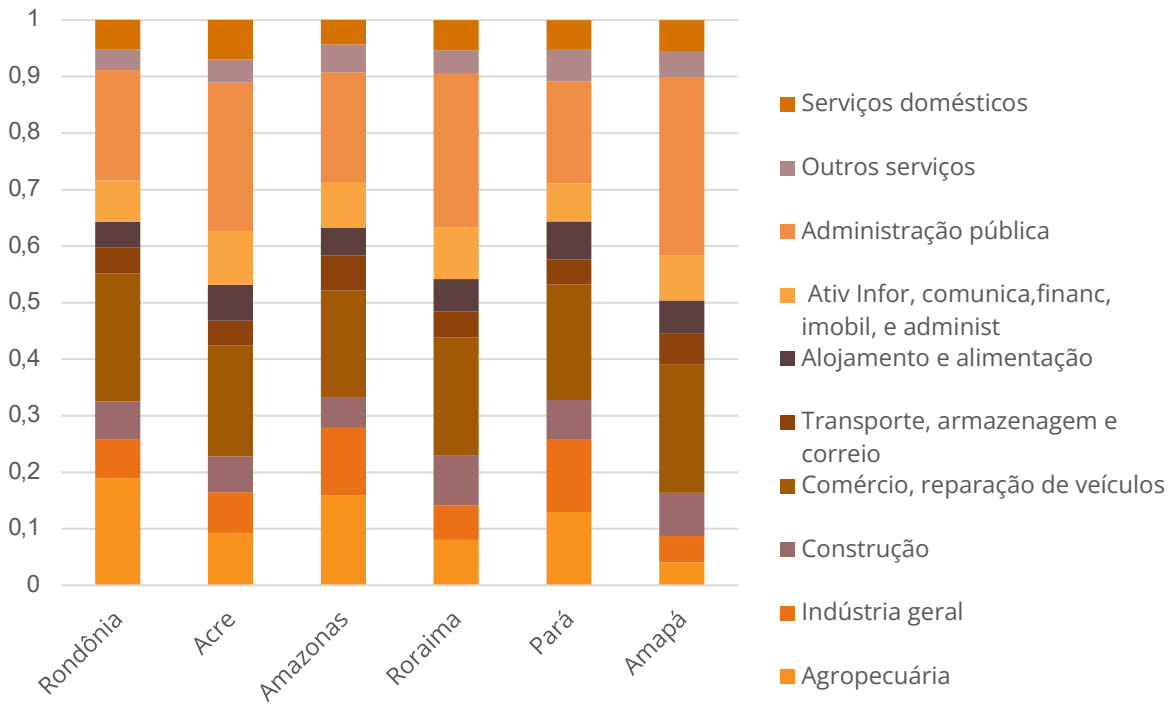
Setores econômicos	Acre	Rondônia	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá
Agropecuária	**17,1%**	**18,9%**	**5,4%**	**8,9%**	**12,9%**	**1,2%**
Indústria	**8,0%**	**19,0%**	**40,1%**	**11,7%**	**28,5%**	**10,4%**
Indústria extrativa	0,0%	0,2%	2,1%	0,1%	13,5%	0,1%
Indústria de transformação	3,3%	7,7%	32,6%	1,3%	5,6%	1,6%
Serviços industriais de Utilidade Pública (SIUP)	1,2%	8,2%	2,1%	5,4%	4,8%	5,2%
Construção	3,5%	2,9%	3,2%	4,9%	4,7%	3,6%
Serviços	**74,9%**	**62,1%**	**54,5%**	**79,5%**	**58,6%**	**88,3%**
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	11,5%	10,8%	10,2%	12,2%	10,8%	12,1%
Transporte, armazenagem e correio	1,0%	1,4%	3,4%	1,9%	2,5%	1,4%
Informação e comunicação	0,9%	0,7%	1,3%	1,0%	0,9%	1,2%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3,1%	3,9%	2,3%	2,8%	2,9%	2,5%
Atividades imobiliárias	9,5%	8,6%	6,4%	7,7%	7,2%	10,8%
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	38,5%	27,6%	20,2%	46,2%	23,6%	48,3%
Outros serviços	10,3%	9,1%	10,6%	7,6%	10,7%	12,0%

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

37. O setor de Agropecuária corresponde a: agricultura, pecuária e produção florestal; pesca e aquicultura. O setor Industrial corresponde a: indústria extrativa e mineral; indústria de transformação; produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana; construção civil. Já o Setor de Serviços engloba: Comércio, transportes, informação e comunicação, atividades financeiras, atividades imobiliárias, administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social e outros serviços.
38. A definição de valor adicionado bruto é o valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. Dessa forma, ele mede a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades. Isto é, quanto efetivamente o setor contribui para o PIB total.

Com relação ao total de ocupados por setor de atividade, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2023) mostram que o Setor de Serviços aparece como principal empregador na economia da região. Apesar de a indústria contribuir num patamar elevado para o valor adicionado no Pará e no Amazonas, isto não se traduz na mesma proporção total de ocupados, cujos percentuais foram próximos a 12%. A agropecuária nestes estados chega a ultrapassar o total de ocupados na indústria, ressaltando a importância das atividades rurais.

Gráfico 8 - Produto Interno Bruto a preços correntes de mercado em bilhões de reais

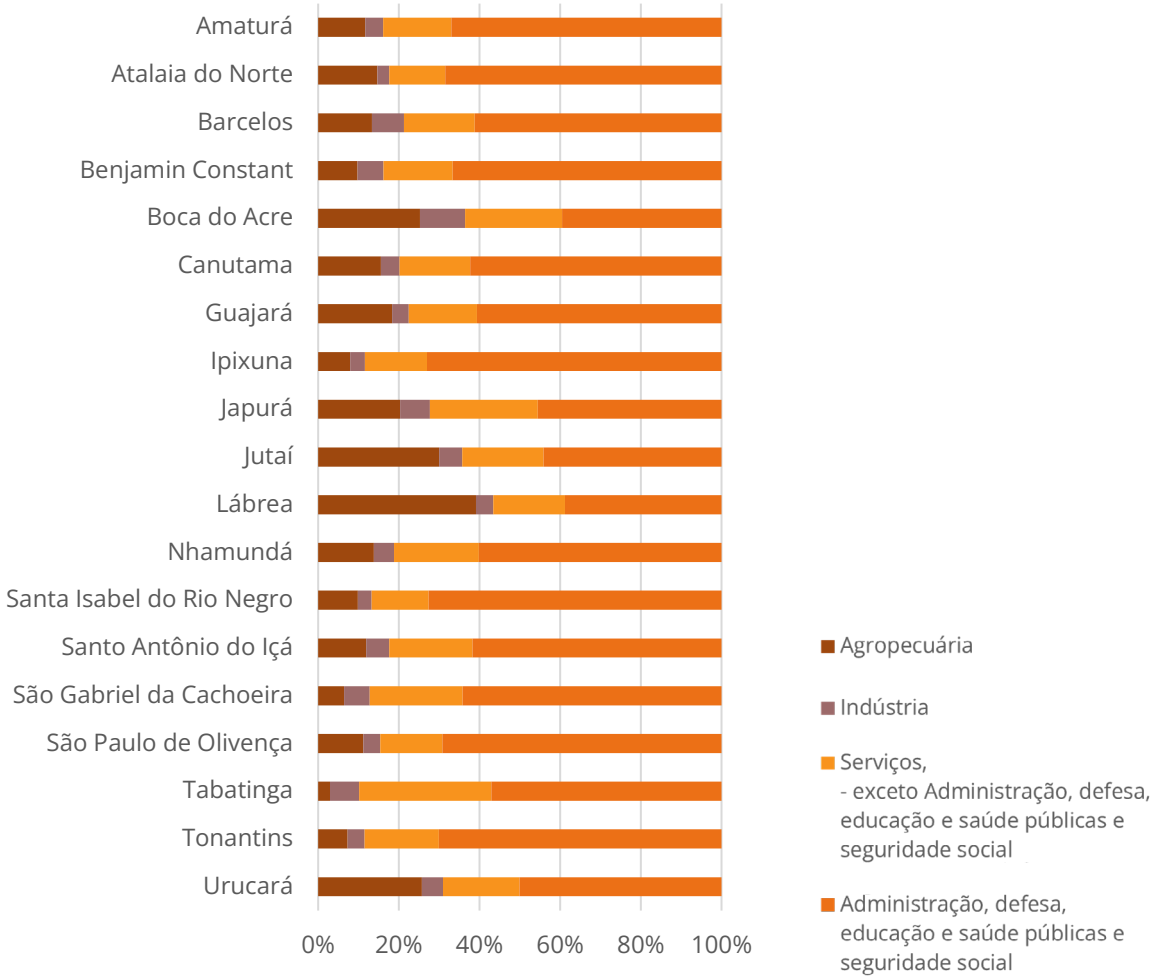


Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, 2023).

Na análise por municípios[39], a Capital Manaus, que não se encontra na faixa de fronteira se destaca na participação do valor adicionado da indústria, devido à presença da Zona Franca. Os municípios da Faixa de Fronteira, ao contrário, apresentam baixíssima contribuição do setor industrial ao seu valor adicionado (VA), que é composto majoritariamente pela administração pública e pelos serviços. Tabatinga responde por menos de 1,0% do PIB estadual. Observa-se ainda que agropecuária apresenta maior relevância em municípios como Lábrea, Boca do Acre, Urucará e Jutaí.

39. Conforme nota técnica 02/2024 do Sistema de Contas Nacionais, o dado mais recente do IBGE para o PIB dos Municípios com a abertura das atividades econômicas é de 2021.

Gráfico 9 - Produto Interno Bruto a preços correntes de mercado em bilhões de reais



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do PIB dos municípios, IBGE.

Atividades Produtivas

Uma vez que o trabalho envolve foco na bioeconomia e cadeias produtivas sustentáveis e inclusivas dos produtos da sociobiodiversidade, foram analisados dados econômicos vinculados ao setor agropecuário ou agroindustrial, para demonstrar um panorama das atividades produtivas dos estados e municípios[40].

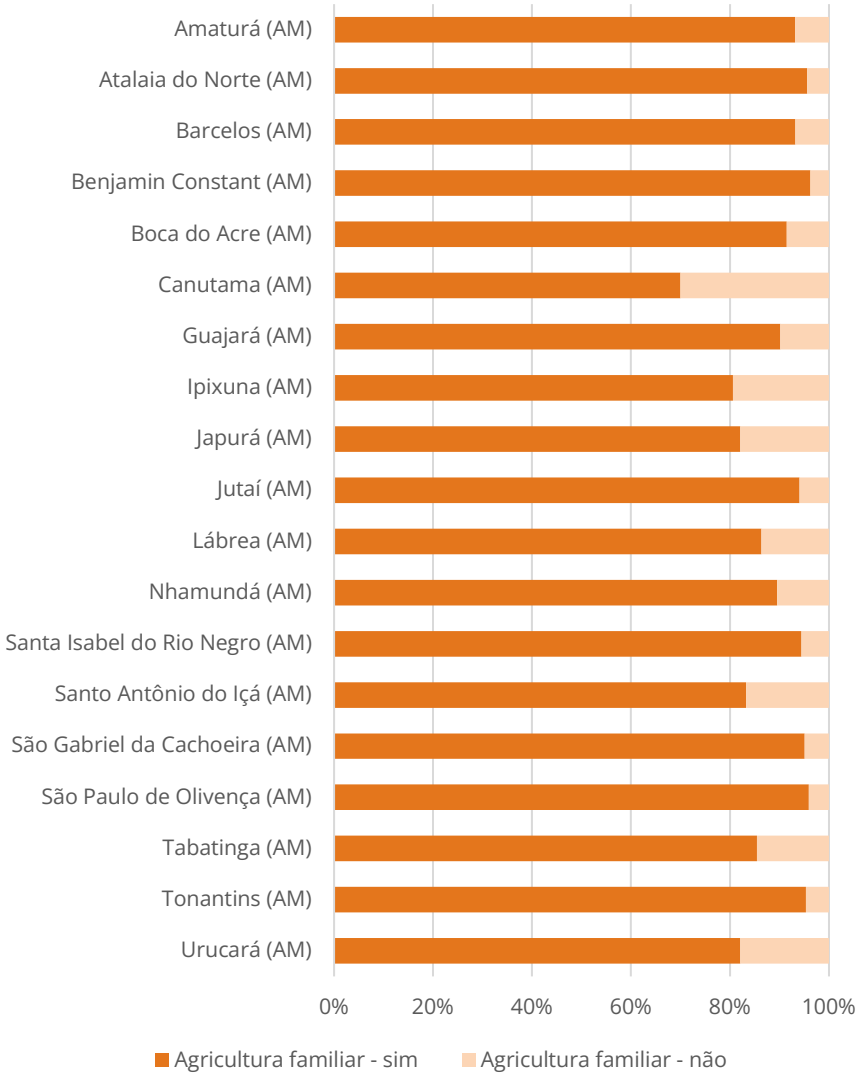
O mapeamento dessas atividades envolve algumas especificidades, atreladas à questão da sustentabilidade e da inclusão social, que apresentam entre si importante conexão. Na Amazônia Legal, milhares de famílias vivem de atividades produtivas relacionadas aos produtos da biodiversidade da floresta, com cerca de dois milhões de pessoas no extrativismo dos produtos florestais não madeireiros (IMAFLORA, 2016). A maior parte dessas famílias constitui população tradicional, indígenas, ribeirinhos, extrativistas, etc.

No contexto de real agravamento das condições climáticas e sua ameaça à manutenção da biodiversidade e da própria sobrevivência humana, é necessário foco numa economia baseada na sustentabilidade, preservação e restauração ambiental. São as populações tradicionais que ali vivem que há muitos anos garantem a manutenção desse ecossistema, central no equilíbrio climático global. Elas detêm conhecimentos sobre os recursos naturais disponíveis, técnicas e práticas socioculturais de cultivos, benéficos à preservação ambiental. No entanto, há avanços organizacionais, tecnológicos e financeiros que podem colaborar na resolução de gargalos produtivos, assim como no melhoramento dessas práticas, com vistas ao fortalecimento dessas atividades, suas populações e seus potenciais ganhos econômicos.

De modo geral, se observa uma alta participação em termos de número de estabelecimentos da agricultura familiar nos municípios de Faixa de Fronteira e capitais. Em geral, os municípios apresentam mais de 80% dos estabelecimentos sob essa condição.

40. Censo Agropecuário e a pesquisa de extração vegetal e silvicultura, produzidos pelo IBGE correspondem a uma base de dados consolidada no Brasil, que fornecem informações relevantes para o conhecimento sobre o cenário da atividade agropecuária em todo o território brasileiro.

Gráfico 10 - Número de Estabelecimentos por condição do produtor no Amazonas[41]

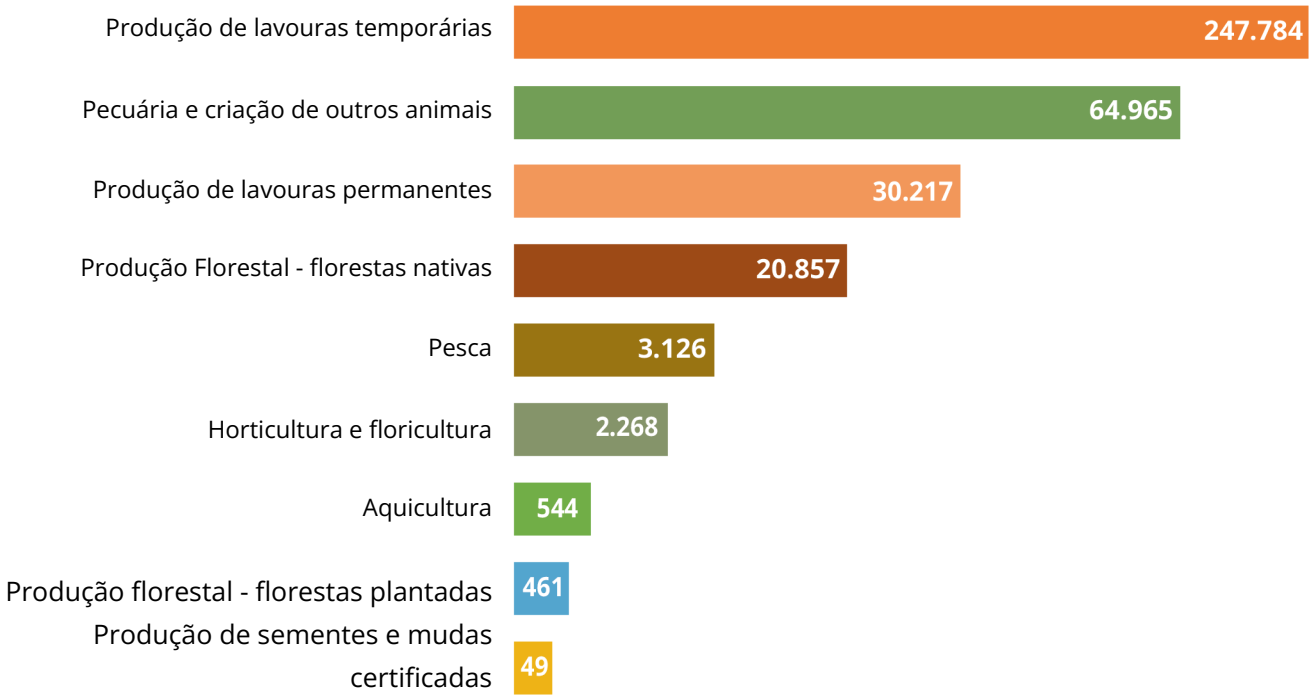


Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de Censo Agropecuário 2017, IBGE

No Amazonas, observa-se um padrão na produção do valor, em que as lavouras temporárias ocupam o primeiro lugar e a pecuária, o segundo.

41. As atividades econômicas exercidas pela agroindústria rural identificadas foram: produção de lavouras (permanentes e temporárias), pecuária e criação de animais, pesca e aquicultura, produção florestal (florestas nativas e plantadas) e horticultura ou floricultura.

Gráfico 11 - Valor da Produção das atividades agropecuárias (em mil reais)



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de Censo Agropecuário 2017, IBGE

Dados específicos sobre extração vegetal, também contribuem para o diagnóstico produtivo, sendo, no caso da bioeconomia, de extrema relevância. Pela pesquisa de extração vegetal e silvicultura do IBGE (PEVS), seguem abaixo os principais produtos do extrativismo vegetal segundo seu valor da produção em 2023. Levou-se em conta a quantidade e valor da produção total dos produtos.

Valor da produção dos principais produtos extrativos (em mil reais) - 2023*

1°



MADEIRA EM TORA

Valor da produção:
136.028 mil reais
Quantidade:
906.211 m^3

2°



AÇAÍ

Valor da produção:
127.035 mil reais
Quantidade:
43.877 toneladas

3°



CASTANHA DO BRASIL

Valor da produção:
11.291 mil reais
Quantidade:
43.616 toneladas

4°



LENHA

Valor da produção:
10.671 mil reais
Quantidade:
563.778 m^3

5°



COPAÍBA

Valor da produção:
9.220 mil reais
Quantidade:
236 toneladas

6°



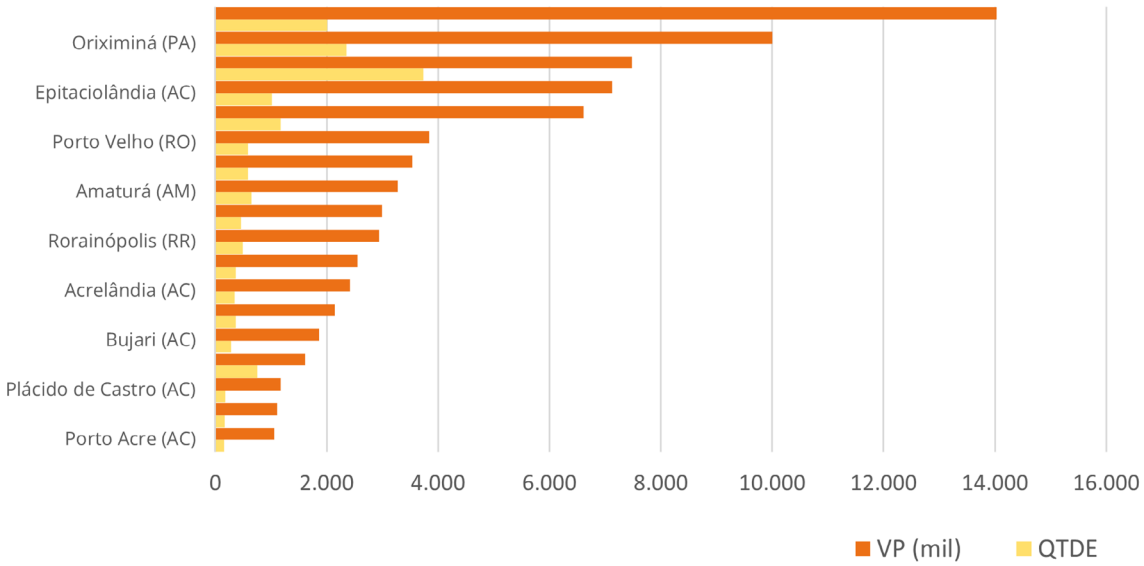
PIAÇAVA

Valor da produção:
7.018 mil reais
Quantidade:
2.006 toneladas

* No bioma Amazônico, marcado pela predominância de florestas nativas, a exploração de produtos florestais, como madeira e lenha, deve observar os princípios do manejo florestal sustentável, prática regulamentada no Brasil desde a Lei Federal nº 4.771/1965 e atualmente disciplinada pela legislação ambiental vigente. Ressalta-se que os dados da PEVS/IBGE expressam os volumes e valores da produção extrativista, sem distinguir as formas de manejo ou a origem sustentável dos produtos comercializados.

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de PVES 2023

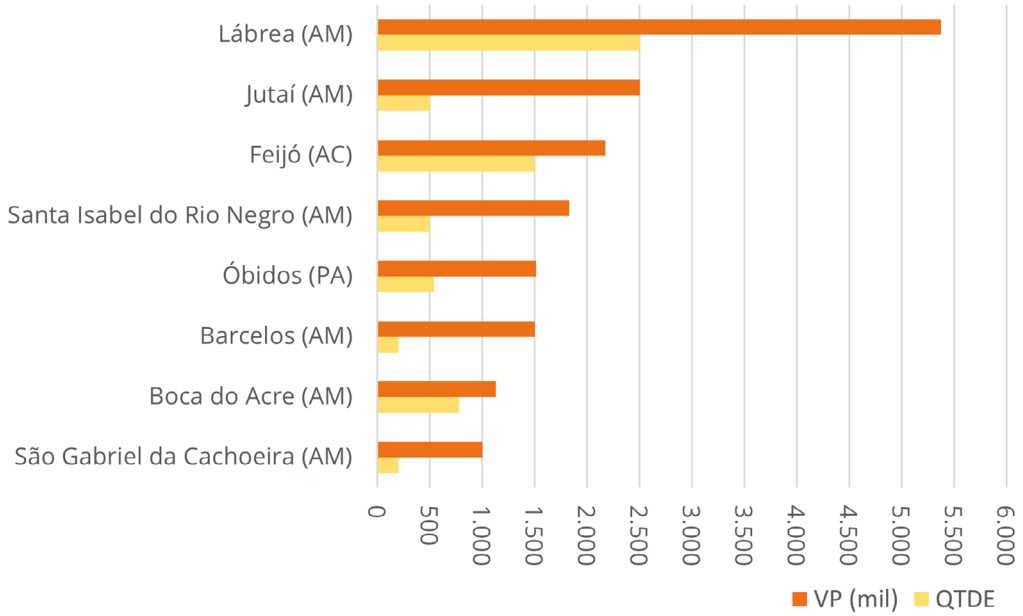
Gráfico 12 - Valor da produção na extração vegetal (em mil reais), 2023. Tipo de produto extrativo: Castanha. Principais municípios.



Fonte: Pesquisa de extração vegetal e silvicultura do IBGE (PEVS, 2023).

No caso do Açaí, este é o produto extrativo florestal não madeireiro com maior produção nos estados amazônicos, com maior quantidade e valor da produção, e também, de número de municípios que realizam seu extrativismo. O gráfico abaixo contém uma lista com os municípios com maior valor da produção no açaí da região, onde se observa a liderança dos municípios de Lábrea e Jutaí. Outros Municípios ainda se destacam como Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos, Boca do Acre e São Gabriel da Cachoeira.

Gráfico 13 - Valor da produção na extração vegetal (em mil reais), 2023. Tipo de produto extrativo: açaí. Principais municípios em VP



Fonte: Pesquisa de extração vegetal e silvicultura do IBGE (PEVS, 2023).

Potencial Turístico

O turismo transfronteiriço é potencial para explorar as oportunidades de integração entre cidades brasileiras e municípios dos países vizinhos, além do fortalecimento do ecoturismo, do etnoturismo, do turismo cultural e de negócios. De acordo com os dados obtidos do Mapa do Turismo[42](2025), são 16 Polos e Regiões Turísticas e 33 municípios fronteiriços distribuídos ao longo do Arco Norte e Rondônia. Na Faixa de Fronteira do Amazonas são seis municípios incluídos em três regiões turísticas, cuja abrangência envolve outros municípios não fronteiriços:

• **Região Turística Encantos do Rio Negro (Alto Rio Negro)** - turismo imersivo na floresta, de pesca esportiva e de vivência com comunidades ribeirinhas;

42. A Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas é um instrumento desenvolvido pelo Ministério do Turismo (MTur) para classificar os aqueles inseridos no Mapa do Turismo Brasileiro com base na sua importância e desempenho no setor. Essa categorização tem como objetivo orientar a formulação de políticas públicas, a destinação de recursos e o planejamento estratégico do turismo no país. Atualmente, a classificação se dá em três categorias: Município turístico – concentra o maior fluxo de visitantes e reúne os principais atrativos e serviços turísticos da região; Município com oferta turística complementar – dispõe de atrativos e serviços que fortalecem e ampliam a experiência dos visitantes em relação ao município turístico.; Município de apoio ao turismo – apresenta pouco ou nenhum fluxo turístico direto, mas se beneficia da atividade, fornecendo mão de obra, serviços e produtos.

• **Região Turística Fronteiras do Amazonas (Alto Rio Solimões)** - localizada na tríplice fronteira entre Brasil. Colômbia e Peru, voltada para o turismo de integração cultural transfronteiriço, biodiversidade e de observação da natureza;

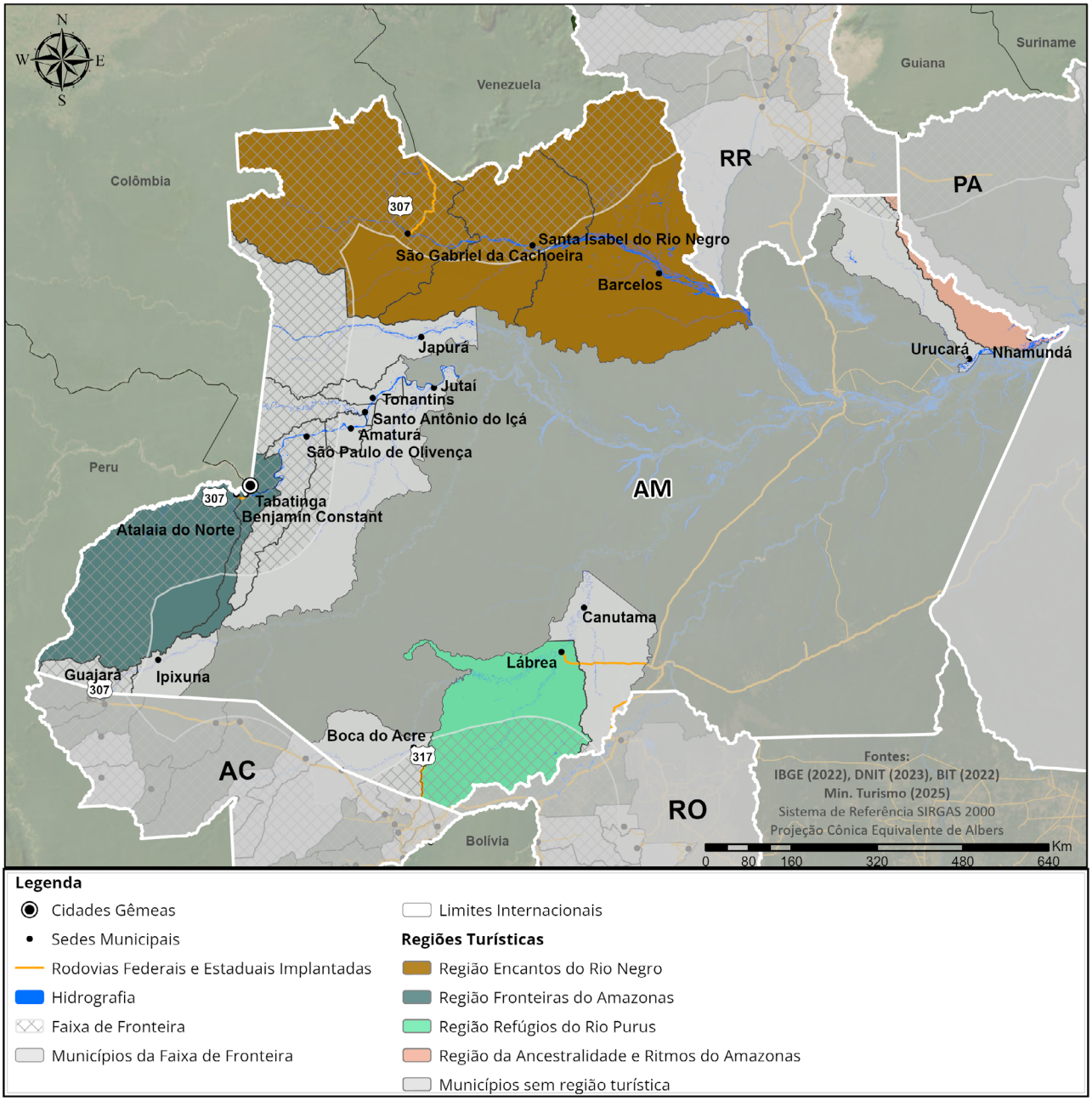
• **Região Turística da Ancestralidade e Ritmos do Amazonas (Médio Rio Amazonas)** - tem como focos o etnoturismo, o turismo cultural de eventos (a festa do Boi de Parintins integra este roteiro) e o turismo de base comunitária (comunidades ribeirinhas e indígenas/povo Sateré-Mawé).

• **Região Refúgios do Rio Purus: região rica em biodiversidade**, ideal para turistas que buscam uma experiência imersiva na natureza amazônica. Inclui o **Município de Lábrea**.



Foto: Bruno Leão/Sedecti

Mapa 7 - Regiões Turísticas nos municípios da Faixa de Fronteira do Estado do Amazonas



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

Os municípios de Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira são os únicos classificados como municípios com oferta turística complementar, o que significa que dispõem de atrativos e serviços que fortalecem e ampliam a experiência de visitantes mas ainda não são enquadrados como municípios turísticos.

Tabela 6 - Dados das Regiões Turísticas do Estado do Amazonas

Município	Região Turística	Categoria
Barcelos	Encantos do Rio Negro (Alto Rio Negro)	Município de apoio ao turismo
São Gabriel da Cachoeira	Encantos do Rio Negro (Alto Rio Negro)	Município com oferta turística complementar
Atalaia do Norte	Fronteiras do Amazonas (Alto Rio Solimões)	Município de apoio ao turismo
Benjamin Constant	Fronteiras do Amazonas (Alto Rio Solimões)	Município de apoio ao turismo
Tabatinga	Fronteiras do Amazonas (Alto Rio Solimões)	Município com oferta turística complementar
Nhamundá	Ancestralidade e Ritmos do Amazonas (Médio Rio Amazonas)	Município de apoio ao turismo
Lábrea	Região Refúgios do Rio Purus	Município de apoio ao turismo

Fonte: Ministério do Turismo (2025).



Foto: ASCOM/Sedecti

Eixo Temático 4: Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Povos Indígenas

De acordo com os dados da FUNAI, no Amazonas, há 35 terras indígenas que compõem, integral ou parcialmente, a Faixa de Fronteira. Na tabela a seguir, apresenta-se a sistematização de todas as TIs encontradas no Estado, com informações sobre a localização nos municípios, etnias, área e status de regularização. Sobre a situação jurídica, vale destacar que essas informações são dinâmicas devido aos próprios processos de regularização fundiária.

Tabela 7 - Terras Indígenas localizados na Faixa de Fronteira do Estado do Amazonas

Nome da terra indígena	Municípios	Etnia	Área em ha	Status
Alto Rio Negro	Japurá, São Gabriel da Cachoeira	Arapáso, Karapanã, Barasána, Baré, Wanana	7.999.381	Regularizada
Apurinã Km 124 BR-317	Boca do Acre, Lábrea	Apurinã	42.198	Regularizada
Balaio	São Gabriel da Cachoeira	Tukano, Tariana, Desána	257.281	Regularizada
Boca do Acre	Boca do Acre, Lábrea	Apurinã	26.240	Regularizada
Bom Intento	Benjamin Constant	Tikúna	1.613	Regularizada
Cué Cué/ Marabitanas	São Gabriel da Cachoeira	Baré	808.645	Declarada
Guanabara	Benjamin Constant	Kokama	15.600	Declarada
Jacareúba/Katauixi (restrição uso)	Canutama, Lábrea	Isolados	647.386	Em Estudo

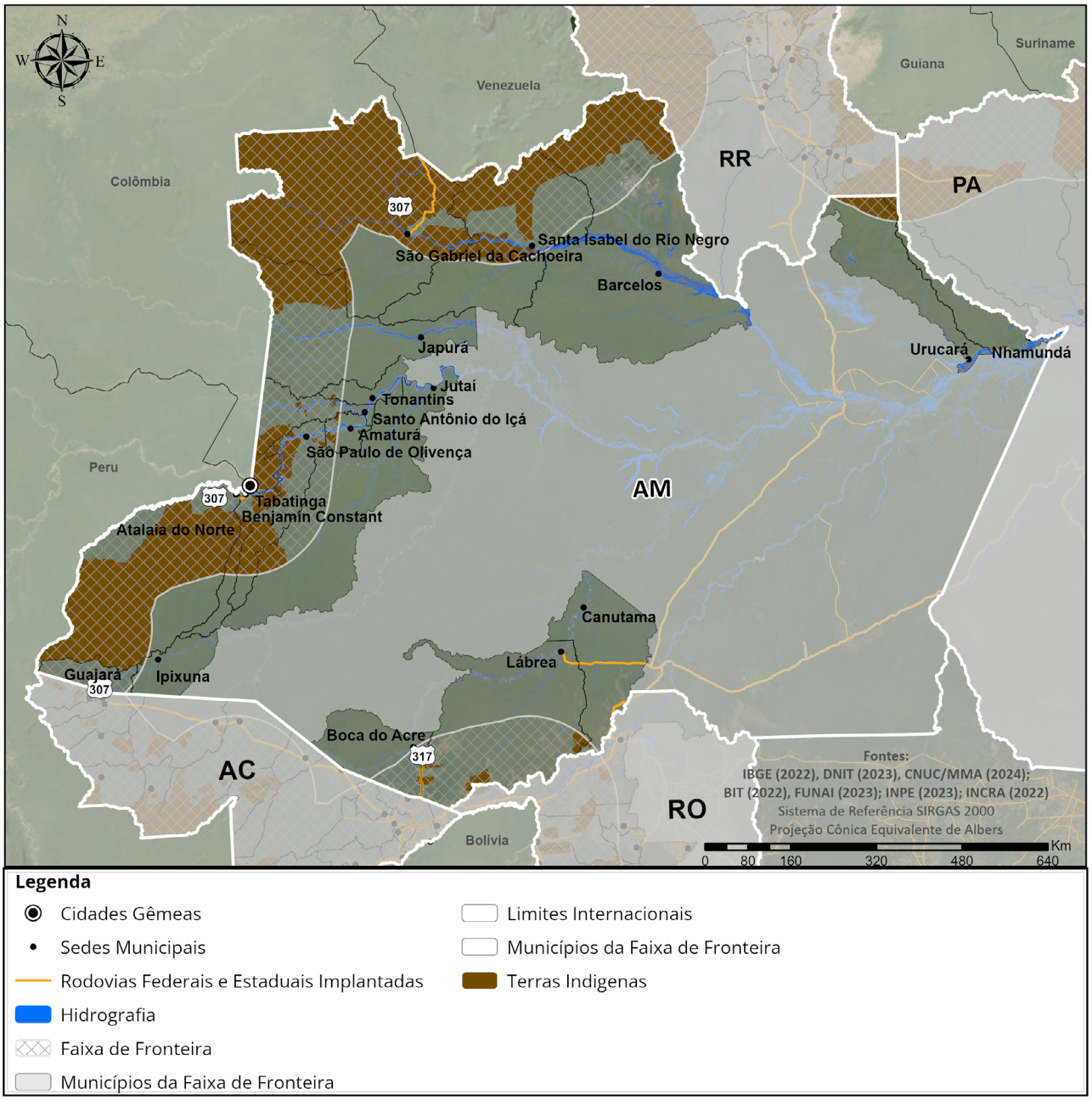
Nome da terra indígena	Municípios	Etnia	Área em ha	Status
Jurubaxi-téa	Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro	Desána, Kuripako, Tikúna, Tariana, Arapáso, Piratapuya, Nadëb, Baniwa, Baré, Tukano	1.208.155	Declarada
Lago do Correio	Santo Antônio do Içá	Kokama, Tikúna	13.210	Regularizada
Lauro Sodré	Benjamin Constant	Tikúna	9.479	Regularizada
Maraitá	Amaturá	Tikúna	53.038	Regularizada
Matintin	Tonantins, Santo Antônio do Içá	Tikúna	21.761	Regularizada
Médio Rio Negro I	Japurá, Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira	Tukano, Makú, Tariana, Baré, Baniwa	1.776.139	Regularizada
Médio Rio Negro II	Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira	Tukano, Makú, Tariana, Desána, Baré, Baniwa	316.195	Regularizada
Nova Esperança do Rio Jandiatuba	São Paulo de Olivença, Amaturá	Tikúna	20.004	Regularizada
Porto Limoeiro	Santo Antônio do Içá	Tikúna	4.588	Regularizada
Rio Apaporis	Japurá	Tukano, Makú, Desána, Tuyúca	106.960	Regularizada
Rio Téa	Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira	Tukano, Makú, Piratapuya, Desána, Baré	411.865	Regularizada
Sapotal	Tabatinga	Kokama	1.264	Regularizada
Sururuá	São Paulo de Olivença, Benjamin Constant	Kokama	36.125	Declarada
São Leopoldo	Benjamin Constant	Tikúna	69.271	Regularizada

Nome da terra indígena	Municípios	Etnia	Área em ha	Status
Tikuna de Santo Antonio	Benjamin Constant	Tikúna	1.065	Regularizada
Tikúna de Feijoal	São Paulo de Olivença, Benjamin Constant	Kokama,Tikúna	40.949	Regularizada
Tukuna Porto Espiritual	Benjamin Constant	Tikúna	2.839	Regularizada
Tukuna Umariaçu	Tabatinga	Tikúna	4.855	Regularizada
Vale do Javari	Jutaí,São Paulo de Olivença, Atalaia do Norte, Benjamin Constant	Matsés, Matís, Kulina Páno	8.544.482	Regularizada
Vui-Uata-In	Amaturá	Tikúna	121.199	Regularizada
Évare I	Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga	Tikúna	548.178	Regularizada
Évare II	São Paulo de Olivença	Tikúna	176.206	Regularizada
Nhamundá/ Mapuera	Nhamundá, Urucará, Oriximiná, Faro	Hixkaryána, Wai Wai	1.049.520	Regularizada
Kaxarari	Lábrea, Porto Velho	Kaxarari	145.890	Regularizada

Nome da terra indígena	Municípios	Etnia	Área em ha	Status
Waimiri-Atroari	Presidente Figueiredo, Urucará, Novo Airão, São João da Baliza, Rorainópolis	Waimiri Atroari	2.585.912	Regularizada
Yanomami	Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira, Alto Alegre, Mucajaí, Caracaraí, Iracema	Yanomámi	9.664.975	Regularizada
Trombetas/ Mapuera	Nhamundá, Urucará, Caroebe, São João da Baliza, Oriximiná, Faro	Katuena, Xereu, Wai Wai, Tunayana, Sikiyana, Hixkaryána, Isolados, Karafawyana, Katuena, Waimiri Atroari	3.970.898	Regularizada

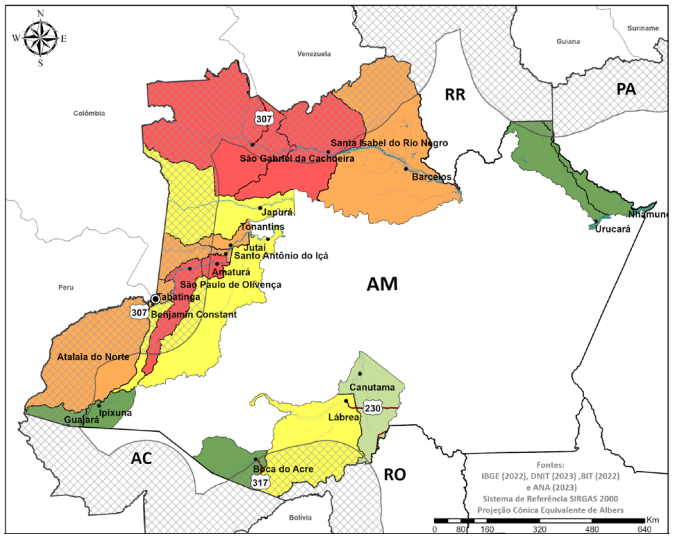
Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados da FUNAI, 2024.

Mapa 8 - Terras Indígenas na Faixa de Fronteira do Estado do Amazonas



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

As TIs existentes, independentemente do estágio do processo de reconhecimento ou demarcação, são referências essenciais para orientar o ordenamento territorial na região amazônica, bem como para formulação de programas e projetos. Entretanto, é importante observar dois aspectos relevantes em relação à questão indígena na Faixa de Fronteira de modo geral e no Arco Norte e Rondônia especificamente. O primeiro deles é que a noção de fronteira, que delimita e separa países, não é necessariamente uma referência para os indígenas que aí estão, pois transitam indistintamente em suas terras de um lado e de outro dos países. O segundo aspecto é que parte significativa da população indígena não está localizada em TIs.



Legenda:

- até 10%
- 10,01 - 20%
- 20,01 - 50%
- 50,01 - 80%
- maior que 80%

População indígena na Faixa de Fronteira do Amazonas

No Amazonas, em nove dos 19 municípios na Faixa de Fronteira, a população indígena representa mais de 50% do total de habitantes. Em termos percentuais, Uiramatã (RR) e Santa Isabel do Rio Negro (AM), são os municípios com maior participação de população indígena, passando de 96%.

Em números absolutos, o município amazonense com maior contingente de população indígena é São Gabriel da Cachoeira, com 48.256 indivíduos, o que corresponde a mais de 93% de sua população. Trata-se também do município com o maior número de indígenas vivendo fora de TIs: são 23.364 pessoas, representando 48,4% da população local.

Para além da promoção da justiça social, a proteção dos povos indígenas e de outras comunidades tradicionais configura também uma estratégia de sustentabilidade ambiental, especialmente na Faixa de Fronteira do bioma amazônico[43]. Entretanto, é amplamente reconhecido que os povos indígenas da região estudada enfrentam múltiplas ameaças, sendo a presença de facções criminosas em TIs, aliada à exploração madeireira e minerária, um fator agravante dos conflitos.

Relatórios do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) indicam que o Estado apresenta altos índices de invasões de TIs, além de elevados indicadores de mortalidade infantil indígena (Santos, 2024, p. 124)[44]. Também se observa a atuação do narcotráfico em áreas indígenas, especialmente no Vale do Javari (região conhecida pela maior concentração de povos indígenas isolados do planeta), onde jovens são cooptados por organizações criminosas e inseridos em dinâmicas de violência (Santos, 2024, p. 28). O assassinato do jornalista Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira evidenciou a conexão entre tráfico de drogas, pesca ilegal e invasões de TIs na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru (Santos, 2024, p. 27).

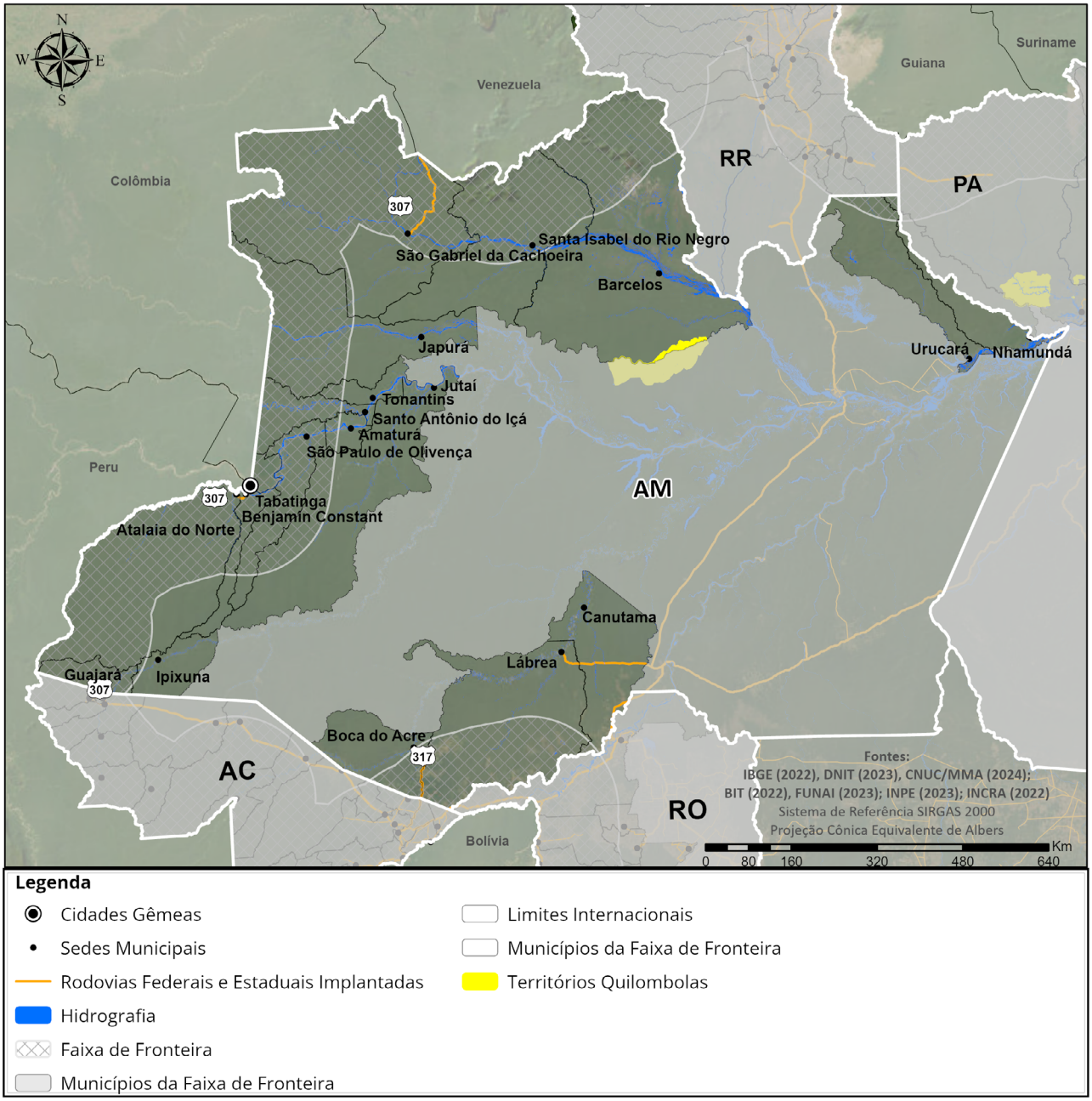
Comunidades Quilombolas

No Amazonas, o único território quilombola registrado é a comunidade Tambor, situada entre Barcelos e Novo Airão, onde a Fundação Palmares indica a presença de 17 famílias, no entanto, a comunidade não está dentro da Faixa de Fronteira. O território reconhecido pelo Incra faz fronteira ao norte com terras do Parna do Jaú, sub-bacias do rio Unini, rio Guariba, rio Papagaio e Igarapé Umanapana; ao sul com terras do Parna do Jaú, sub-bacias dos rios Carabinani, Cunauaru, Badajós; ao leste com terras do Parna do Jaú e sub-bacias dos igarapés do Macaco e Tabatinga; e a oeste com a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã e terras do Parna do Jaú.

43. Cabe destacar que a SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia já vem elaborando o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Javari. Paralelamente,desenvolve estudos relativos à Terra Indígena Yanomami e já planeja iniciar trabalho específico no Vale do Acre. São área sensíveis, que chegam à Faixa de Fronteira e, de fato, merecem ser objeto de trabalhos específicos para orientar priorização da implantação de políticas públicas.

44. SANTOS, Maria Paula Gomes dos (org.). Dinâmicas da violência e da criminalidade na região Norte do Brasil. Brasília: Ipea, 2024. 400 p. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes

Mapa 9 - Território Quilombola na Faixa de Fronteira do Estado do Amazonas



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

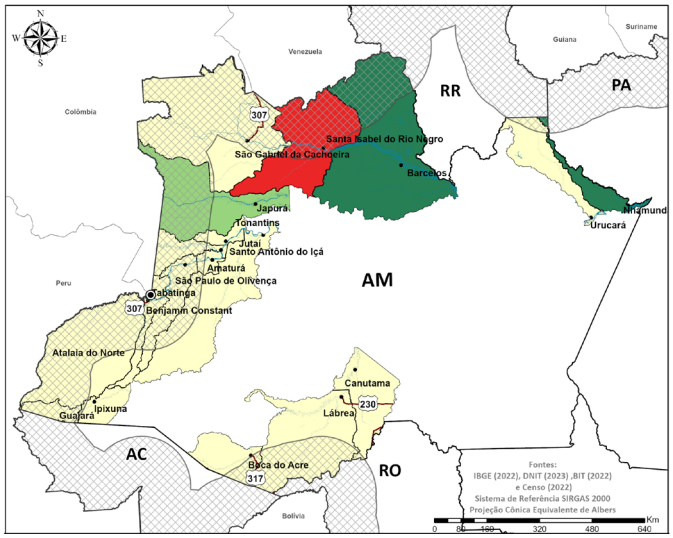
Unidades de Conservação

Na Faixa de Fronteira do Amazonas, há 11 unidades de Conservação instituídas, sendo a maior parte delas Ucs instituídas a nível federal.

Tabela 8 - Unidades de Conservação na Faixa de Fronteira do Estado do Amazonas

Nome da unidade de conservação	Municípios	Área total (ha)	Esfera	Tipo de Uso	Categoria
Reserva Extrativista Arapixi	Boca Do Acre (AM)	133.705	Federal	Uso Sustentável	Reserva Extrativista
Reserva De Desenvolvimento Sustentável Cujubim	Jutaí (AM)	2.421.909	Estadual	Uso Sustentável	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
Parque Estadual Serra Do Aracá	Barcelos (AM)	1.872.735	Estadual	Proteção Integral	Parque
Reserva Biológica Morro Dos Seis Lagos	São Gabriel Da Cachoeira (AM)	38.287	Estadual	Proteção Integral	Reserva Biológica
Floresta Nacional Do Iquiri	Lábrea (AM)	1.470.186	Federal	Uso Sustentável	Floresta
Reserva Extrativista Ituxí	Lábrea (AM)	777.382	Federal	Uso Sustentável	Reserva Extrativista
Área De Proteção Ambiental Tapuruquara	Santa Isabel Do Rio Negro (AM)	3.042.456	Municipal	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
Estação Ecológica Juami-Japurá	Japurá (AM)	831.350	Federal	Proteção Integral	Estação Ecológica
Floresta Nacional Do Amazonas	Barcelos (AM), Santa Isabel Do Rio Negro (AM)	1.944.159	Federal	Uso Sustentável	Floresta

Nome da unidade de conservação	Municípios	Área total (ha)	Esfera	Tipo de Uso	Categoria
Parque Nacional Do Pico Da Neblina	Santa Isabel Do Rio Negro (AM), São Gabriel Da Cachoeira (AM)	2.252.546	Federal	Proteção Integral	Parque
Parque Nacional Mapinguari	Canutama (AM), Lábrea (AM), Porto Velho (RO)	1.776.911	Federal	Proteção Integral	Parque



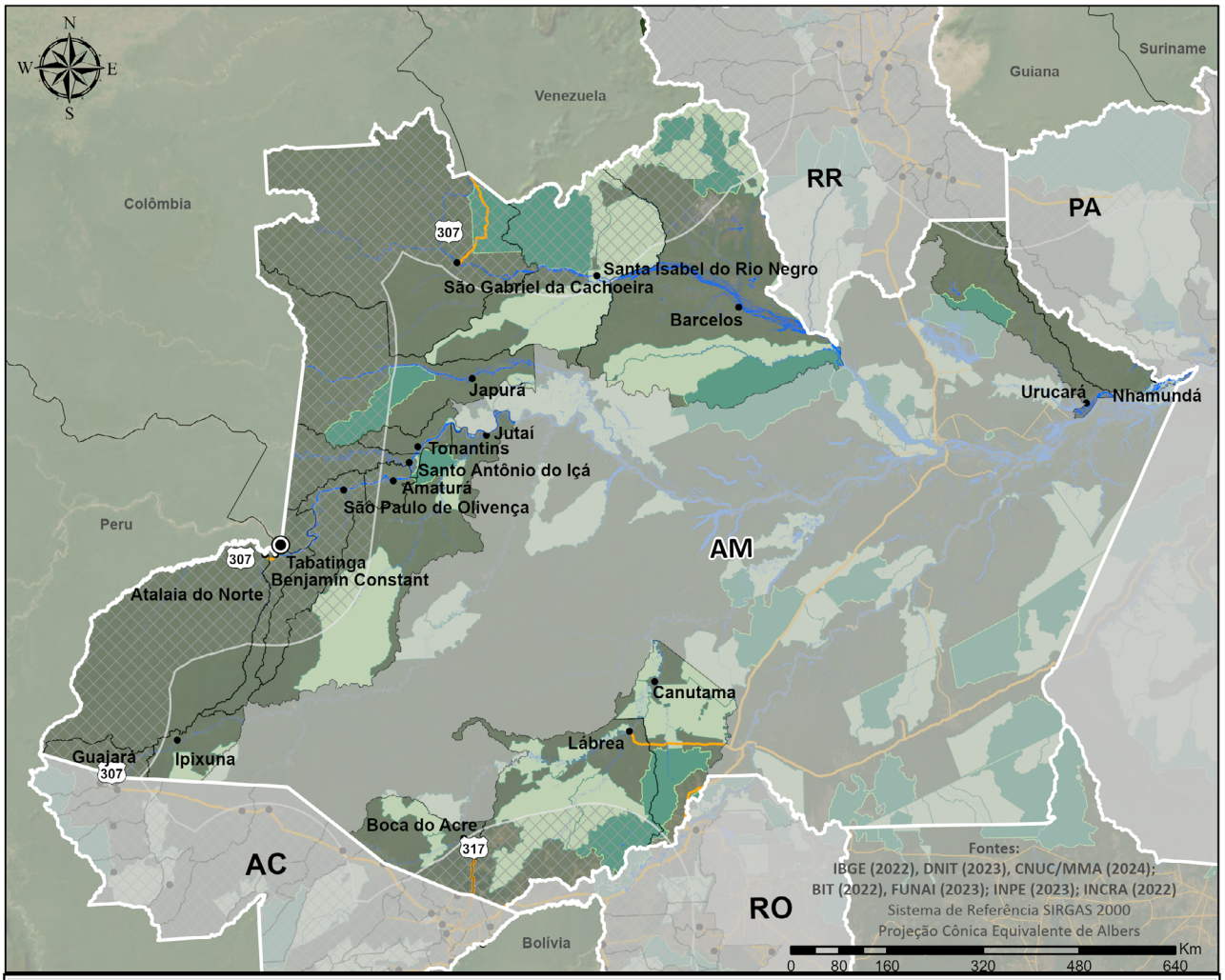
Legenda:

- até 10%
- 10,01 - 20%
- 20,01 - 40%
- 40,01 - 50%
- 50,01 - 84,5%

Percentual de população residente nas unidades de conservação na Faixa de Fronteira do Estado do Amazonas

Conforme dados do Censo IBGE 2022, observa-se que 6,7% da população fronteiriça reside em Unidades de Conservação. Em números absolutos, o contingente mais expressivo fica no Município de Santa Isabel do Rio Negro, onde cerca de 11.960 pessoas residem em Unidades de Conservação, sendo cerca de 9.300 em UCs de uso sustentável.

Mapa 10 - Unidades de Conservação na Faixa de Fronteira do Estado do Amazonas



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.



Foto: BNC Amazonas

Eixo Temático 5: Integração Regional, Migrações e Segurança

Contextos das Migrações

Entre os anos de 2020 e 2024, os estados do Arco Norte e Rondônia se destacaram como pontos estratégicos da dinâmica migratória no Brasil, especialmente devido à sua localização geográfica e à presença de fronteiras internacionais. O fluxo migratório nesses estados foi fortemente influenciado por fatores como crises humanitárias, mudanças nas políticas migratórias, impactos da pandemia de COVID-19 e transformações socioeconômicas tanto no Brasil quanto nos países de origem dos migrantes.

Tabela 9 - Movimentação de pessoas pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, 2024

UFs	ENTRADA		SAÍDA		TOTAL	
	N°	%	N°	%	N°	%
AC	53.241	51,20%	50.828	48,80%	104.069	**12,20%**
AM	89.974	48,30%	96.215	51,70%	186.189	**21,80%**
AP	67.203	65,60%	35.260	34,40%	102.463	**12,00%**
PA	115.699	45,20%	140.309	54,80%	256.008	**29,90%**
RO	7.903	50,20%	7.827	49,80%	15.730	**1,80%**
RR	152.693	79,90%	38.415	20,10%	191.108	**22,30%**
Total	**486.713**	**100%**	**368.854**	**100%**	**855.567**	**100%**

Fonte: Elaborado pelo IBAM com informações de BRASIL, s/d, 2024[45]

Neste período, o Amazonas apresentou um dos fluxos migratórios mais altos da Região Norte, sendo um Estado de trânsito para imigrantes internacionais. Enquanto a Capital Manaus, que não está na Faixa de Fronteira, consolidou-se como um centro de redistribuição de migrantes, Tabatinga permaneceu como um importante corredor de trânsito migratório. O volume de entradas e saídas manteve-se equilibrado ao longo do período, onde a predominância masculina foi observada, especialmente em Tabatinga, onde há um intenso fluxo de trabalhadores e migrantes em trânsito. Já a participação feminina aumentou gradualmente, principalmente entre os migrantes residentes temporários.

45. BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Microdados do Sistema de Tráfego Internacional (STI) [Base de dados]. Brasília, 2024. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401206-sti. Acesso em: 12 fev. 2025.

Além dos turistas e brasileiros retornando, houve um crescimento significativo no número de residentes temporários. Os principais grupos migratórios foram venezuelanos, haitianos e colombianos, além de um contingente considerável de peruanos. A presença de migrantes da Bolívia e das Filipinas também foi notada.

Contextos de Violência e Criminalidade

A Região Norte do Brasil apresenta taxas historicamente elevadas de violência letal, com destaque para a interiorização dos homicídios, que passaram a se concentrar em municípios do interior a partir dos anos 2000. Entre 2018 e 2020, a região registrou uma média de 28,7 homicídios por 100 mil habitantes[46], superando a média nacional de 20 homicídios por 100 mil habitantes.

A compreensão das dinâmicas da violência requer um olhar atento para os processos históricos de ocupação e exploração econômica. Durante a ditadura militar, políticas de colonização e integração territorial, como a construção da Transamazônica, estimularam intensas migrações e resultaram em conflitos fundiários. A concentração fundiária, associada à grilagem de terras e ao deslocamento de populações tradicionais, configurou um cenário de tensão que se perpetua até os dias de hoje. Além disso, a exploração econômica da região, baseada em grandes empreendimentos como a Hidrelétrica de Tucuruí e a mineração em Serra Pelada, trouxe consigo deslocamentos populacionais, desigualdades socioeconômicas e degradação ambiental, alimentando conflitos locais (Santos, 2024[47]).

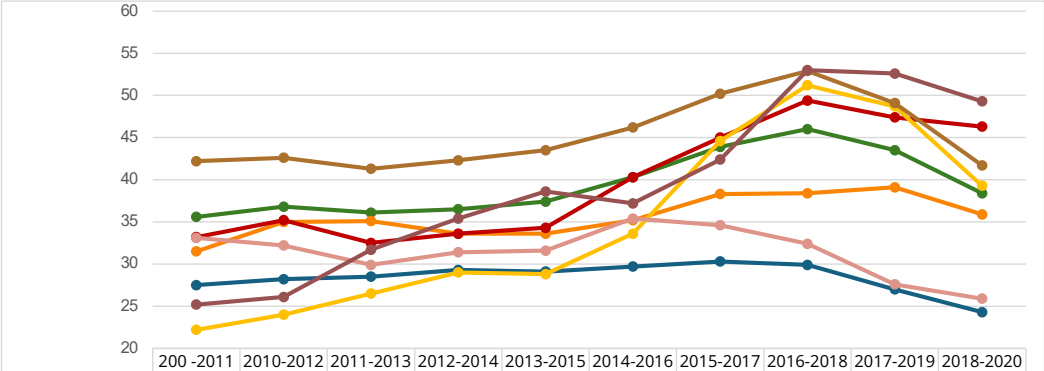
Outro fator que contribui para a escalada da violência é o garimpo ilegal, que cresceu significativamente nas últimas décadas. Entre 2010 e 2020, a exploração ilegal de ouro em terras indígenas aumentou 495%, afetando áreas como as dos povos Kayapó e Yanomami.

A dinâmica da violência e da criminalidade no Estado do Amazonas reflete um cenário complexo e multifacetado, marcado por altas taxas de homicídios e pela predominância do narcotráfico, além de disputas entre facções criminosas.

46. A composição da taxa média de homicídios nos municípios analisados por Santos (2024) e adotados neste relatório baseia-se em dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, considerando o número de óbitos causados por agressões (CID-10 X85-Y09 - refere-se a um conjunto de causas de morte relacionadas a agressões intencionais por terceiros).
47. SANTOS, Maria Paula Gomes dos (org.). Dinâmicas da violência e da criminalidade na região Norte do Brasil. Brasília: Ipea, 2024. 400 p. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes

Facções criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) expandiram suas operações para a região, disputando o controle de rotas de tráfico de drogas e outros mercados ilícitos. A proximidade com países como Colômbia, Peru e Bolívia, os maiores produtores de cocaína do mundo, torna o território estratégico para o tráfico internacional, intensificando os conflitos armados e elevando as taxas de homicídio (Santos, 2024). Dentre os estados do estudo, o Amazonas é que apresenta maiores taxas de homicídio, seguido de Amapá e Roraima.

Gráfico 22 - Evolução das taxas de homicídio dos estados do Arco Norte e Rondônia por triênios (2009 a 2020)



	200 -2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Brasil	27,5	28,2	28,5	29,3	29,1	29,7	30,3	29,9	27	24,3
Norte	35,6	36,8	36,1	36,5	37,4	40,3	43,9	46	43,5	38,4
Amazonas	31,5	35	35,1	33,6	33,6	35,2	38,3	38,4	39,1	35,9
Amapá	33,2	35,2	32,5	33,6	34,3	40,3	45	49,4	47,4	46,3
Acre	22,2	24	26,5	29	28,8	33,6	44,6	51,2	48,7	39,3
Pará	42,2	42,6	41,3	42,3	43,5	46,2	50,2	52,9	49,1	41,7
Rondônia	33,1	32,2	29,9	31,4	31,6	35,4	34,6	32,4	27,6	25,9
Roraima	25,2	26,1	31,7	35,4	38,6	37,2	42,4	53	52,6	49,3

Fonte: Elaborado pelo IBAM com base nos dados de Santos (2024, p. 175).

De acordo com o Atlas da Violência 2024 (Cerqueira; Bueno, 2024[48]), o Amazonas apresentou a maior taxa de homicídios da Região Norte em 2022, com 43,5 homicídios por 100 mil habitantes. Essa situação é agravada em municípios estratégicos, como Iranduba, Tabatinga e Coari, que figuram entre os mais violentos do Estado. No ano de 2022, Iranduba registrou uma taxa alarmante de 98,1 homicídios por 100 mil habitantes, enquanto Tabatinga e Coari apresentaram, respectivamente, 95,9 e 83,6 homicídios por 100 mil habitantes (Cerqueira; Bueno, 2024 b, p. 22 e 39). Esses municípios estão localizados em pontos-chave do tráfico de drogas, como o Rio Solimões, que desempenha um papel crucial no escoamento de substâncias ilícitas provenientes do Peru e da Bolívia (Santos, 2024, p. 121-123).

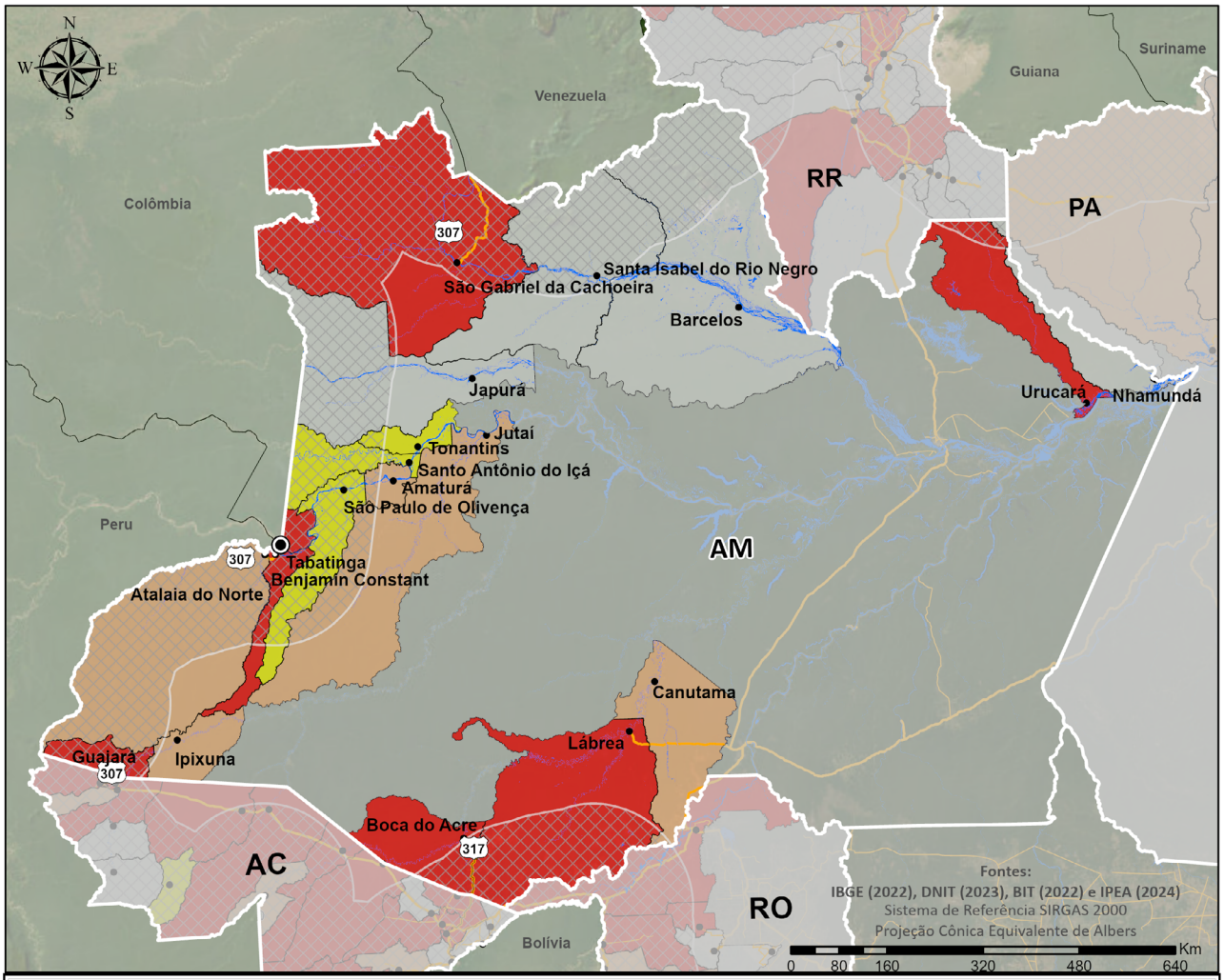
48. CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (Coord.). Atlas da violência 2024 a. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/7868-atlas-violencia-2024-v11.pdf

A Capital Manaus ocupa uma posição central nessa dinâmica, com uma taxa de 55,7 homicídios por 100 mil habitantes (Cerqueira; Bueno, 2024b, p. 11). Sua infraestrutura portuária e aeroportuária facilita o transporte de drogas e armas, tornando a Cidade um polo logístico do narcotráfico internacional. Além disso, Manaus é palco de intensas disputas entre facções como o CV, a Família do Norte, o Cartel do Norte e, em menor escala, o PCC. Essas organizações disputam não apenas rotas de tráfico, mas também o controle de territórios urbanos, o que tem alimentado a escalada da violência e os conflitos armados (Santos, 2024, p. 124-126).

Nas áreas de fronteira, a criminalidade ganha contornos ainda mais preocupantes. Municípios como Tabatinga, situados no Alto Solimões, enfrentam desafios relacionados à atuação de grupos internacionais, como ex-guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), que utilizam rotas fluviais para o transporte de drogas. Essa região é de extrema importância estratégica para o narcotráfico, devido à sua proximidade com os maiores produtores de cocaína do mundo - Peru, Bolívia e Colômbia.

Além de Tabatinga, municípios como Tefé, com uma taxa de 27,1 homicídios por 100 mil habitantes e Itacoatiara, com 34,7 homicídios por 100 mil habitantes (Cerqueira; Bueno, 2024 b, p. 22), também enfrentam problemas similares. Esses locais, frequentemente utilizados como corredores de exportação de drogas e armas sofrem com a ausência de fiscalização efetiva e de presença estatal significativa (Santos, 2024, p. 127-129).

Mapa 11 - Taxa média de homicídios nos municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia



Legenda

- Cidades Gêmeas
- Sedes Municipais
- Rodovias Federais e Estaduais Implantadas
- Hidrografia
- Faixa de Fronteira
- Municípios da Faixa de Fronteira
- Limites Internacionais

Taxa média de homicídios de 2018 - 2020 (IPEA 2024)

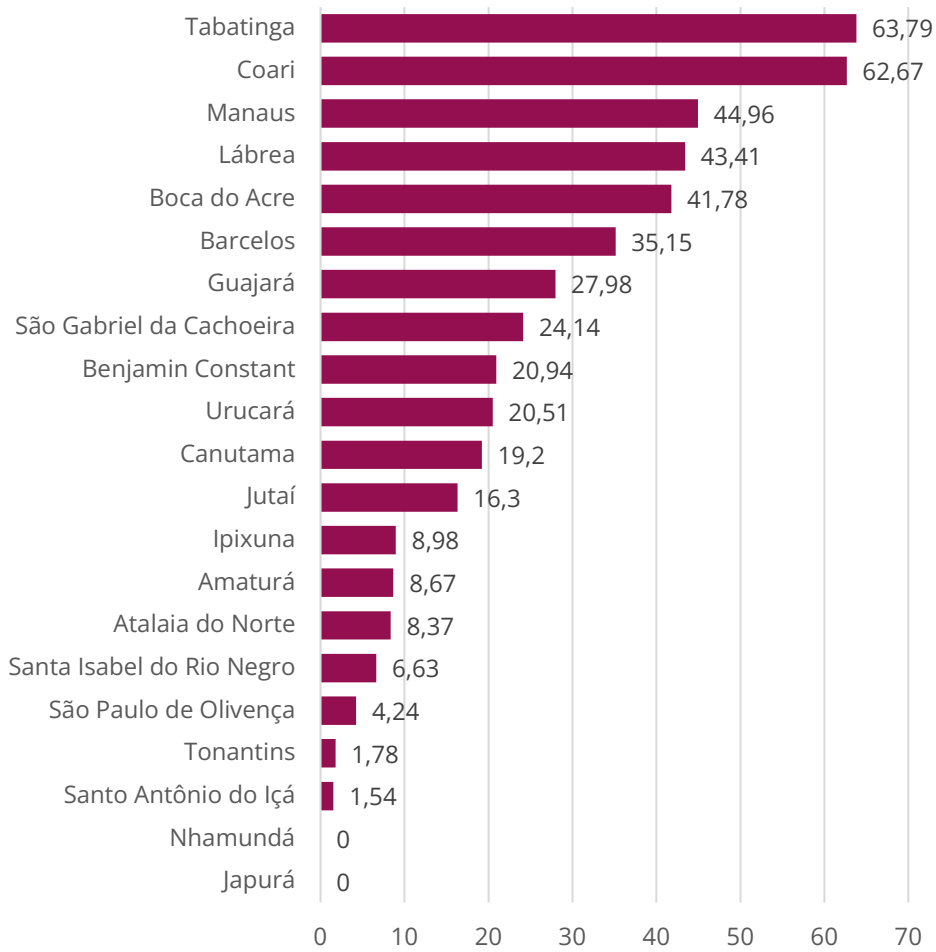
- Sem Informação
- até 5 (baixo índice de violência)
- 5,1 a 20 (moderado índice de violência)
- acima de 20 (alto índice de violência)

Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

A fragilidade da segurança pública no Amazonas amplifica o impacto dessas dinâmicas. A ausência de políticas preventivas efetivas e a dificuldade de controle nas extensas áreas de floresta e rios criam condições favoráveis para a expansão da violência e do crime organizado. Regiões mais isoladas e fronteiriças, como aquelas localizadas na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, enfrentam não apenas a ação de facções criminosas e grupos armados, mas também o aumento de crimes ambientais, trabalho análogo à escravidão e exploração de comunidades indígenas.

Um exemplo marcante dessa realidade ocorreu em Atalaia do Norte, onde comunidades locais foram submetidas à exploração em um contexto de ausência de proteção adequada (Santos, 2024, p. 130-132). Foi neste Município que ocorreram os assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips.

Gráfico 14 - Taxas médias de homicídios nos municípios do Estado do Amazonas

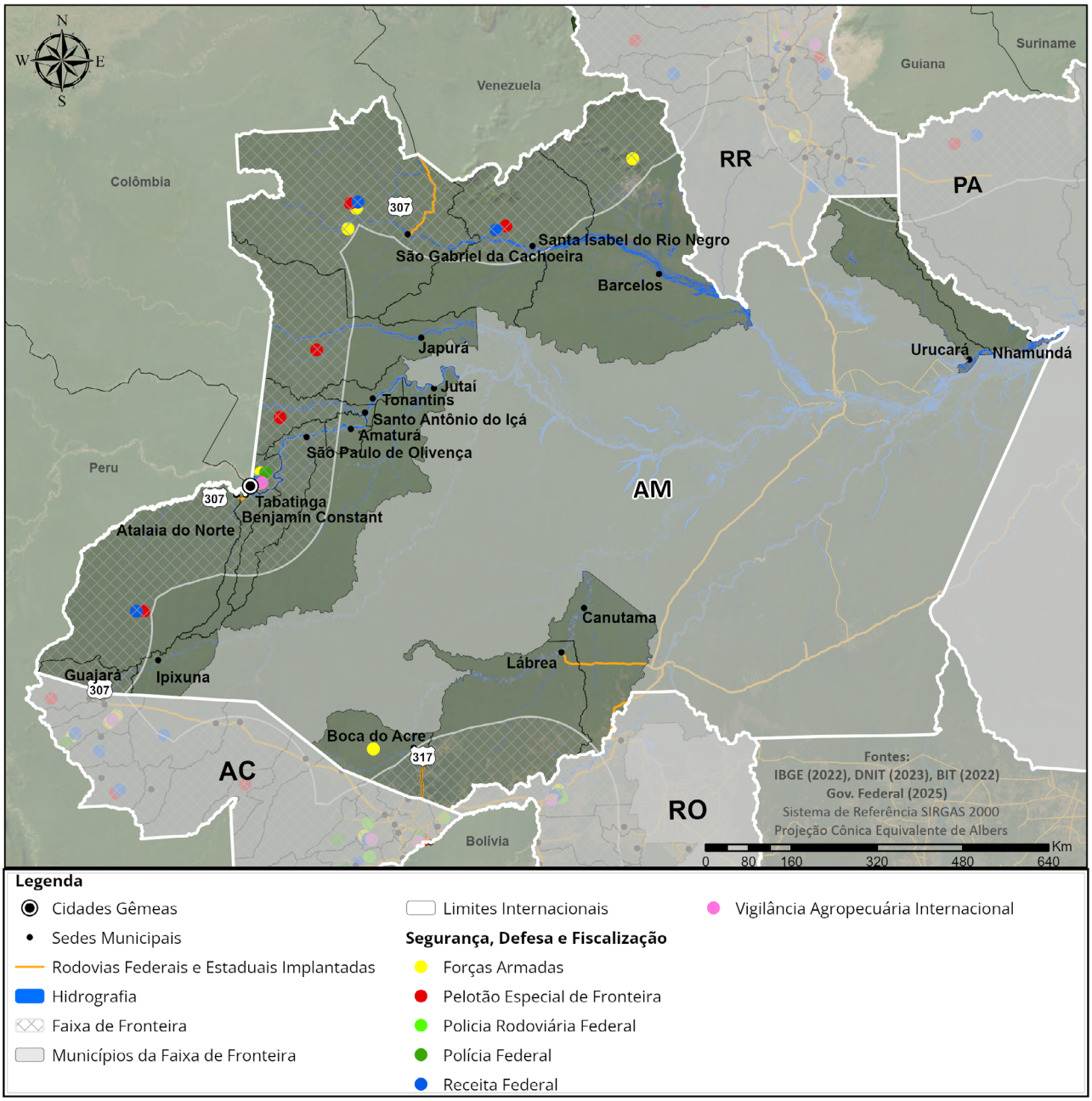


Fonte: Elaborado pelo Ibam com base nos dados de Santos (2024, p. 175).

A segurança pública na faixa de fronteira do Amazonas demanda uma atuação articulada entre instituições estaduais e federais em razão da vasta extensão territorial, da intensa circulação fluvial e da proximidade com países como Peru, Colômbia e Venezuela. Nesse contexto, destacam-se as ações da Polícia Federal, das Forças Armadas — especialmente o Exército Brasileiro e a Marinha do Brasil — além da Polícia Militar, Polícia Civil e da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM). A presença de rotas fluviais estratégicas na Amazônia torna a região particularmente sensível à atuação de organizações criminosas ligadas ao tráfico de drogas, contrabando, garimpo ilegal e crimes ambientais, exigindo operações permanentes de fiscalização e monitoramento territorial.

Entre as principais estruturas de apoio à segurança na região está a Base Fluvial Arpão, instalada no município de Coari, considerada referência nacional no combate ao narcotráfico nas hidrovias amazônicas. O estado também conta com outras bases fluviais e operações integradas distribuídas em áreas estratégicas da fronteira amazônica, que buscam fortalecer a presença do poder público em regiões remotas.

Mapa 12 - Instituições federais de segurança e fiscalização presentes na Faixa de Fronteira do Amazonas



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

Oficinas de Planejamento Territorial

São Gabriel da Cachoeira

Foto: Rebeca Mota/Ascom Sedecti

Tabatinga

Foto: IBAM

A fim de promover o alinhamento interinstitucional e a escuta qualificada para elaboração das bases para os Planos Estaduais de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira e suas respectivas carteiras de projeto, o MIDR, contando com a assessoria técnica do IBAM, realizou Oficinas de Planejamento Territorial nos seis estados que compõem o projeto Fronteiras da Amazônia.

Entre os meses de março e abril de 2025, a equipe de consultoria do IBAM realizou visitas aos estados que integram o trabalho e participou de diversas reuniões com atores locais (tanto dos órgãos públicos estaduais e municipais, como órgãos públicos federais com representação local, terceiro setor e movimentos sociais). A partir dessas conversas, foi possível aprofundar entendimentos sobre os contextos locais e criar espaços de colaboração para a etapa seguinte, de realização das oficinas. Também foi possível discutir alguns programas e projetos em andamento em cada estado, que compõe o mapeamento em elaboração.

No Amazonas, a missão técnica preliminar foi realizada no período de 25 a 28 de março de 2025. As visitas ocorreram nas cidades de Manaus, com apoio do Núcleo Estadual de Fronteira do estado do Amazonas – NIFFAM que está vinculado à Secretaria de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas – SEDECTI/AM.

As oficinas, realizadas no segundo momento, foram conduzidas com base em princípios de escuta ativa, diálogo horizontal e valorização do conhecimento dos atores sociais e estruturadas a partir dos cinco eixos temáticos do trabalho. Os resultados alcançados foram utilizados para a construção de diretrizes e carteira de projetos, visando à implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável e inclusivo.

No Amazonas, as oficinas de Planejamento Territorial foram realizadas nas seguintes datas e locais:

São Gabriel da Cachoeira

10 e 11 de setembro de 2025

Casa do Saber da FOIRN
Avenida Álvaro Maia, 79, Centro,
São Gabriel da Cachoeira/AM

49 participantes

Tabatinga

24 de setembro de 2025

Escritório Regional do SEBRAE Tabatinga
Avenida da Amizade, 1770

83 participantes

São Gabriel da Cachoeira



Foto: Rebeca Mota/Ascom Sedecti

Os participantes apresentaram propostas voltadas aos principais desafios da região do Alto Rio Negro, com destaque para problemas estruturais em São Gabriel da Cachoeira, Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, como lixões e falta de saneamento. Defendeu-se a revisão do Plano Diretor de São Gabriel da Cachoeira, melhorias na BR-307 e a criação de uma hidrovia no Rio Negro, além de ações frente às mudanças climáticas.

No campo produtivo, propuseram-se iniciativas para fortalecer a economia local, como formação de agentes indígenas de ATER, criação de agroindústrias comunitárias, incentivo ao empreendedorismo (como no IFAM) e desenvolvimento do turismo sustentável na região.

Para povos indígenas e comunidades tradicionais, destacou-se a defesa dos direitos dos 23 povos da região, com atualização dos PGTAs, ampliação do acesso a documentação, educação, saúde e energia, além do combate a ilícitos em terras indígenas e valorização dos saberes tradicionais.

No eixo de segurança, foram propostas ações como a estruturação da Base Fluvial Integrada Arpão, criação de postos em São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga, e articulação entre instituições como Marinha do Brasil, Polícia Federal e outras, para enfrentar crimes na fronteira.

Também se destacou a ampliação de programas como o Luz para a Amazônia e a necessidade de maior cooperação entre Brasil, Colômbia e Venezuela, reforçando a importância de ações integradas e do protagonismo das populações locais.


Foto: Rebeca Mota/Ascom Sedecti

Tabatinga


Foto: IBAM

Os participantes apresentaram propostas para fortalecer a governança territorial, a infraestrutura e o desenvolvimento sustentável na tríplice fronteira amazônica. No campo ambiental e territorial, destacou-se a integração entre países, com ações como plano de manejo de resíduos transfronteiriços, diálogo entre povos indígenas e governos, instalação de estações climáticas e fortalecimento dos conselhos ambientais, além da implementação do Acordo de Escazú.

Na infraestrutura, foram propostas melhorias logísticas, como recuperação de estradas, dragagem do Rio Solimões em parceria com Peru e Colômbia, implantação de aeroporto em Benjamin Constant, ampliação do saneamento e incentivo à energia solar. Também se apontaram desafios em comunicação, transporte fluvial e qualificação profissional em áreas estratégicas.

No campo produtivo, destacou-se o fortalecimento das economias locais com foco em cadeias como o pirarucu e a piscicultura, além do incentivo a produtos florestais, artesanato indígena e turismo integrado entre Brasil, Colômbia e Peru, com valorização dos saberes tradicionais.

Na área de integração e segurança, foram propostas ações como a criação de gabinetes em Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira, instalação de bases nos rios Içá, Solimões, Japurá, Ituí e Negro, fortalecimento do controle migratório e investimentos em tecnologia, incluindo o SIPAM, visando maior cooperação e segurança na região amazônica.



Foto: IBAM

Eixo temático 1
Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Principais desafios

• **Segurança como questão multidimensional:** crimes ambientais como desmatamento, garimpo e exploração ilegal de madeira e grilagem de terras articulados a redes do narcotráfico e outros ilícitos transfronteiriços comprometem a segurança e a preservação socioambiental.

• **Fragilidades das políticas de regularização fundiária:** sobreposições nos registros do CAR, inclusive com sobreposição de unidades de conservação com territórios tradicionais e indígenas.

• **Baixa segurança jurídica sobre os territórios, sobreposição de normas ambientais e exigências burocráticas incompatíveis com os modos de vida tradicionais** dificultam o acesso de populações tradicionais e pequenos produtores a programas de fomento, linhas de crédito e doações internacionais.

• **Intensificação dos eventos climáticos:** A região de fronteira do Amazonas apresenta riscos climáticos principalmente associados a inundações e secas. Municípios como São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga apresentam situações críticas, com risco alto a tais eventos.

• **Emissões de gases de efeito estufa:** a principal fonte de emissões nos municípios de fronteira é do setor de "mudança de uso da terra e florestas", principalmente por conta de desmatamento e da expansão de pastagens.

• **Baixa capacidade de resposta aos desastres climáticos:** Municípios como de Atalaia do Norte, Lábrea, São Gabriel da Cachoeira e São Paulo de Olivença exigem maior atenção por concentrarem múltiplos riscos e/ou baixa capacidade de resposta aos desastres climáticos. (PPA, 2024–2027 e do ICM/SEDEC, 2025)

Principais potencialidades

• **TIs e UCs somam mais de 80% da faixa de fronteira amazonense:** formando corredores ecológicos estratégicos, o que constitui base para um ordenamento territorial com enfoque socioambiental.

• **Grande biodiversidade nas áreas florestais** ainda preservadas possibilita o desenvolvimento de um extrativismo seletivo de produtos com maior valor agregado a serem beneficiados na própria região.

Eixo temático 2
Infraestrutura para o Desenvolvimento

Principais desafios

• **Dificuldades de deslocamento:** precariedade e limitações dos transportes fluvial/terrestre e transporte aéreo oneroso, dificultam o deslocamento de pessoas e o transporte de matérias primas e insumos.

• **Dificuldade de acesso a serviços bancários,** em especial na região do Alto Rio Negro, tem impacto direto no recebimento de benefícios sociais por parte da população local.

• **Pavimentação e expansão de rodovias federais** na região sul do estado atuam como vetores centrais do desmatamento e da ocupação desordenada na faixa de fronteira.

• **Alto custo e impacto ambiental decorrentes de Sistemas Isolados de energia** que abrangem municípios como Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Boca do Acre, Guajará, Ipixuna, Japurá, Lábrea, São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro, Santo Antônio do Içá, Tabatinga e Tonantins.

• **Déficit de equipamentos e serviços públicos em especial na área de saúde,** agravado pelo isolamento geográfico e por barreiras logísticas, limitando o acesso da população da faixa de fronteira a direitos básicos, aprofundando desigualdades e vulnerabilidades.

Principais potencialidades

• **Presença de universidades (UFAM, UEA) e de Institutos Federais,** com campi descentralizados e projetos de extensão universitária, além de centros de inovação como o Parque Tecnológico do Alto Solimões (PACTAS), amplia as capacidades locais para pesquisa, inovação e desenvolvimento sustentável.

Eixo temático 3
Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

Principais desafios

• **Estruturação de cadeias produtivas sustentáveis:** dificuldades no beneficiamento, escoamento e comercialização de produtos, além de necessidade de ampliação de assistência técnica e extensão rural, o que limita a geração de valor.

• **Descontinuidade ou ausência de políticas públicas voltadas ao extrativismo, à agricultura familiar e à comercialização com valor agregado,** prejudica a renda, a segurança alimentar e a inserção dos produtos da sociobiodiversidade nos mercados locais e regionais.

• **Pesca ilegal e contrabando, especialmente para a Colômbia (no Alto Solimões), e extração e contrabando de madeira para o Peru** reduzem estoques pesqueiros e recursos florestais, prejudicando atividades locais sustentáveis

• **Baixa oferta de pescado comestível no Alto Rio Negro** limita o consumo e a comercialização de proteína animal.

• **Expansão da agropecuária extensiva,** compromete áreas sensíveis e limita a transição para práticas produtivas sustentáveis, além de intensificar pressões sobre territórios e recursos naturais.

• **Limitações ambientais,** como a baixa fertilidade dos solos (notadamente na região do Rio Negro), somadas à escassez de técnicos qualificados em agroecologia e bioeconomia e à oferta insuficiente de assistência técnica, dificultam a adoção de práticas agrícolas adaptadas ao contexto amazônico.

Principais potencialidades

• **Oferta abundante de pescado no Alto Solimões** tem potencial para atender tanto o consumo local quanto para processos de industrialização e exportação. No Médio Rio Negro, a expressiva oferta de tucunarés viabiliza a expansão do turismo de pesca esportiva.

• **Potencial para fortalecimento de atividades de turismo:** como estratégia de desenvolvimento sustentável, geração de renda, preservação ambiental e valorização das culturas locais.

• **Ambiente de cooperação interinstitucional crescente:** envolvendo universidades, órgãos ambientais e movimentos sociais, fortalece redes voltadas à valorização das cadeias da sociobiodiversidade e à promoção de soluções tecnológicas e territoriais adaptadas à realidade amazônica.

Eixo temático 4
Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Principais desafios

• **Alta vulnerabilidade e exposição de povos indígenas e comunidades tradicionais da tríplice fronteira (Brasil-Peru-Colômbia)** às invasões, à exploração madeireira, ao garimpo ilegal e à atuação de facções criminosas.

• **TI Vale do Javari, referência na proteção de povos isolados, sofre pressões crescentes** de atividades ilegais como extração madeireira, pesca predatória e tráfico de entorpecentes. Essas ações, articuladas por organizações criminosas transfronteiriças (Brasil, Peru e Colômbia), comprometem as políticas de não contato.

• **Insuficiência de renda, associada à uniformização dos programas sociais - que não consideram o grau de isolamento físico das populações -,** somada às carências nas áreas de educação e saúde, contribui para o êxodo crescente de indígenas e ribeirinhos para as cidades da região e para a própria capital do estado.

Principais potencialidades

• **Sociobioeconomia:** conhecimentos tradicionais oferecem base sólida para o uso sustentável dos recursos naturais, a proteção ambiental e o fortalecimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade e da bioeconomia.

• **Existência de redes articuladas de organizações indígenas:** Organização de coletivos, associações e grupos indígenas que atuam na inclusão produtiva e social, promovendo autonomia econômica.

• **Forte vínculo social, cultural e territorial** das populações indígenas e tradicionais favorece a continuidade dos modos de vida tradicionais e fortalece estratégias de gestão territorial compartilhada, especialmente em municípios com maioria populacional indígena, como São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro.

Eixo temático 5
Integração Regional, Migrações e Segurança

Principais desafios

• **Atividades ilícitas - como extração ilegal de madeira, pesca predatória, garimpo e tráfico de drogas -** comprometem a segurança pública e territorial, com aumento de roubos, furtos, assassinatos, exploração sexual e a atuação dos "piratas dos rios".

• **Uso de rotas fluviais como corredores logísticos do tráfico** dificulta a ação estatal, amplia a vulnerabilidade dos territórios protegidos e fortalece organizações criminosas transfronteiriças. Municípios como Tabatinga, situados no Alto Solimões, enfrentam desafios relacionados à atuação de grupos internacionais, como ex-guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC),

• **Regiões mais isoladas e fronteiriças, como aquelas localizadas na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru,** enfrentam não apenas a ação de facções criminosas e grupos armados, mas também o **aumento de crimes ambientais, trabalho análogo à escravidão e exploração de comunidades indígenas.**

• **Ausência de políticas ambientais e sociais equivalentes nas zonas fronteiriças da Colômbia e do Peru** contribui para o aumento dos fluxos migratórios em direção ao Brasil, especialmente na busca por acesso à proteção social.

Principais potencialidades

• **Presença de unidades militares e de infraestrutura logística das Forças Armadas nas regiões fronteiriças** para o combate às atividades ilícitas, em articulação com os órgãos de segurança pública.

• **Existência das bases fluviais de Arpão e Anzol,** atuando no combate ao tráfico e a criminalidade.

• **Atuação do Núcleo Estadual de Fronteira do estado do Amazonas (NIFFAM),** como espaço estratégico de articulação de ações para desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira do Amazonas.

Carteira de Projetos

As oficinas de planejamento realizadas no estado — que reuniram representantes do poder público, da sociedade civil e do setor produtivo — possibilitaram a identificação e a sistematização de demandas e oportunidades dos territórios de fronteira. Assim, as propostas aqui apresentadas resultam desse processo de escuta qualificada e diálogo entre diferentes atores, traduzindo prioridades locais em propostas estruturadas voltadas ao desenvolvimento regional sustentável e inclusivo.

Posteriormente, com o objetivo de ampliar a participação social e qualificar o conteúdo final, as propostas foram publicadas no portal do MIDR, de modo a permitir que os interessados enviassem sugestões e comentários, avaliassem seu grau de importância e também apresentassem novas iniciativas.

Cabe destacar que nem todas as contribuições se configuram como projetos passíveis de implementação direta. Parte delas corresponde a diretrizes estruturantes, que orientam a atuação do poder público e indicam caminhos estratégicos para o desenvolvimento da faixa de fronteira. Dessa forma, este capítulo apresenta dois conjuntos complementares de resultados: 1) um conjunto de diretrizes, que sintetizam orientações de caráter mais amplo e transversal. 2) a carteira de projetos, organizada conforme os cinco eixos temáticos do trabalho. Os projetos são apresentados em quadros padronizados, contendo os seguintes elementos:

Coluna	Descrição
Projeto (o que fazer?)	Síntese da proposta a ser implementada
Justificativa (por que fazer?)	Problema, demanda ou oportunidade que fundamenta a proposta.
Território (onde fazer?)	Área de abrangência da iniciativa, podendo incluir municípios ou regiões de fronteira específicas.
Atores envolvidos (quem deve estar envolvido na estruturação do projeto?)	Instituições públicas, privadas e/ou organizações da sociedade civil com potencial de participação na implementação.
Meios de implementação (como?)	Estratégias ou condições necessárias para viabilizar a proposta tais como articulações institucionais e programas.

Diretrizes e Carteiras de Projetos

São diretrizes para a desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira do Amazonas:

I. Consolidar o ordenamento territorial e a regularização fundiária, de forma integrada à gestão ambiental e às estratégias de adaptação e mitigação às mudanças climáticas;

II. Promover diretrizes de urbanização alinhadas a realidade amazônica baseadas em soluções baseadas na natureza, valorizando a adaptação climática, a biodiversidade e a qualidade de vida urbana;

III. Fortalecer a implementação do Acordo de Escazú, ampliando o acesso à informação, à participação social e à justiça em temas ambientais;

IV. Reforçar as políticas de combate à corrupção e de promoção da transparência pública, especialmente nos processos de planejamento, licenciamento e execução de políticas territoriais e ambientais;

V. Erradicar os lixões nos municípios da faixa de fronteira do Amazonas, promovendo a implantação de sistemas sustentáveis de gestão de resíduos sólidos, com inclusão produtiva, educação ambiental e valorização de materiais recicláveis.

VI. Fomentar soluções integradas para a destinação final de resíduos sólidos, por meio da cooperação intermunicipal e da articulação com países vizinhos em áreas de fronteira;

VII. Expandir o acesso à energia limpa e renovável, priorizando soluções adequadas às realidades territoriais amazônicas e fronteiriças.

VIII. Modernizar a infraestrutura portuária e fluvial para ampliar a mobilidade de pessoas e cargas, com eficiência, segurança e proteção ambiental, fortalecendo políticas públicas e o desenvolvimento local.

IX. Aprimorar infraestrutura de logistica viária e de mobilidade regional compatível com a sustentabilidade socioeconômico e ambiental

X. Fortalecer as cadeias produtivas da sociobiodiversidade por meio de políticas estaduais que considerem as especificidades regionais.

XI. Implantarinfraestruturas para armazenamento, transporte e comercialização de produtos da sociobiodiversidade, agregando valor à produção local e ampliando o acesso a mercados justos.

XII. Criar e consolidar um ambiente de inovação, ciência e tecnologia orientado ao desenvolvimento regional sustentável, à economia da sociobiodiversidade e às soluções territoriais.

XIII. Fortalecer a assistência técnica e a extensão rural públicas, abrangendo gestão, produção, beneficiamento e comercialização.

XIV. Garantir à proteção dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, assegurando o respeito aos territórios, aos modos de vida, aos sistemas próprios de organização social.

XV. Garantir o respeito aos protocolos de consulta prévia, livre e informada das comunidades indígenas

XVI. Definir e implementar políticas públicas específicas para comunidades indígenas localizadas em áreas de fronteira interestadual e internacional, respeitando seus modos de vida e direitos territoriais.
XVII. Incluir os territórios indígenas nas agendas de integração regional e de segurança nacional, adotando uma abordagem intercultural e de direitos humanos.
XVIII. Ampliar o diálogo interinstitucional para a construção de ações integradas e coordenadas na faixa de fronteira terrestre.
XIX. Garantir o acesso de agricultores familiares, povos indígenas e comunidades tradicionais aos programas públicos de compras e financiamento, como PAA, PNAE e FUNDEB, fortalecendo a segurança alimentar e as economias locais.
XX. Consolidar a atuação contínua do poder público nas fronteiras, de forma a assegurar o controle territorial, a proteção das populações locais e a redução de ilícitos transfronteiriços, respeitando as especificidades socioambientais e culturais da região.
XXI. Implantar sistemas de comunicação integrada e centros de gestão operacional que articulem forças de segurança, fiscalização ambiental, defesa civil e órgãos federais, estaduais e municipais, ampliando a eficiência das ações, o compartilhamento de informações e a resposta rápida a eventos críticos nas áreas de fronteira.
XXII. Reforçar o quadro de servidores da segurança pública, priorizando a formação técnica e a capacitação contínua para atuação em áreas de fronteira amazônica, com ênfase em direitos humanos, mediação de conflitos, proteção ambiental e relações interculturais.
XXIII. Investir na modernização e manutenção de equipamentos e materiais operacionais, garantindo condições adequadas para o patrulhamento fluvial, aéreo e terrestre e para a atuação integrada e contínua dos órgãos envolvidos.
XXIV. Criar e fortalecer gabinetes municipais de gestão integrada de fronteiras, promovendo a coordenação das ações de segurança, fiscalização, assistência social e desenvolvimento local, com participação dos entes federativos e integração com instâncias estaduais e federais.
XXV. Estabelecer protocolos de cooperação com países vizinhos, para atuação coordenada em áreas de fronteira, prevenção de conflitos e enfrentamento de ilícitos transnacionais.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Elaboração de modelo de Gestão Conjunta de Resíduos Sólidos na região da Tríplice Fronteira	A integração urbana da Tríplice Fronteira exige soluções articuladas para a gestão de resíduos, uma vez que impactos ambientais ultrapassam fronteiras. Soluções locais insuficientes vêm resultando em descarte inadequado, pressão sobre áreas sensíveis e impactos ambientais transfronteiriços, especialmente sobre o rio Solimões. Para a implantação de um modelo de gestão conjunta são necessários estudos técnicos e jurídicos que orientem as alternativas, considerando os limites e possibilidades da cooperação entre países vizinhos. A proposta deve considerar ainda os municípios de Benjamin Constant e Atalaia do Norte que possuem relação direta com a Tríplice Fronteira e enfrentam desafios significativos relacionados à coleta, tratamento e destinação final de resíduos.	Tríplice Fronteira (Tabatinga, Santa Rosa e Letícia), Benjamin Constant, Atalaia do Norte e Islândia (Peru).	MMA; MIDR; MRE; OTCA; SEDECTI/AM; SEMA/AM; CERS; CTRin; ICTs; UEA; UFAM; IFAM; Prefeituras; ONGs; Comunidades e cooperativas de catadores	Compatibilização de legislações; Avaliação de soluções conjuntas a partir de estudos técnicos, logísticos e ambientais; Elaboração de protocolos conjuntos de operação e fiscalização; Definição de responsabilidades institucionais e fontes de financiamento;
Elaboração de planos de saneamento básico para os municípios da Faixa de Fronteira do Amazonas	Grande parte dos municípios da fronteira não dispõe de instrumento de planejamento adequado de saneamento básico, o que compromete a prestação dos serviços e a aplicação de recursos em infraestrutura. Os planos municipais de saneamento básico indicarão as estratégias para universalização dos serviços, de modo a garantir acesso à água, redes de esgotamento sanitário, drenagem e manejo de resíduos sólidos.	Todos os municípios da Faixa de Fronteira.	SEDURB - Unidade Gestora de Projetos Especiais (UGPE); SEINFRA; COSAMA; Prefeituras; AAM, Ministério das Cidades - Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, FUNASA	Diagnóstico da cobertura e das deficiências de saneamento básico; Elaboração e atualização de planos municipais e regionais de saneamento; adoção de soluções descentralizadas e tecnologias apropriadas para áreas rurais, ribeirinhas e indígenas;

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Elaboração do Programa de erradicação dos lixões dos municípios da Faixa de Fronteira do estado do Amazonas	Os municípios fronteiriços do Alto Solimões e Alto Rio Negro enfrentam sérios problemas com a disposição inadequada de resíduos sólidos, incluindo a operação de lixões a céu aberto e a poluição dos rios. A proposta deve considerar ainda a implantação de sistemas de coleta seletiva, de modo a estimular a valorização de materiais recicláveis, a geração de renda para catadores e a promoção da educação ambiental junto à população.	Municípios do Alto Solimões e Alto Rio Negro	Prefeituras; SEMA; NIFFAM; IPAAM; Associações de Catadores; SEDURB; UGPE; SEINFRA; COSAMA; FOIRN; ISA; UNIVAJA	Mapeamento de áreas degradadas e passivos ambientais; Elaboração de programa regionalizado de erradicação dos lixões; Ações de capacitação técnica para os municípios, apoio à organização de associações ou cooperativas de catadores, campanhas educativas permanentes
Criação de Observatórios de Eventos Climáticos e Ambientais	A ausência de monitoramento dos dados climáticos locais compromete o planejamento territorial e a prevenção de desastres. A implantação de estações fortalecerá a capacidade de monitoramento climático em uma região altamente vulnerável a eventos extremos e permitirá a construção de um banco de dados que subsidie estudos, pesquisas, prevenção de riscos climáticos. Devem ser estabelecidos e considerados indicadores baseados em conhecimento local e participação cidadã no monitoramento e avaliação de ações preventivas.	Alto Solimões e Alto Rio Negro	INPA, MCTI, ANA, Comitê de bacia transfronteira, Prefeituras; ONGs; INPE; Defesa Civil; FAPEAM/Comitê Técnico Científico do Governo do estado do amazonas, Comitê de enfrentamento à Estiagem e Eventos Climáticos e Ambientais; LABCLIM/UEA, UFAM, Cemaden	Articulação com INPE, Cemaden, órgãos ambientais e de defesa civil; implantação de infraestrutura tecnológica e centros de monitoramento; integração de bases de dados; Aquisição e instalação de estações meteorológicas, sensores e sistemas de monitoramento;

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Atualização e integração das bases fundiárias federais e estaduais e realização do levantamento ocupacional da Faixa de Fronteira, com identificação de áreas ocupadas por povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultura familiar.	Necessidade de enfrentar a desatualização, a fragmentação, a baixa interoperabilidade das bases fundiárias, bem como a ausência de informações sistematizadas sobre a ocupação da Faixa de Fronteira, fatores que comprometem o planejamento territorial e a garantia dos direitos de povos indígenas, comunidades tradicionais e da agricultura familiar.	Toda a Faixa de fronteira do Amazonas	SPU, MDA, INCRA; FUNAI; SECT/AM; IPAAM; PGE/AM; IDAM; CGJ/AM	Atualização do levantamento das bases fundiárias existentes; Integração e padronização de dados entre sistemas federais e estaduais; Utilização de georreferenciamento e tecnologias de mapeamento
Elaboração de planos de adaptação climática, redução de riscos e contingência da defesa civil, com participação e capacitação das comunidades, especialmente em áreas de difícil acesso, incluindo a definição de planos e protocolos de mobilidade emergencial para resposta a eventos climáticos extremos.	Justifica-se pela intensificação dos eventos climáticos extremos e pela ausência de planos de adaptação, redução de riscos, contingência e mobilidade emergencial, compromete a capacidade de resposta da defesa civil e aumenta a vulnerabilidade das comunidades frente a desastres socioambientais.	Municípios da Faixa de Fronteira do Amazonas.	Órgãos ambientais e de planejamento da União, estado e municípios; Estruturas de Defesa Civil, Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) e comunidades locais	Definição de estratégias de redução de riscos e contingência da defesa civil; Capacitação e mobilização das comunidades, especialmente em áreas de difícil acesso; Desenvolvimento de protocolos de resposta e mobilidade emergencial
Elaboração de estudos para subsidiar a criação de consórcio intermunicipal para monitoramento e controle ambiental da Faixa de Fronteira amazonense	Necessidade de fortalecer a gestão ambiental compartilhada entre os municípios da Faixa de Fronteira, visando combater a fragmentação das ações, a limitação das capacidades técnicas e financeiras locais e a ausência de mecanismos permanentes de cooperação intermunicipal para o monitoramento e o controle ambiental.	Municípios da Faixa de Fronteira do Amazonas	Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal (CAL), AAM, Órgãos ambientais e de planejamento de estado e municípios	Análise de viabilidade técnica, jurídica e financeira; Mapeamento de municípios e atores envolvidos; Definição de modelo de governança do consórcio; Proposição de instrumentos de cooperação intermunicipal;

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Criação/atualização de instrumentos municipais de ordenamento territorial (planos diretores, zoneamento, gestão ambiental).	Com esses instrumentos atualizados, elaborados com a participação dos diferentes segmentos sociais e com suporte técnico necessário, o município tende a ampliar suas capacidades de gestão territorial.	Municípios da Faixa de Fronteira do Amazonas	Ministério das Cidades, Secretaria de Estado das Cidades e Territórios (SECT/AM), Prefeituras e seus órgãos de Planejamento/ Desenvolvimento urbano	Produção de diagnóstico dos territórios, com georreferenciamento e planejamento participativo para elaboração de Plano Diretores e legislação urbanística complementar, conforme Estatuto da Cidade. Capacitação técnica de servidores e lideranças comunitárias, educação ambiental nas escolas e ações de adaptação e mitigação às mudanças climáticas.
Fortalecimento dos quadros técnicos das instituições que atuam na gestão territorial, fundiária e ambiental, bem como na assistência técnica na Faixa de Fronteira.	A fragilidade e a insuficiência dos quadros técnicos dos órgãos públicos têm limitado a capacidade de planejamento, implementação e acompanhamento das ações de gestão territorial, fundiária, ambiental e de assistência técnica. A recomposição e o fortalecimento das equipes institucionais são necessários para assegurar a efetividade das políticas públicas e a proteção dos territórios.	Municípios da Faixa de Fronteira do Amazonas, em especial regiões de difícil provimento	MGI; INCRA, FUNAI, IBAMA, ICMBio, ANATER; e SEDECTI, ITEAM, SEMA/AM e IDAM	Ações de Fortalecimento da Gestão Pública como realização de novos concursos públicos; Programas de capacitação continuada e qualificação para os quadros técnicos responsáveis; Estruturação de políticas de incentivo para fixação de servidores em regiões de difícil provimento

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Implantação de sistemas comunitários de energia solar/Instalação de placas fotovoltaicas, baterias e internet em localidades desprovidas de rede elétrica	Os municípios de Fronteira do Estado do Amazonas não estão conectados ao Sistema Interligado Nacional, a rede brasileira de produção e transmissão de energia elétrica. A ausência de acesso à energia elétrica e à conectividade limita direitos básicos, serviços essenciais e oportunidades de desenvolvimento.	Comunidades isoladas da Faixa de Fronteira sem acesso regular à energia elétrica e à conectividade digital, a serem definidas junto às prefeituras e comunidades	MME; ANEEL; SEMIG; Prefeituras de Fronteira; AAM.	Elaboração de projetos técnicos para instalação de placas fotovoltaicas, baterias e conectividade; Viabilização de recursos e acesso a linhas de crédito; Aquisição e instalação dos equipamentos; Capacitação dos moradores para operação e manutenção
Ampliação de Programas de Recuperação de rodovias e estradas vicinais para os municípios da Faixa de Fronteira.	A falta de manutenção de estradas e rodovias dificulta o acesso das comunidades a serviços básicos, eleva os custos de transporte de pessoas e mercadorias, comprometendo a integração regional e o desenvolvimento socioeconômico do território.	Toda a Faixa de Fronteira do Amazonas	MPI, MMA, MT, DNIT; SEINFRA; SEPROR (Programa SOS Vicinais); Prefeituras, IPAAM, administradores e tecnólogos em gestão.	Mapeamento e priorização de trechos críticos; Elaboração de projetos executivos e planos regionais de recuperação viária; articulação com DNIT, governos estaduais e prefeituras;
Conclusão do projeto de infovia Alto Solimões-Manaus com interligação com as cidades de fronteira	A infovia Alto Solimões-Manaus, que faz parte do Programa Norte Conectado, ainda não está em pleno funcionamento, apesar da instalação dos cabos de fibra ótica, que sofreram danos na área circunvizinha de Tefé. Desta forma, há a necessidade da efetiva conclusão da infovia, propiciando um salto de qualidade na comunicação dos municípios da faixa de fronteira com a capital e outros municípios do estado e do país.	Alto Solimões	Mcom; ANATEL; SEINFRA, MPI, MMA	Integração com redes fluviais, terrestres e estruturas já existentes; Adequação logística para instalação em áreas remotas e de difícil acesso;

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Implantação de aeroporto em Benjamim Constant para transporte de pessoas e insumos	Devido às Mudanças Climáticas, o assoreamento do Alto Solimões e seus afluentes têm se acentuado à cada período de vazante dos rios, dificultando o transporte de pessoas e de cargas dos municípios de Benjamim Constant e Atalaia do Norte com para Tabatinga e outros municípios, inclusive a própria capital.	Benjamim Constant/ Alto Solimões	Ministério de Portos e Aeroportos; ANAC; VINCI Airports; Infraero; Amazonastour	Diagnóstico da demanda regional de transporte de pessoas, cargas e insumos; realização de estudos de viabilidade técnica, econômica, logística e ambiental; definição e avaliação da área adequada para implantação do aeroporto;
Construção de mini sistemas de captação e tratamento de água em comunidades ribeirinhas e indígenas e capacitação dos moradores para sua operação e gestão	A distribuição esparsa da absoluta maioria das comunidades rurais da região, associada aos fatores logísticos característicos da Amazônia, inviabiliza a implantação de uma estrutura de redes de coleta, de tratamento e de distribuição de água potável interligadas com os sistemas das cidades.	Comunidades ribeirinhas e indígenas do Alto Solimões e Alto Rio Negro	SEDURB; UGPE; SEINFRA; COSAMA; IDSM, MIDR, FUNAI, Prefeituras Municipais, Instituto Mamirauá, Associações e Organizações Indígenas.	Parcerias com instituições de pesquisa e universidades especializadas em tecnologias sociais e sistemas de abastecimento de água para áreas remotas (a exemplo do Instituto Mamirauá), elaboração de projetos técnicos adaptados às realidades locais;
Dragagem do rio Solimões em pontos críticos, em cooperação com Peru e Colômbia	As vazantes do Rio Solimões têm se acentuado nos últimos anos por causa dos efeitos das Mudanças Climáticas nos regimes dos rios da região em períodos de estiagem. Estas ações devem ser realizadas anualmente nos trechos de navegabilidade crítica do rio, a fim de viabilizar o fluxo ininterrupto do transporte por balsas, recreios e outras embarcações, garantindo assim o traslado de pessoas e de bens de consumo essenciais para a população da região.		MRE; DNIT; ANTAQ: IBAMA; IPAAM; ANA; MPF/MPE,	Diagnóstico hidrográfico e identificação dos pontos críticos de navegabilidade no Rio Solimões; realização de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental; Estabelecimento de acordos de cooperação transfronteiriça;

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Realização de estudos para melhorias das Hidrovias do Alto Solimões e Alto Rio Negro	Estruturas inadequadas das principais cidades da faixa de fronteira do Amazonas limitam o comércio e mobilidade territorial. Há a necessidade de apoio a soluções logísticas para transporte fluvial de insumos, produção e mobilidade.	Alto Rio Negro e Alto Solimões	DNIT; ANTAQ; SENA Executivo; MT; ICMBio; Prefeitura do Alto Solimões e Alto Rio Negro; IBAMA; FUNAI; IPAAM; MMA; SNPH; ARSEPAM; SEINFRA; SECT, UFAM (Campus Instituto de Natureza e Cultura (INC), Incubadora de Negócios de Impacto Socioambiental do Alto Solimões (INPACTAS)	Diagnóstico das rotas fluviais, condições de navegabilidade e infraestrutura de portos e terminais, Realização de estudos técnicos de viabilidade, elaboração de soluções logísticas que fortaleçam o transporte regional
Reforma da BR 307 no trecho de São Gabriel da Cachoeira	A deterioração da BR-307 tem impactado diretamente as comunidades da região, dificultando o acesso a serviços, escoamento de produção e elevando o custo de vida.	Ligação Cucuí até área urbana de São Gabriel da Cachoeira	DNIT; ANTT; IBAMA; SEINFRA; ICTS; IES; ICMBio; FUNAI; Prefeitura de São Gabriel da cachoeira; FOIRN; ISA	Articulação com DNIT e órgãos ambientais; realização de estudos de viabilidade técnica e ambiental; Realização de consultas públicas e diálogo com comunidades locais, indígenas e instituições da região;
Reforma da BR 307 no trecho entre Atalaia do Norte e Benjamin Constant	A BR 307, no trecho Atalaia do Norte a Benjamin Constant, de aproximadamente 32 kms, é uma via estratégica para ambos os municípios, inserida numa região de alto índice de pluviosidade e que necessita de manutenção constante, a fim de garantir sua trafegabilidade durante todos os meses do ano, evitando assim a deterioração da pavimentação, das pontes e da drenagem. Uma estrutura permanente de manutenção também poderá economizar recursos públicos em grandes obras sazonais de recuperação.	Municípios de Atalaia do Norte e Benjamin Constant	DNIT; ANTT; MIDR, IBAMA; SEINFRA; ICTS; IES; ICMBio; FUNAI; Prefeituras	Articulação com DNIT e órgãos ambientais; realização de estudos de viabilidade técnica e ambiental; Realização de consultas públicas e diálogo com comunidades locais, indígenas e instituições da região;

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Implantação de soluções de eficiência energética e geração de energia renovável em instituições públicas	A ampliação do uso de energias renováveis nas instituições públicas representa estratégia fundamental para promover sustentabilidade ambiental, eficiência energética e redução dos custos operacionais da administração pública. O incentivo à utilização de fontes renováveis, especialmente energia solar fotovoltaica e biomassa, possibilita maior autonomia energética, redução das emissões de gases de efeito estufa e fortalecimento da transição para modelos mais sustentáveis de desenvolvimento regional.	Toda a Faixa de Fronteira do Amazonas	MME, MMA, MIDR, ANEEL, EPE, BNDES, SEINFRA/AM, Prefeituras Municipais, Concessionárias e distribuidoras de energia elétrica, Universidades e Centros de pesquisa, Programa NZEB (Nearly Zero Energy Building) do PROCEL	Realização de diagnósticos energéticos em prédios públicos para identificar padrões de consumo e oportunidades de redução de gastos; Modernização da infraestrutura elétrica e substituição de equipamentos de alto consumo por tecnologias mais eficientes; Estabelecimento de parcerias com instituições de ensino

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Ampliação de ações para dinamização da Cadeia Produtiva da Piscicultura na faixa de fronteira	Há gargalos tecnológicos e operacionais que dificultam a viabilidade econômica da psicultura em face dos altos custos da ração (oriunda de outras regiões), da insuficiência da estrutura de beneficiamento, da ausência de um sistema logístico eficiente de transporte e armazenagem, além das limitações da assistência técnica local. A produção de pescado oriundo de atividades aquícolas se integra e complementa à da pesca nos lagos e rios, potencializando a disponibilidade de pescado como produto de consumo local e de exportação para os países vizinhos. A estruturação sustentável das cadeias produtivas do pescado de modo associado à promoção de um programa regional de manejo dos lagos, é fundamental como fator de segurança nutricional e fonte de renda da população da Tríplice Fronteira.	Alto Solimões	IBAMA; IPAAM; SEMA/AM; SEPROR/IDAM; SEPA/AM (CONEPA); Prefeituras; Coletivo do Pirarucu, IDAM, IDSM, ICMBIO, Secretarias municipais de pesca, produção rural ou equivalente, Colônias e associações de pescadores da região	Fortalecimento da gestão comunitária e da governança pesqueira; assistência técnica e extensão voltadas ao manejo sustentável; capacitação em monitoramento de estoques, boas práticas de manejo e beneficiamento; apoio à regularização ambiental e sanitária das atividades;

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Incremento das atividades produtivas dos PFNM – Produtos Florestais Não Madeireiros, de alimentos, óleos e plantas medicinais, com pesquisas e capacitação agroecológica, apoio logístico e de comercialização	Há um expressivo potencial de manejo sustentável de Produtos Florestais Não Madeireiros, com destaque para a castanha, os óleos, as plantas medicinais e outros produtos florestais. O incremento dessa produção pode ser efetivado por meio de ações integradas e sustentáveis de fomento, a fim de que sejam aproveitados e aperfeiçoados tecnologicamente os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas e das populações ribeirinhas da região, em seu próprio benefício, com maior geração de renda e qualidade de vida.	Municípios da Faixa de Fronteira do Amazonas	SEPROR/IDAM; SEMA; IPAAM; ICMBIO; EMBRAPA; INPA; Instituto Mamirauá, MMA, Sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais e associações comunitárias da região	Levantamento de espécies, produtos e potencial de mercado; fortalecimento de associações, cooperativas e organizações comunitárias; realização de pesquisas aplicadas, valorização de conhecimentos tradicionais e uso sustentável da biodiversidade;
Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Mel	A Meliponicultura vem se tornando uma valiosa atividade econômica complementar em diversos locais do estado e da própria Amazônia, com o manejo ecológico das abelhas nativas sem ferrão, denominadas cientificamente como "melíponas". A produção do mel pode ser ampliada com apoio material e, principalmente, uma eficaz assistência técnica aos produtores.	Alto Rio Negro e Alto Solimões	SEPROR/IDAM; SEMA; IPAAM; SEDECTI; SEBRAE; UFAM; INPA; IFAM, MPI, FUNAI, MMA	Fortalecimento de associações e cooperativas; Assistência técnica e extensão rural continuada; Apoio à regularização sanitária e obtenção de certificações;

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Fortalecimento da Cadeia do Artesanato Indígena	A Cadeia de Valor do Artesanato Indígena carece de um processo organizacional que envolva sua estruturação de modo sustentável, viabilizando a comercialização em maior escala e com ampliação do valor agregado, considerando a atividade turística da região e o potencial de exportação para outros locais do país e do exterior.	Municípios da Faixa de Fronteira do Amazonas	FEPIAM; SETEMP; SEBRAE; ADS; SEC; FOIRN; UNIVAJA: ISA; INPI	Implantação de centros de produção, unidades de comercialização, equipamentos, capacitação técnica para lideranças, promoção de feiras, diagnósticos para registro de Indicações Geográficas e instituição da carteira de artesão, respeitados os protocolos de consulta livre, prévia e informada dos povos indígenas.
Elaboração e implementação de um Plano Transfronteiriço de Turismo	O potencial turístico da Região da Tríplice Fronteira tem se demonstrado promissor, principalmente por conta dos milhares de turistas que visitam anualmente Letícia, capital colombiana da Província do Amazonas. Esses turistas podem ser atraídos para Tabatinga e outros municípios vizinhos, desde que se lhes ofereçam opções adequadas de hospedagem, transporte e alimentação, bem como atrativos relacionados ao turismo cultural, ao esportivo, ao ecoturismo e ao etnoturismo.	Municípios da Faixa de Fronteira do Amazonas	Amazonastour; SETEMP; SEC; FEPIAM; SEBRAE; Observatur (UEA); Prefeituras; FOIRN; ISA; PACTAS; UNIVAJA, MTur, MRE e de instituições de turismo e cultura dos países vizinhos	Promoção de eventos culturais, esportivos, de ecoturismo e etnoturismo, observados os protocolos de consulta livre, prévia e informada nas situações que envolverem terras Indígenas e territórios de povos e comunidades tradicionais.
Ampliação da emissão do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) em áreas sob domínio do INCRA	As atividades agroextrativistas na Região da Tríplice Fronteira, especialmente as da agricultura, carecem de instrumentos de regularização fundiária para acesso aos financiamentos do PRONAF e outros programas do Governo Estadual e Federal. Nesse sentido, a emissão de CAFs nas áreas de domínio do INCRA pode facilitar o acesso dos pequenos produtores às linhas de crédito subvencionadas;	Municípios da Faixa de Fronteira do Amazonas	IDAM/SEPROR; INCRA; Prefeituras; FEPIAM; MMA	Mapeamento de agricultores familiares, assentamentos e territórios prioritários; articulação entre INCRA, órgãos de ATER e secretarias estaduais e municipais; Ampliação do atendimento em áreas remotas, rurais e de difícil acesso;

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Adequação de editais de fomento às especificidades dos municípios de baixa densidade demográfica	Os Editais de mercado institucional, provindos de recurso federal, precisam ser adequados não somente ao critério populacional absoluto, mas também às especificidades da Amazônia, onde há predominância de populações residindo de modo esparso nas aldeias indígenas e nas comunidades ribeirinhas	Municípios da Faixa de Fronteira do Amazonas	FUNAI; FEPIAM; SEPROR; ADS; IDAM; Prefeituras; CONAB; MAPA; MDA;	Revisão de critérios de elegibilidade, contrapartidas e exigências documentais; simplificação de procedimentos administrativos e fluxos de inscrição; adequação de prazos e formatos de execução às realidades locais;
Criação de Observatório de compartilhamento de dados entre as instituições com atividades relacionadas com setor produtivo	O compartilhamento de dados entre instituições com atuação relacionada ao setor produtivo deve facilitar a preparação de projetos e a consecução de ações mais bem planejadas.	Municípios da Faixa de Fronteira do Amazonas	SEDECTI/SEPLAN; SEAD/PRODAM; SEPROR/IDAM;	Elaboração de protocolos de compartilhamento, integração e padronização de dados; implantação de plataforma tecnológica integrada para armazenamento, análise e visualização de informações; integração de indicadores econômicos, produtivos, territoriais e logísticos;
Capacitações em empreendedorismo sustentável e linhas de fomento para cadeias produtivas estratégicas na região (pimenta baniwa, castanha, artesanato, óleos vegetais) na região do Alto Rio Negro	Necessidade de amadurecimento e fortalecimento da economia indígena de fronteira com base no protagonismo comunitário	Alto Rio Negro	SEPROR; ADS; AFEAM; IDAM; Prefeituras do Alto Rio Negro; SEBRAE; FUNAI; FOIRN; ISA; MDA, MAPA e associações e cooperativas de produtores da região	Articulação com organizações indígenas, cooperativas e instituições de apoio; realização de capacitações em empreendedorismo sustentável, gestão, comercialização e agregação de valor; Apoio técnico para estruturação de negócios comunitários; desenvolvimento de linhas de fomento e mecanismos de financiamento adaptados às realidades locais;
Implantação de estruturas de beneficiamento de pequeno porte	A implantação de estruturas de beneficiamento/agroindústrias de pequeno porte pode incrementar a produtividade, a qualidade dos produtos e facilitar sua comercialização, propiciando maior geração de renda para os produtores das comunidades indígenas e tradicionais da região.	Alto Rio Negro e Alto Solimões	SEMA, SEPROR; FOIRN, SEDECTI, IDAM Prefeituras do Alto Rio Negro; FEPIAM;	Mapeamento de produtores, associações, cooperativas e territórios prioritários; Aquisição de máquinas, equipamentos e insumos;

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Apoio institucional, técnico e financeiro à certificação de origem, beneficiamento local e acesso a mercados justos de produtos da Sociobiodiversidade	Agregar valor aos produtos da sociobiodiversidade, fortalecer as cadeias produtivas territoriais, ampliar a renda de agricultores familiares, povos indígenas e comunidades tradicionais e promover um modelo de desenvolvimento econômico alinhado à conservação ambiental e às especificidades da região.	Alto Solimões e Alto Rio Negro	SEDECTI; SEPROR; Prefeituras; IDAM; MAPA; MDA; CONAB; Organizações de base; ISA; FOIRN; UNIVAJA; APIAM; FEPIAM; PACTAS	Mapeamento de produtores, associações, cooperativas e territórios prioritários; Apoio técnico para adequação produtiva, sanitária e documental; implementação de processos de certificação de origem, qualidade e sustentabilidade;
Promoção de feiras, exposições e encontros temáticos para valorização dos produtos e serviços regionais.	A produção de bens e serviços regionais na faixa de fronteira amazônica enfrenta baixa visibilidade e limitado acesso a mercados. A ação contribui para a valorização dos produtos e serviços regionais, o fortalecimento das cadeias produtivas locais, a ampliação de oportunidades comerciais e a integração entre produtores, consumidores e instituições.	Alto Solimões e Alto Rio Negro	SEPROR; SEINFRA; SEDECTI; FAPEAM; ADS; Prefeituras de fronteira; Organizações de Base; FEPIAM;	Definição de calendário e territórios estratégicos para realização de feiras, exposições e encontros temáticos; articulação com associações, cooperativas, instituições públicas e setor produtivo; estruturação de espaços físicos e infraestrutura de apoio para os eventos;
Realização de oficinas, cursos e ações de extensão com aplicação de tecnologias sociais, voltadas à geração de trabalho e renda.	Em muitos municípios da região, persistem desafios relacionados à baixa oferta de qualificação profissional, à limitação de acesso a tecnologias apropriadas e à reduzida diversificação das atividades econômicas, fatores que impactam diretamente a geração de trabalho e renda. A criação e desenvolvimento do Parque Científico Tecnológico do Alto Solimões (PaCTAS) e a sua interlocução junto a Academia e demais instituições é fundamental para que a iniciativa prossiga.	Alto Solimões	CFSOL/8° BIS (EB), CETAM (polo Tabatinga), Universidades e PaCTAS, SEBRA	Mapeamento de públicos beneficiários, vocações locais e tecnologias sociais aplicáveis; Capacitação em empreendedorismo, gestão, produção sustentável e economia solidária;

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Fortalecimento dos espaços de diálogos dos povos indígenas em região de fronteira com as diferentes esferas governamentais.	Há a necessidade de fortalecimento e ampliação dos processos organizados e permanentes de diálogos entre as entidades representativas dos povos indígenas e os órgãos das três esferas de poder, para planejar e implementar as políticas públicas na região. No mesmo sentido, há a necessidade de que esse diálogo alcance os municípios, províncias e paises vizinhos em razão da grande extensão fronteiriça e da interação constante entre indígenas residentes nas extensas áreas fronteiriças, diversos deles que transitam constantemente entre os países vizinhos.	Alto Solimões e Alto Rio Negro	SEDECTI/NIFFAM; Organizações indígenas, COICA, COIAB, MRE, FEPIAM, APIAM, MPI, FUNAI, SESAI	Fortalecimento do Núcleo Estadual de Fronteira (NIFFAM)
Fortalecimento e ampliação do Programa de Agricultura Indígena (SEPROR/AM), orientado ao financiamento de projetos para o desenvolvimento das cadeias produtivas indígenas.	A agricultura indígena da região do Alto Rio Negro pode ser fortalecida pela atuação de um programa de desenvolvimento sustentável de suas cadeias produtivas, com o incremento do Fundo Indígena do Rio Negro - FIRN, de modo articulado com o PAA Indígena e outros instrumentos de apoio ao segmento.	Alto Solimões e Alto Rio Negro	SEPROR; ADS; CONAB; IDAM; FOIRN; ISA, FOCCIT, Federação kokama-kukamiria, Instituto Ngutapa, FUNAI e prefeituras	Adequação de critérios e procedimentos às especificidades socioculturais e territoriais indígenas; elaboração de editais e chamadas públicas específicas; assistência técnica para elaboração e gestão de projetos produtivos;
Formação contínua de ATER indígenas nas comunidades.	Há necessidade de formar técnicos e extensionistas indígenas de modo adequado às especificidades ecológicas e culturais da região, a fim de garantir aos produtores indígenas uma ATER com características agroecológicas compatíveis com um modelo sustentável de produção.	Alto Solimões e Alto Rio Negro	Comunidades indígenas, Prefeituras, ISA, FOIRN, EMBPRAPA, SEDECTI, IDAM, SEPROR, FUNAI.	Implementação de ATER Pública Especializada; Realização de parcerias entre associações e cooperativas e organizações públicas e privadas especializadas no tema; Adoção de Metodologias Participativas e Tecnologias Sociais; Financiamento e Capacitação via Fundo Amazônia

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Fortalecimento dos Ecossistemas de Inovação e Bioeconomia locais, com ênfase ao empreendedorismo inovador e ações voltadas para jovens, mulheres e povos indígenas.	Estratégia fundamental para a promoção do desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável, especialmente em territórios marcados por desigualdades socioeconômicas, limitações de acesso a oportunidades produtivas e desafios estruturais de inserção no mercado de trabalho. A implementação de centros tecnológicos de inovação, criação de cursos técnicos locais, como de agroecologia, vigilância, etnoturismo e gestão territorial permitiriam o enriquecimento técnico local e o fomento de atividades socioeconômicas sustentáveis.	Alto Solimões e Alto Rio Negro	SEBRAE, ICMBio, FOIRN, SEDECTI/NIFFAM, IFAM, UFAM (INC), UEA, CETAM, FUNAI, IDAM, ISA, Prefeituras, WCS, INPACTAS, MAPATI	No Alto Solimões, existe a estrutura do PACTAS/InPACTAS, enquanto no Alto Rio Negro existe a iniciativa do NUMAI, em São Gabriel da Cachoeira.
Apoio à atualização e implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs) da Faixa de Fronteira.	Justifica-se pela necessidade de reconhecimento formal dos PGTAs como instrumentos válidos de planejamento interinstitucional na faixa de fronteira e necessidade de apoio técnico das comunidades indígenas para sua implementação	Alto Solimões e Alto Rio Negro	MPI; FUNAI; FEPIAM; APIAM; COIAB; Prefeituras; FOIRN, UNIVAJA; ISA;INCRA; SECT/AM	Levantamento e sistematização dos PGTAs existentes; Apoio à elaboração e validação participativa; Captação de recursos e cooperação técnica; Cooperação técnica – tratativas entre Governo estadual e MPI/ FUNAI
Reestruturação de editais para cidades em áreas de fronteira de modo a garantir acesso ao PNAE com valorização dos fornecedores locais, incluindo povos indígenas e comunidades tradicionais.	No modelo atual, há dificuldades logísticas que comprometem a qualidade dos alimentos, risco elevado de descumprimento de contrato e atrasos pela rigidez da Lei nº 14.133/2021. Desta forma, os fornecedores locais não conseguem competir com a concorrência externa.	Alto Solimões e Alto Rio Negro	Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas (CATRAPOA), FNDE/MEC, MDA, secretarias estaduais e municipais de educação e agricultura	Revisão dos critérios e exigências dos editais de chamada pública; adequação de prazos, quantitativos e logística às realidades das áreas de fronteira; fortalecimento de associações, cooperativas e redes locais de comercialização;

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Fortalecimento da atenção de média complexidade do SUS na faixa de fronteira do Amazonas	O atendimento médico-hospitalar nas cidades da região é carente de adequada resolutividade no que diz respeito à diversas ações da média complexidade, tanto no que concerne aos tratamentos eletivos quanto aos casos de urgência e de emergência, que demandam muitas vezes deslocamentos de pacientes para a capital do estado e que nem sempre se efetivam a contento. A incorporação da medicina tradicional indígena pode tornar mais efetivos os atendimentos na área de saúde para os povos originários, considerando seus hábitos nutricionais, seus costumes e o conhecimento que detém sobre o uso de plantas medicinais.	Alto Solimões e Alto Rio Negro	Ministério da Saúde; SESAI; SES; SEAS; Prefeituras; Secretarias Municipais de Saúde e de organizações indígenas da região	Ampliação e qualificação das estruturas hospitalares, Garantia de insumos, Integração da medicina tradicional indígena aos serviços de saúde.
Apoio à criação e implementação de escolas indígenas de ensino médio nas áreas de fronteira	A carência de escolas indígenas de ensino médio nas áreas fronteiriças inviabiliza a continuidade da formação escolar dos alunos que cursaram o ensino fundamental, provocando o êxodo de jovens para as cidades, afastando-os do convívio com seus familiares e comunidades e enfraquecendo a presença sócio-cultural brasileira na região.	Alto Solimões e Alto Rio Negro	SEDUC/FOREIA; MEC; SEINFRA; Prefeituras; FUNAI; FEPIAM; APIAM; FOIRN; UNIVAJA	Mapeamento de comunidades e estudantes sem acesso ao ensino médio; articulação com Ministério da Educação, secretarias estaduais e organizações indígenas; elaboração de propostas pedagógicas interculturais e bilíngues;
Programas de formação continuada de professores indígenas com atuação transfronteiriça	A garantia de formação continuada para os professores indígenas com atuação transfronteiriça pode ampliar e qualificar os processos de ensino-aprendizagem em áreas com grande dificuldade de permanência de docentes preparados para os desafios da educação na região.	Alto Solimões e Alto Rio Negro	MEC; NURIAM; SEDUC/FOREIA; MCTI; SEDECTI/SECTI; UEA; UFAM; IFAM; FAPEAM;	Desenvolvimento de programas de formação continuada intercultural e bilíngue; capacitação em educação escolar indígena, pedagogias interculturais e práticas transfronteiriças; Realização de intercâmbios entre escolas e educadores de países vizinhos;

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Reativação de residências estudantis, com acompanhamento psicossocial e bolsas de apoio à permanência	Estudantes proveniente de comunidades indígenas mais distantes da sede do munícipio enfrentam barreiras culturais, linguísticas e socioeconômicas. Há risco elevado de evasão devido aos custos de moradia e alimentação, sendo dessa forma necessária maior estrutura de apoio psicossocial a estes estudantes.	Alto Solimões e Alto Rio Negro	FAPEAM; MEC; SEDECTI/SECTI; UEA; UFAM; IFAM	Implantação e modernização de infraestrutura de alojamento, ampliação de programas de bolsas e auxílios financeiros; realização de ações de acolhimento, saúde mental e integração estudantil;
Programa de Saúde na Faixa de Fronteira com e Ampliação do Acesso à Atenção Especializada	Os municípios da faixa de fronteira enfrentam desafios históricos relacionados ao acesso à saúde especializada, decorrentes das grandes distâncias territoriais, da baixa densidade de serviços médicos, das dificuldades logísticas e da limitada disponibilidade de profissionais especializados. A falta de especialistas na região gera deslocamentos onerosos e tem impacto direto no custo e qualidade de vida de servidores e comunidade local;	Municípios da Faixa de Fronteira do Amazonas	MS, Secretarias estaduais e municipais de saúde, Distritos Sanitários Especiais Indígenas, Comunidades locais, indígenas e populações tradicionais	Desenvolvimento de unidades móveis conectadas para atendimento em comunidades isoladas, Implantação de plataformas de telemedicina, Ampliação da conectividade em unidades de saúde de áreas remotas

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Fortalecimento da Infraestrutura de monitoramento e fiscalização (Embarcações, Aeronaves, Comunicação, Combustível e material de consumo)	A grande extensão territorial das faixas de fronteira exige uma estrutura compatível com a atuação eficaz dos órgãos responsáveis pela segurança e da vigilância ambiental. Por isso, se torna necessária a ampliação do número de embarcações, aeronaves, drones, meios de comunicação e a garantia de adequado suprimento de combustível e outros insumos para viabilizar as ações de policiamento e de comando e controle ambiental.	Todo território de Fronteira do Amazonas	Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, Força Nacional, Forças Armadas, IBAMA e IPAAM	Articulação entre órgãos ambientais, de segurança e defesa; estruturação de linhas de financiamento e mecanismos de fomento para aquisição dos equipamentos.
Criação de Batalhão de Fronteira da Polícia Militar	A transformação do 8º Batalhão da Polícia Militar (8º BPM) em Batalhão de Fronteira da Polícia Militar representa a aspiração de recategorização das atividades de segurança estadual na região, com o reconhecimento da abrangência de sua atuação e consequente fortalecimento e aperfeiçoamento numa região com as características diferenciadas da Tríplice Fronteira	Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira	SSP; SEJUSC, Polícia Militar, MPI e MMA	Construção e aparelhamento de unidades operacionais em áreas estratégicas; Capacitação continuada de efetivos para atuação em ambiente de fronteira
Implantação e ampliação de bases fluviais integradas de fiscalização, segurança e comunicação na faixa de fronteira amazônica, destinadas ao monitoramento territorial, repressão aos ilícitos transfronteiriços e fortalecimento da presença institucional do Estado.	A extensa faixa de fronteira do Amazonas demanda estruturas integradas de fiscalização e segurança capazes de ampliar o controle territorial, combater ilícitos transfronteiriços e fortalecer a atuação coordenada dos órgãos públicos. As bases fluviais integradas representam solução estratégica para ampliar a presença do Estado em áreas de difícil acesso, articulando ações de segurança, vigilância ambiental e serviços públicos essenciais.	Rio Içá (foz/entrada), Rio Solimões (Belém do Solimões), confluências dos rios Japurá/ Solimões e Ituí/ Itacoaí, além dos rios Negro (Ipanoré-Urubuquara), Madeira e Amazonas.	Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, Marinha do Brasil, Força Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, Corpo de Bombeiros, Secretarias Estaduais, Ministério dos Povos Indígenas (MPI), Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), IBAMA e IPAAM.	Articulação interfederativa para definição de competências e responsabilidades; construção, modernização e ampliação de bases fluviais em pontos estratégicos dos rios amazônicos; recomposição e capacitação especializada de efetivos para operações fluviais e atuação em ambiente amazônico; aquisição de equipamentos e implantação de sistemas integrados de comunicação, inteligência, monitoramento e vigilância fluvial.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Implantação de postos integrados de controle migratório e acolhimento humanitário na faixa de fronteira do Amazonas, fortalecendo a presença institucional do Estado e promovendo segurança, ordenamento migratório e proteção social.	A implantação de postos de controle migratório e acolhimento humanitário se relaciona com o grande contingente de migrantes das nações vizinhas, o que se reflete em carências sociais humanitárias.	Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira	PF, SEJUSC, Prefeituras, FUNAI, ONGs, OSCs, FOIRN, secretarias municipais	Construção e adequação de estruturas físicas em pontos estratégicos da fronteira; Oferta de acolhimento emergencial e atendimento psicossocial; Capacitação de equipes multidisciplinares para atendimento humanizado.
Implantação dos postos integrados de controle e fiscalização em áreas estratégicas da faixa de fronteira amazônica, especialmente nas regiões abrangidas pelos Pelotões Especiais de Fronteira.	A intensificação dos fluxos transfronteiriços e da circulação irregular de pessoas em áreas estratégicas da fronteira exige o fortalecimento das ações de controle e fiscalização territorial. A implantação de postos integrados contribuirá para ampliar a vigilância, apoiar as operações de segurança e fortalecer a capacidade de monitoramento do Estado em regiões sensíveis da faixa de fronteira.	Cucuí, Vila Bittencourt, Áreas de fronteira abrangidos pelos Pelotões Especiais de Fronteira de Palmeiras do Javari, Estirão do Equador, Ipiranga	PF, MAPA, RFB, FUNAI, ICMBio, outros. Em torno dos PEFs - apoio)	Construção e equipagem de postos em pontos estratégicos; Utilização de tecnologias de vigilância, georreferenciamento e reconhecimento remoto; Capacitação de equipes para atuação integrada em ambiente de fronteira.
Implantação do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIF) para articulação interinstitucional das ações de segurança na faixa de fronteira.	A criação de um gabinete de gestão integrada de fronteiras, com a participação das secretarias municipais de segurança, em sintonia com os órgãos de segurança estaduais e federais, pode representar um expressivo ganho de eficácia nas ações desenvolvidas em cada município da região.	Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira	Prefeituras, PM, PC, RFB, FAB, GSI, MAPA, MB, EB, FAB, GCM, FUNAI, ICMBio, MP, ABIN	Articulação entre órgãos federais, estaduais e municipais de segurança, defesa e fiscalização; formalização de acordos de cooperação técnica e operacional.
Criação de protocolos de cooperação interinstitucional para atuação em áreas de fronteira, com foco em prevenção de conflitos e garantia dos direitos dos povos indígenas.	A ação justifica-se pela necessidade de Reforço da fiscalização e vigilância ambiental e territorial em áreas vulneráveis a ilícitos transfronteiriços (garimpo, pesca ilegal, tráfico) e também pelo fortalecimento de órgãos institucionais com coordenação local e apoio comunitário.	Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira	MPI, FUNAI, IBAMA, Exército, Polícia Federal, defensorias públicas e ministérios públicos. SSP-AM;	Articulação entre instituições de segurança, justiça, direitos humanos e proteção territorial; Realização de consultas livres, prévias e informadas com povos e lideranças indígenas; definição de protocolos e procedimentos para prevenção, mediação e resposta a conflitos; Estabelecimento de canais permanentes de comunicação.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Fortalecimento do monitoramento territorial indígena na faixa de fronteira do Amazonas	A formação de agentes indígenas de vigilância territorial se faz necessária face à enorme extensão das áreas de fronteira, no sentido da proteção ambiental e da segurança nos territórios indígenas.	Alto Solimões e Alto Rio Negro	SSP; FUNAI; MPI; COIAB; Defesa Civil; IBAMA; IPAAM; UNIVAJA; FOIRN; ISA	Formação de agentes comunitários, Estruturação de sistemas de vigilância preventiva, integração de órgãos oficiais de fiscalização e segurança e organizações e comunidades indígenas
Fortalecimento dos quadros técnicos das instituições voltadas ao controle e fiscalização de fronteiras	A necessidade de ampliar os efetivos da Polícia Federal e de outros organismos de segurança se relaciona com o pequeno número de agentes face à grande área territorial e a constatação de um grave quadro de cometimento de atos ilícitos na região de fronteira.	Toda a Faixa de Fronteira do Amazonas, em especial as regiões de difícil provimento	GSI/PR; MD; Polícia Federal; PRF; Receita Federal; ABIN; Forças Armadas; SSP/AM	Ações de Fortalecimento da Gestão Pública como realização de novos concursos públicos; Programas de capacitação e qualificação para os quadros técnicos responsáveis; Estruturação de políticas de incentivo para fixação de servidores em regiões de difícil provimento
Construção de um ambiente de formação e acolhimento para mães e crianças vítimas das dinâmicas ilícitas	Há necessidade de fortalecer mecanismos de proteção social e reconstrução de vínculos familiares em regiões marcadas pelas dinâmicas ilícitas, que afetam de forma desproporcional mulheres, mães e crianças em situação de vulnerabilidade. Em áreas de fronteira e territórios com baixa presença de serviços públicos estruturados, a exposição à violência, ao aliciamento, à exploração e à insegurança social compromete o desenvolvimento infantil, a autonomia econômica das mulheres e a estabilidade familiar.	Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira	MMulheres, MDS, MDHC, MJSP, FUNAI, Ministério Público, Defensoria do Amazonas, Sejusc/AM, SEAS/AM, Prefeituras municipais, Conselhos tutelares e Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;	Instalação de espaço que proporcione suporte psicossocial, qualificação profissional, acompanhamento interinstitucional e espaços seguros de convivência, promovendo oportunidades de reinserção social e fortalecimento comunitário.
Estruturação de estudos técnicos para adequação dos critérios de financiamento e repasse orçamentário às especificidades das regiões de fronteira amazônica	A logística e o isolamento de determinadas regiões de fronteira impactam nos preços locais e os orçamentos repassados muitas vezes não refletem a realidade local/ Prever recursos adicionais de custeio e investimentos.	Toda a Faixa de Fronteira do Amazonas, em especial as regiões de difícil provimento	MJSP, Ministério da Defesa, MPI, MMA, MIDR	Avaliação dos impactos de fatores como isolamento geográfico, mobilidade fluvial e baixa densidade demográfica; elaboração de metodologias para definição de critérios diferenciados de repasse;


Foto: Ana Cláudia Jatahy/Mtur

BASES PARA O PLANO DE **DESENVOLVIMENTO** E **INTEGRAÇÃO** DA **FAIXA DE FRONTEIRA**

PROGRAMA FRONTEIRA INTEGRADA

As publicações, documentos técnicos e demais informações relacionadas ao projeto encontram-se disponíveis no **site oficial** do Projeto Fronteiras da Amazônia, ampliando o acesso público aos conteúdos produzidos e fortalecendo a transparência do processo.

Acesse:



Execução

instituto brasileiro de administração municipal

Realização

IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Subsídios do Ipea ao debate

Foto: Lucas Silva/Amazonastur

O Amazonas e a Pan-Amazônia: Subsídios para o debate sobre infraestrutura, bioeconomia e desenvolvimento fronteiriço[1]

O Amazonas no Contexto Pan-Amazônico e Marco Institucional

As fronteiras amazônicas apresentam condição de hiperperiferia logística e produtiva, com impactos sobre bem-estar, desenvolvimento, segurança e soberania. Essa condição amplia vulnerabilidades (desmatamento, garimpo, trânsitos ilícitos) e limita oportunidades socioeconômicas e de sustentabilidade ambiental. Ao mesmo tempo, a dinâmica econômica recente aproxima o Brasil de vizinhos do Pacífico e do Caribe, abrindo novas oportunidades logísticas e produtivas que exigem planejamento e coordenação regional.

Entre 28 de maio e 5 de junho de 2024, três decretos centrais compuseram um novo arranjo de políticas: a Comissão Interministerial para a Infraestrutura e o Planejamento da Integração da América do Sul (Decreto nº 12.034/2024), a Política Nacional de Fronteiras (Decreto nº 12.038/2024) e a Estratégia Nacional de Bioeconomia (Decreto nº 12.044/2024). No âmbito do MIDR (Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional) foram editadas a Estratégia de Desenvolvimento Regional e Bioeconomia – BioRegio (Portaria nº 3.717, de 30 de novembro de 2023) e o Programa Fronteira Integrada (Portaria nº 2.413, de 9 de julho de 2024). Esses marcos criam condições institucionais para articular integração física e digital, desenvolvimento fronteiriço e bioeconomia em chave pan-amazônica, desde que acompanhados de governança com os países vizinhos.

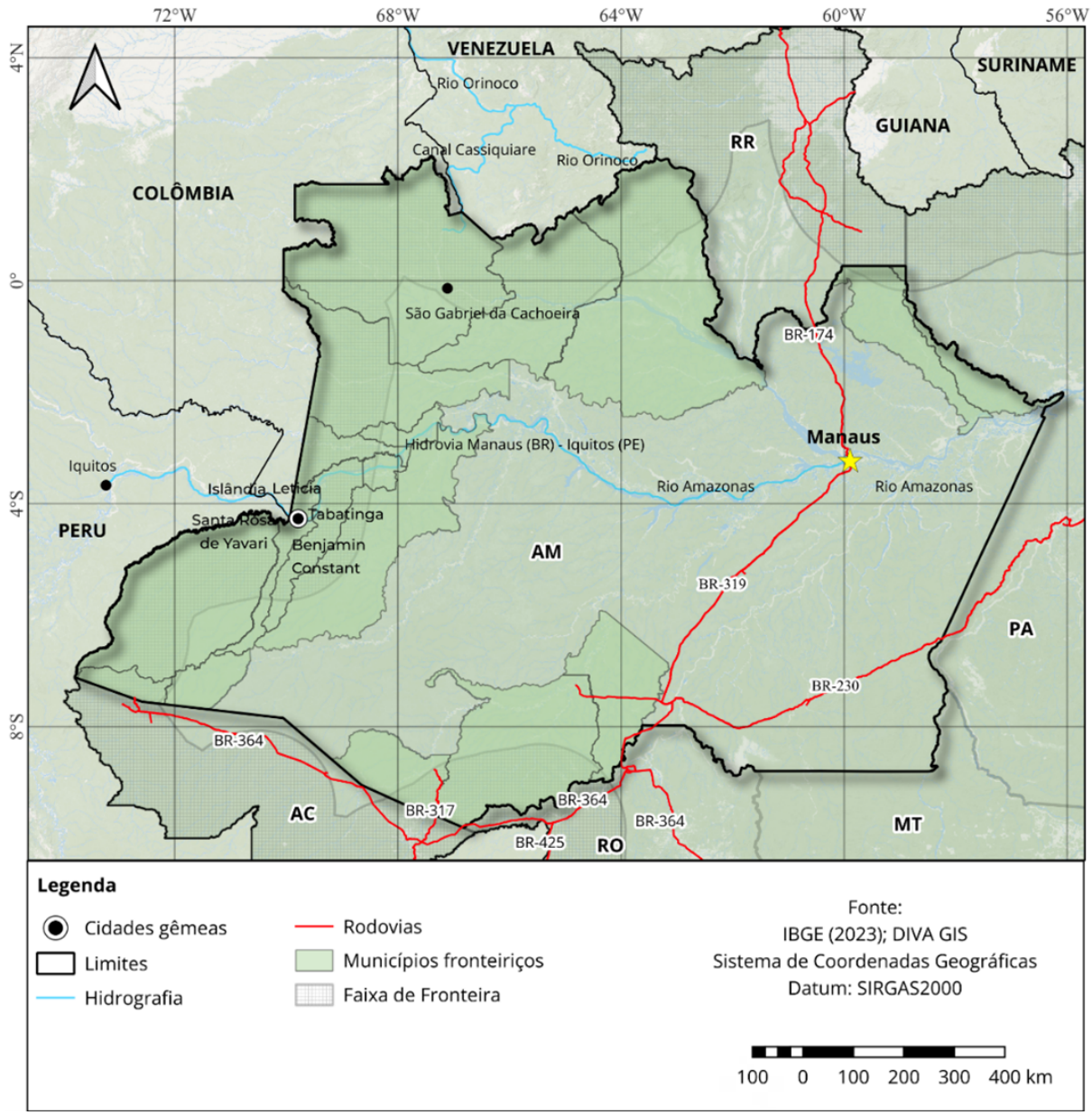
---

1. Esta nota foi preparada no âmbito do Projeto ***"Integração Regional: o Brasil e a América do Sul"*** da Diretoria de Estudos Internacionais (Dinte) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em cooperação com o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR), com apoio do Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA), pelos pesquisadores: ***Pedro Silva Barros:*** *Técnico de planejamento e pesquisa do Ipea;* ***Luiz Marcelo Michelon Zardo:*** *Técnico de planejamento e pesquisa do Ipea;* ***Cláudio Alberto Castelo Branco Puty:*** *Professor associado da Universidade Federal do Pará (UFPA);* ***Corival Alves do Carmo:*** *Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe (UFS);* ***Helitton Christoffer Carneiro:*** *Assistente de pesquisa do Ipea;* ***Leandro Fontes Corrêa:*** *Assistente de pesquisa do Ipea e* ***Matheus Valadares da Silva:*** *Assistente de pesquisa do Ipea.*

No plano conceitual, adota-se a perspectiva da Pan-Amazônia - pensar a região como bioma e território interdependente - e os binômios interdependência–dissuasão e segurança-desenvolvimento para o fortalecimento da soberania, enfatizando que integração produtiva e infraestrutura devem caminhar com participação de entes subnacionais e privada. Destacam-se, ainda, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e o Consórcio Interestadual da Amazônia Legal como instâncias-chave de coordenação.

O estado do Amazonas constitui a principal fronteira viva da Pan-Amazônia. Configura-se como a maior unidade federativa do Brasil em extensão territorial, abrangendo mais de 1,5 milhão de km², e é também aquela que detém a maior extensão de fronteiras internacionais, totalizando 3.959 km. Dessa extensão, 1.430 km fazem limite com o Peru, 1.644 km com a Colômbia — tornando o Amazonas o único estado brasileiro a confinar com o território colombiano — e 885 km com a Venezuela. Essa região fronteiriça, que abarca também a Ilha das Guianas ao norte, é estruturada por rios que funcionam como os principais eixos logísticos. Tal vastidão impõe desafios operacionais significativos, mas, simultaneamente, abre oportunidades para uma agenda de desenvolvimento fronteiriço que deve combinar segurança, circulação de pessoas e bens, proteção socioambiental e integrações produtivas de nova geração (Mapa 1).

Mapa 1 - Estado do Amazonas



Fonte: Projeto “Integração Regional: o Brasil e a América do Sul”. Elaborado pelos autores (2026).

Ao mesmo tempo, o Amazonas caracteriza-se por ser um estado profundamente urbanizado, marcado por crescentes processos de periferização e favelização, que se encontram condensados sobretudo na capital, Manaus, e em outros polos regionais. A cidade de Manaus atua como o grande articulador da região, havendo a premissa de que o fortalecimento de um eixo de desenvolvimento Manaus-Iquitos é vital para a promoção econômica da Tríplice Fronteira. Historicamente, o modelo de desenvolvimento amazonense ancorou-se na Zona Franca, sob a coordenação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Esse modelo demonstrou ser efetivo em conter o desmatamento no território amazonense quando comparado a estados vizinhos líderes em derrubada da cobertura florestal, como o Pará, mas vem dando sinais de esgotamento perante os novos imperativos de competitividade, inovação, conectividade e inclusão social. A transição desejável passa por ampliar a presença do Estado na faixa de fronteira e diversificar a base econômica com foco na bioeconomia e nos serviços ambientais, fomentando o potencial da Zona Franca Verde[1] e das áreas de livre comércio.

A formação territorial e a demarcação dos limites dessa região são marcadas por um histórico complexo. Os desafios para definir as fronteiras remontam aos séculos XIX e XX, perpassando contendas diplomáticas históricas como a célebre "Questão de Letícia"[2], até chegar a escaramuças e disputas recentes, a exemplo da contenda peruano-colombiana relativa à posse da recém-criada Ilha de Santa Rosa (Santa Rosa do Javari). O isolamento da região, causado pela barreira natural dos Andes e pela densidade da floresta amazônica, impôs historicamente dificuldades logísticas profundas, mas acabou por induzir as localidades vizinhas a uma integração natural e contínua. A soberania nessa zona é caracterizada pela existência de "fronteiras vivas", um conceito que descreve áreas onde a presença do Estado é mediada não apenas pela força militar ou administrativa, mas pela intensa circulação de pessoas e pela vontade política de integração local.

No cenário estadual, duas regiões despontam como vetores prioritários do desenvolvimento fronteiriço: o Alto Rio Negro e o Alto Solimões, ambas situadas em áreas de tríplices fronteiras. No Alto Rio Negro, os padrões demográficos são dispersos em pequenas comunidades, caracterizando-se por uma grande diversidade de etnias e línguas, tendo São Gabriel da Cachoeira como polo de serviços e identidade cultural. Nessa porção, a integração transfronteiriça ocorre menos por "vazão econômica" e mais por redes socioculturais, com foco na governança indígena com consulta prévia e protagonismo local. Em contrapartida, no Alto Solimões, a faixa limítrofe entre Brasil, Colômbia e Peru configura a região de cidades-gêmeas mais densamente

1. A Zona Franca Verde (ZFV) é um regime instituído pela Lei nº 11.898/2009 e regulamentado pelo Decreto nº 8.597/2015, concedendo isenção de IPI para atividades de beneficiamento industrial em áreas de livre comércio (ALCs) da Suframa, com a condicionalidade de que se empreguem, predominantemente, matérias-primas regionais de origem animal, vegetal ou mineral.
2. A Questão de Letícia foi um conflito diplomático-militar entre Colômbia e Peru (1932–1934) pela soberania da cidade amazônica de Letícia, decorrente do Tratado Salomón-Lozano (1922). A disputa envolveu a ocupação peruana da cidade e tensões armadas na região amazônica. O conflito foi mediado internacionalmente pela Liga das Nações. Ao final, confirmou-se a soberania colombiana sobre Letícia. Referência completa, ver em: BUENO, Clodoaldo. Política Externa do Brasil. São Paulo: Editora Ática, 2003

povoada da fronteira amazônica desses três países. Trata-se da única porção da fronteira do estado do Amazonas em que se verifica a conurbação, fenômeno ausente no Alto Rio Negro.

O estudo foca especificamente nessa fronteira gêmea do Alto Solimões, composta pelas localidades vinculadas de Tabatinga e Benjamin Constant, no lado brasileiro; Letícia, na Colômbia; e Santa Rosa do Javari e Islândia, no Peru. A contiguidade urbana entre essas cidades conforma um sistema transfronteiriço denso e híbrido, onde comércio, trabalho, serviços públicos e vida cotidiana atravessam as fronteiras com notável fluidez. As dinâmicas são de passagens fluviais e mercados populares, operando em complementaridade informal, a despeito das assimetrias institucionais.

A caracterização socioespacial e econômica dessas cidades-gêmeas revela profundas diferenças e desafios estruturais. Do lado brasileiro, Tabatinga e Benjamin Constant estão separadas por cerca de vinte quilômetros ao longo do Rio Solimões. Com populações estimadas em aproximadamente 73 mil e 41 mil habitantes, respectivamente, constituem os municípios mais populosos da microrregião, enfrentando, contudo, um baixo nível de desenvolvimento, o que se reflete de maneira direta em seus indicadores de renda, IDH e mercado de trabalho. Tabatinga destaca-se negativamente por ser o mais isolado município brasileiro de porte médio a configurar uma cidade-gêmea. O seu isolamento em relação a Manaus contrasta fortemente com a conectividade muito mais intensa entre Letícia – capital do departamento do Amazonas – e a capital colombiana, Bogotá.

Além disso, nota-se uma nítida diferença urbanística entre as cidades contíguas: apesar de estar isolada por via terrestre e cercada pela floresta amazônica, falta a Tabatinga arborização adequada, paisagismo e obras essenciais de urbanização. Por outro lado, Letícia — seja por ter sido beneficiada por investimentos passados oriundos dos chefes do antigo cartel local, seja por obras públicas realizadas posteriormente — possui melhor infraestrutura urbana e encontra-se muito mais bem preparada para capturar os benefícios econômicos do turismo, que representa uma importante fonte de renda na região e atrai visitantes nacionais e estrangeiros.

As dinâmicas transnacionais nessa tríplice fronteira são marcadas pela alta demanda e pelo acesso compartilhado a diferentes serviços de um lado e de outro da fronteira. A população consome serviços públicos de saúde e educação, além de serviços privados como supermercados e restaurantes, de forma altamente integrada. A integração prática e cotidiana é tão profunda que 36,19% das transações comerciais em Letícia são pagas na moeda brasileira, o real. Impedir a circulação de pessoas e mercadorias entre essas cidades significaria colocar em risco a própria sobrevivência das populações locais, visto que o fornecimento de alimentos, os meios de transporte e a geração de empregos dependem visceralmente dessas relações transfronteiriças.

Do ponto de vista institucional, comercial e aduaneiro, destaca-se a existência do Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas (ALFV)[3] entre o Brasil e o Peru, voltado à criação de uma Zona de Integração Fronteiriça e à cobrança de tarifas locais para comunicações. Com a Colômbia, vigora um regime especial fronteiriço para as relações comerciais entre Tabatinga e Letícia[4]. No entanto, persistem assimetrias e limitações estruturais: há um grande desconhecimento por parte da população sobre as regras desse regime especial com a Colômbia. Adicionalmente, esse regime de livre comércio não engloba o município de Benjamin Constant ou Atalaia do Norte. Há também uma distinção interna crítica: Tabatinga é uma área suframada (Área de Livre Comércio), com implicações fiscais e econômicas próprias, enquanto Benjamin Constant não possui esse status. Falta, ainda, um acordo comercial da mesma envergadura entre o Brasil e o Peru se comparado ao que já está estabelecido entre Colômbia e Peru. Por consequência dessas barreiras, boa parte das transações comerciais na região ainda se dá na estrita informalidade ou acaba não sendo contabilizada oficialmente devido às restrições dos fluxos de comércio exterior e à falta de integração plena.

A debilidade e a fragmentação da presença do Estado contribuem de modo direto para a estagnação econômica. Demonstra-se que as dificuldades logísticas são agravadas severamente pelo não alfandegamento do porto de Tabatinga e pela ausência de órgãos governamentais de controle. Em Benjamin Constant, constata-se a ausência de órgãos fiscalizadores, e mesmo em Tabatinga nota-se a falta de representações importantes, como a Anvisa e o Vigiagro. Sem um desenvolvimento econômico robusto e perante essa omissão estatal, atividades ilícitas florescem na região de fronteira, a exemplo do contrabando e do tráfico de drogas e armas. No tocante à caracterização da população e das comunidades indígenas da região, é fundamental sublinhar que a problemática do narcotráfico não afeta apenas a dimensão securitária; a dependência química tem gerado, na atualidade, fortes impactos e problemas sociais devastadores às comunidades indígenas locais.

Para enfrentar essa multiplicidade de problemáticas — que incluem demandas urbanas compartilhadas, como a gestão do lixo, e desafios de infraestrutura, como a instabilidade limitante no fornecimento de energia elétrica —, as localidades necessitam urgentemente de instâncias conjuntas e de um planejamento territorial integrado. Nesse contexto, as universidades presentes na região, a exemplo da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), do Instituto Federal do Amazonas (IFAM) e da Universidade Federal do Amazonas

3. Por acordos de localidades fronteiriças vinculadas, entendem-se tratados bi ou plurinacionais que regulem e estimulem os fluxos transnacionais entre residentes de regiões de fronteira.
4. O Regime Especial Fronteiriço Tabatinga–Letícia (REFRONT) é um instrumento jurídico e aduaneiro binacional criado por Brasil e Colômbia para facilitar a integração econômica e social entre as cidades gêmeas de Tabatinga (AM) e Letícia (Colômbia), na Amazônia. Trata-se de uma zona de regime especial de comércio fronteiriço, estabelecida por acordo internacional assinado em Bogotá (19/09/2008) e incorporado ao ordenamento brasileiro pelo Decreto nº 8.596, de 18 de dezembro de 2015. O regime aplica-se exclusivamente ao comércio de mercadorias entre as duas cidades, para consumo ou comercialização local, dentro do perímetro urbano definido. [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8596.htm]

(UFAM), possuem uma importância estratégica para a formulação de alternativas de desenvolvimento regional. A UFAM, em particular, conduz em seu campus de Benjamin Constant o projeto Inpactas, uma iniciativa voltada à incubação de empresas. Já em Tabatinga, estão instalados o PACTAS – Parque Científico e Tecnológico do Alto Solimões, liderado pela UFAM, e o Centro Mapati de Inovação, coordenado pelo IFAM. Estes equipamentos foram estruturados com apoio do MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, que tem investido na estruturação do Ecossistema de Inovação do Alto Solimões, como estratégia de desenvolvimento regional baseada na Bioeconomia. Contudo, essas instituições educacionais ainda esbarram nas limitações impostas pelo atual rol de cursos de graduação oferecidos, que muitas vezes apresentam baixa aplicabilidade à realidade social e bioeconômica local. O fortalecimento dessas redes de conhecimento e a expansão coordenada do regime fronteiriço e do ALFV para um formato interligado e trilateral são componentes essenciais para que o Amazonas supere as fricções institucionais e alavanque um crescimento amparado na floresta em pé.

A formação territorial do estado do Amazonas e a consequente demarcação de suas extensas fronteiras estão profundamente vinculadas à história de ocupação e exploração da bacia amazônica. A consolidação da presença luso-brasileira na região remonta a marcos históricos significativos, como as fortificações militares erguidas ao longo da bacia e a pioneira expedição do sertanista Pedro Teixeira, que partiu de Belém com destino a Iquitos, navegando pelas vastas calhas dos rios Amazonas e Solimões. Em uma perspectiva histórica, a rede fluvial sempre foi a principal infraestrutura: rios como o Madeira funcionaram como vias essenciais de conexão entre o Vice-Reino do Brasil e o Vice-Reino do Grão-Pará e Maranhão. Posteriormente, os rios Purus e Juruá assumiram grande protagonismo na exploração da borracha, um ciclo econômico que definiu estruturalmente a ocupação demográfica e a fixação da atual linha de fronteira da região.

Caracterização da Fronteira Amazonense

Essas dinâmicas históricas de povoamento e de disputa territorial deram origem a contendas diplomáticas que atravessaram gerações. O desenho da fronteira do Alto Solimões perpassa eventos marcantes, desde a clássica "Questão de Letícia", que mobilizou a diplomacia sul-americana, até as mais recentes escaramuças e tensões fronteiriças entre o Peru e a Colômbia acerca da posse da Ilha de Santa Rosa do Javari, recém-criada em decorrência das dinâmicas fluviais locais. Esses eventos ilustram a complexidade geopolítica de gerir um território marcado por fronteiras vivas e extremamente permeáveis.

No contexto macrorregional, a caracterização da fronteira amazonense exige o entendimento de sua localização estratégica. O estado desempenha papel fundamental nas projeções de integração da Pan-Amazônia, influenciando tanto os arranjos voltados ao extremo norte e à Ilha das Guianas — onde as

dinâmicas socioambientais exigem intensa cooperação transfronteiriça —, quanto a articulação com o interior logístico do país. Nesse arranjo mais amplo, a conformação da malha logística deve dialogar com os fluxos oriundos do Quadrante Rondon[5], a fim de garantir que a conectividade nacional chegue aos eixos de fronteira, promovendo a integração física e comercial do Brasil em direção à Bacia do Pacífico e ao Caribe. Todo esse esforço de inserção deve, obrigatoriamente, pautar-se em um modelo de desenvolvimento com a floresta em pé e profundamente adaptado à realidade local.

Ao aproximar a lente de análise para o recorte focal do estudo, a caracterização socioespacial das cidades-gêmeas revela contrastes expressivos. O eixo fronteiriço composto por Tabatinga (AM) e Letícia (Colômbia) traduz assimetrias contundentes. No tecido urbano de Tabatinga, constata-se a falta de obras de urbanização, paisagismo e arborização adequada, mesmo estando a cidade cercada pela maior floresta tropical do planeta. Em contraposição, Letícia demonstra uma infraestrutura urbana mais qualificada e está muito mais bem preparada para alavancar o turismo e o comércio internacional, dinâmica em parte impulsionada por históricos investimentos oriundos da antiga economia dos cartéis, além de maiores repasses estatais posteriores.

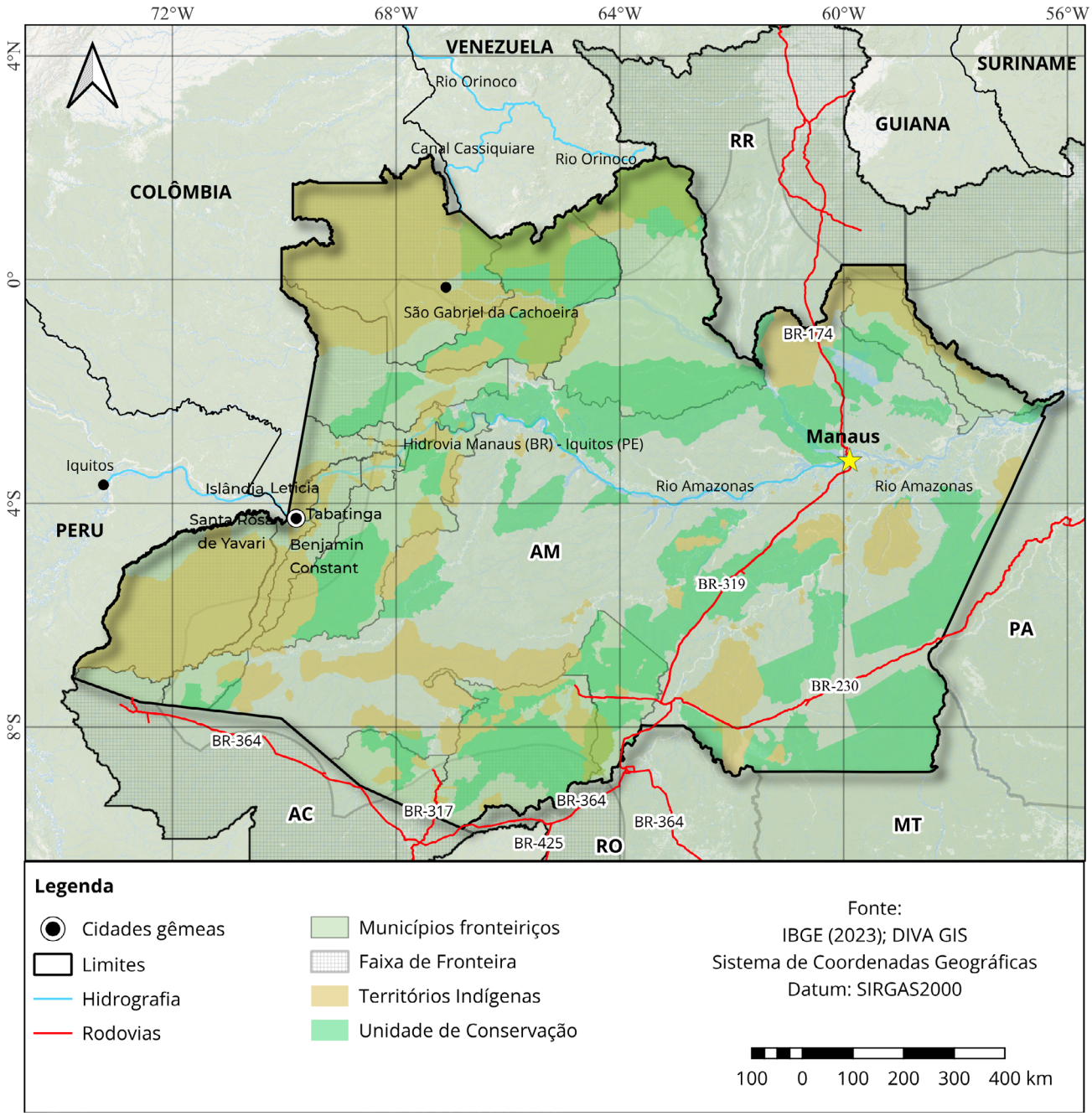
Essas disparidades se acentuam diante da alta demanda por serviços de ambos os lados da fronteira. A população das cidades contíguas compartilha massivamente o acesso a equipamentos públicos e privados, havendo um trânsito intenso e cotidiano na busca por atendimento nas áreas de saúde e educação, além do consumo em supermercados, restaurantes e mercados populares. Para gerenciar as externalidades dessa intensa integração de fato, é latente a necessidade de governança binacional estruturada, com participação privada e dos atores subnacionais locais. Impõe-se como prioridade a elaboração de um plano diretor conjunto[6] que transcenda a atual informalidade das relações e consiga ordenar territorialmente a mancha urbana conurbada.

A dimensão socioambiental e étnica da região é outro elemento relevante. A fronteira abarca uma expressiva porcentagem de população declarada indígena - aproximadamente 50% - cujas comunidades tradicionais habitam extensas Terras Indígenas distribuídas ao redor das cidades-gêmeas. A existência dessas Terras Indígenas ladeadas por unidades de conservação rigorosas que perpassam as jurisdições de Brasil, Colômbia e Peru, forma um escudo de proteção ambiental, mas também um espaço altamente

5. Parte do território nacional que está, logisticamente, mais próxima dos portos do Pacífico do que dos tracionais portos do Atlântico e exigem planejamento, regulação e governança conjuntos com os países vizinhos.
6. Refere-se, aqui, a arranjos institucionalizados de diálogo que permitam o endereçamento mais efetivo de problemas compartilhados, assim como a identificação e o usufruto conjunto das oportunidades existentes - constituindo uma espécie de plano diretor binacional. Nesse sentido, um bom referencial é o modelo de consórcio internacional de fronteira, existente entre Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Argentina). Ainda que semelhante instrumento não possua força jurídica diante das legislações nacionais de cada país, seu potencial papel diretivo e orientativo auxiliaria no ordenamento da integração transfronteiriça.

vulnerável. Tais comunidades têm sido severamente atingidas pelas externalidades dos fluxos ilícitos na fronteira, sofrendo impactos profundos decorrentes do aumento da dependência química induzida pelas redes locais de narcotráfico (Mapa 2).

Mapa 2 - Unidades de Conservação e Terras Indígenas no estado do Amazonas



Fonte: Projeto “Integração Regional: o Brasil e a América do Sul”. Elaborado pelos autores (2026).

Por conseguinte, aferir com rigor científico a cobertura florestal remanescente e o desmatamento na região — valendo-se de monitoramento por plataformas como o MapBiomas[7]— torna-se um exercício central para a formulação de políticas públicas. O adensamento das atividades de controle deve caminhar lado a lado com incentivos econômicos. O município de Tabatinga, sendo chancelado pela atuação da Suframa como uma Área de Livre Comércio, carrega o enorme potencial para o desenvolvimento de uma Zona Franca Verde pautada na bioeconomia. Para isso, contudo, as fricções logísticas e de governança demandam soluções inovadoras que transformem a fronteira de um mero limite defensivo em um vigoroso polo de oportunidades produtivas regionais sustentáveis.

Infraestrutura Amazonense

A infraestrutura amazonense, especialmente na faixa de fronteira organizada em torno de Tabatinga, Benjamin Constant e suas conexões com Letícia, Santa Rosa e Islândia, deve ser compreendida como o suporte material indispensável para a superação do isolamento histórico da região. Nesse espaço, transporte, energia e comunicação não podem ser tratados como dimensões autônomas ou setoriais, pois a funcionalidade de cada uma depende diretamente da robustez das demais. O problema central da tríplice fronteira permanece sendo a combinação entre isolamento logístico e baixo nível de desenvolvimento, condição que limita a circulação de pessoas e mercadorias, reduz a competitividade econômica local e restringe a capacidade de transformar a integração cotidiana já existente em vetor consistente de desenvolvimento regional. Por isso, a agenda de infraestrutura precisa ser pensada em articulação com um quadro mais amplo de governança, orientado por soluções adequadas às especificidades fluviais, florestais e transfronteiriças da Amazônia. Nesse sentido, a melhora das condições de navegabilidade do rio Solimões, o fortalecimento do eixo Manaus-Iquitos, a criação de uma Zona de Integração Fronteiriça trilateral e a articulação entre projetos brasileiros e colombianos de bioeconomia constituem elementos centrais de uma estratégia regional de superação do isolamento.

No plano dos transportes, a lógica de integração regional é predominantemente fluvial. A navegação segue sendo a principal base material da circulação no trapézio amazônico, tanto em sua escala cotidiana quanto em sua dimensão econômica mais ampla. A própria configuração territorial faz com que a circulação entre Tabatinga, Benjamin Constant, Islândia e Santa Rosa do Javari ocorra de forma diária por lanchas e canoas, sustentando o deslocamento de trabalhadores, comerciantes, estudantes e turistas. A integração existe, portanto, como prática territorial consolidada, mas opera sobre uma infraestrutura insuficiente e vulnerável. A dependência dos rios como principal eixo de circulação confere centralidade à logística fluvial,

7. O MapBiomas é uma rede global e multi-iinstitucional, formada por universidades, ONGs e empresas de tecnologia que monitora as transformações na cobertura e no uso da terra nos territórios e seus impactos. Plataforma disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/o-projeto/

mas também amplia a exposição da região às variações hidrológicas, às secas sazonais e às limitações materiais de portos, embarcações e sistemas de apoio. Essa condição explica por que impedir ou restringir a circulação transfronteiriça significaria colocar em risco a própria sobrevivência econômica e social das populações locais, uma vez que alimentos, transporte, renda e serviços dependem fortemente das relações entre as cidades fronteiriças.

A centralidade do transporte fluvial também redefine o papel de Tabatinga como nó logístico regional. O município opera como ponto de redistribuição de mercadorias para áreas da Colômbia e do Peru, especialmente para as localidades mais próximas da fronteira, e sua função econômica é fortemente condicionada por essa posição intermediária. O comércio regional evidencia essa característica: em 2025, Tabatinga exportou US$ 1.297.707, o equivalente a apenas 0,138% das exportações totais do Amazonas, e o principal produto exportado foi cimento, com US$ 575.319, ou 44,3% do total, destinado à Colômbia. Trata-se de um produto que não é produzido localmente, chegando por via fluvial a partir de Manaus, o que mostra que a cidade atua menos como polo produtor e mais como centro de circulação e redistribuição. O mesmo padrão se repete com outros itens da pauta exportadora, como filés e carne de peixes congelados, peixes frescos ou refrigerados, ladrilhos, canoas e artefatos de plástico, revelando que a inserção econômica formal da cidade continua estreitamente vinculada à sua função logística e às distorções produzidas pelo isolamento mútuo entre os mercados amazônicos de fronteira. Além disso, como o comércio entre moradores de Tabatinga e Letícia não é integralmente registrado pelas autoridades aduaneiras em função do regime especial existente, as exportações formais permanecem subestimadas, embora o perfil da pauta já seja suficiente para demonstrar a baixa agregação de valor local.

A melhoria da infraestrutura fluvial, por isso, não é uma medida acessória, mas o núcleo da estratégia regional. O fortalecimento das condições de navegabilidade do Solimões durante todo o ano é apresentado como requisito para garantir o abastecimento regular da tríplice fronteira e para criar um corredor fluvial Manaus-Iquitos capaz de ampliar os fluxos de comércio na região amazônica. Em termos territoriais, isso significa transformar a infraestrutura fluvial de uma base de sobrevivência regional em um eixo efetivo de desenvolvimento. Essa reorientação tem implicações que ultrapassam a escala local, pois a consolidação do eixo Manaus-Iquitos pode fortalecer o papel da América do Sul no desenvolvimento do Amazonas e abrir outro canal de escoamento para a produção amazonense. Os próprios dados de comércio exterior do estado mostram que a América do Sul continua sendo mercado relevante para o Amazonas, embora com perda relativa de peso nos últimos anos: a participação sul-americana nas exportações amazonenses foi de 47,3% em 2023, caiu para 37,6% em 2024 e alcançou 42,1% em 2025. Isso indica que a infraestrutura da fronteira não deve ser pensada apenas em chave localista, mas também como parte de uma estratégia de reposicionamento regional do Amazonas em redes sul-americanas de circulação e comércio.

A questão portuária deve ser inserida nesse mesmo quadro. As fragilidades físicas do porto de Tabatinga e a limitação de sua funcionalidade aduaneira restringem a capacidade de legalização, ampliação e sofisticação dos fluxos mercantis regionais. Em uma região cuja circulação depende estruturalmente dos rios, a precariedade portuária tem efeito multiplicador sobre o isolamento, pois compromete o abastecimento, encarece a logística, reduz a previsibilidade dos fluxos e limita a capacidade de o município operar como plataforma mais complexa de integração. Por isso, a proposta de corredores logísticos verdes, com modernização portuária fluvial, hidrovias seguras durante todo o ano, terminais de pequeno porte e pontos de controle aduaneiro inteligentes, deve ser compreendida como resposta coerente às necessidades territoriais concretas da região. Não se trata apenas de ampliar a circulação, mas de conferir maior estabilidade, segurança e racionalidade a um sistema logístico cuja base material já existe, mas permanece incompleta e vulnerável.

A infraestrutura energética constitui o segundo grande eixo crítico desse quadro regional. A instabilidade no fornecimento de energia elétrica permanece como fator limitante ao desenvolvimento da tríplice fronteira e compromete diretamente a instalação de atividades produtivas, a agregação de valor aos produtos locais e a expansão de cadeias associadas à bioeconomia. Em Tabatinga, existem dezoito geradores autorizados para a usina termelétrica local e mais três para a Usina Termelétrica Belém do Solimões, mas ainda assim o abastecimento é instável, seja por aumentos de demanda acima da capacidade, seja pelas próprias condições de navegabilidade do Solimões. O transporte do óleo diesel desde Manaus percorre 1.607 quilômetros por balsas, o que torna o suprimento energético dependente de uma logística longa, cara e vulnerável. Em Letícia, a situação não é substancialmente melhor: o combustível possui a mesma origem e o governo colombiano mantém estoques locais justamente para reduzir o risco de racionamento, embora as condições de transporte permaneçam precárias. Em períodos de seca, o acesso à região torna-se ainda mais difícil e pode inclusive provocar falta de energia por desabastecimento. Nesse ponto, transporte e energia aparecem como dimensões indissociáveis de uma mesma vulnerabilidade estrutural.

As telecomunicações e a conectividade digital formam o terceiro pilar dessa infraestrutura regional. A precariedade comunicacional reforça o isolamento das comunidades e limita tanto o acesso a serviços quanto a capacidade de coordenação institucional na faixa de fronteira. Nesse contexto, iniciativas de expansão da conectividade, como a conexão por fibra ótica e soluções voltadas à telemedicina, educação a distância e integração digital das localidades ribeirinhas e indígenas, são fundamentais para inserir a região em circuitos contemporâneos de informação e serviços. No plano transfronteiriço, a comunicação também depende de arranjos institucionais específicos. O acordo firmado entre Brasil e Peru sobre a criação de uma Zona de Integração Fronteiriça e sobre a cobrança de tarifa local para ligações entre cidades da fronteira evidencia que, nesse espaço, infraestrutura e governança precisam operar em conjunto para produzir efeitos concretos. A mesma lógica vale para o Regime Especial Fronteiriço entre Tabatinga e Letícia:

embora voltado à desburocratização do fluxo direto de mercadorias entre as áreas urbanas, seu baixo nível de conhecimento limita seu potencial. Em Letícia, 80,99% dos estabelecimentos comerciais consultados declararam desconhecer a existência desse regime, ainda que 36,19% das transações comerciais sejam realizadas em reais. Os dados confirmam que a integração já existe na prática cotidiana da população local, mas ainda carece de maior densidade institucional e operacional.

No plano aeroportuário e urbano, a assimetria entre Tabatinga e Letícia também produz efeitos concretos sobre a capacidade regional de captar fluxos econômicos. Letícia está a 1.094 quilômetros de Bogotá e não possui ligação terrestre direta com a capital colombiana; por via aérea, a viagem dura 1 hora e 45 minutos. O transporte aéreo de mercadorias, porém, é caro, o que reforça a importância da navegação. Ainda assim, a cidade colombiana encontra-se mais bem posicionada para aproveitar economicamente o turismo regional, dispondo de melhor infraestrutura urbana e de condições mais favoráveis para receber e reter visitantes. O crescimento do turismo em Letícia e o fato de a cidade concentrar prioritariamente a infraestrutura hoteleira regional mostram que a integração de fronteira tende a operar de forma desigual quando as capacidades urbanas e logísticas são assimétricas. Nesse contexto, uma política de infraestrutura para Tabatinga e Benjamin Constant precisa incluir não apenas transporte e energia, mas também melhoria das condições urbanas, da capacidade de hospedagem, da qualificação de pessoal e da articulação operacional com os equipamentos existentes do outro lado da fronteira. A fragmentação entre os sistemas locais de apoio ao turismo e à mobilidade reduz a capacidade de a porção brasileira capturar benefícios econômicos mais duradouros dessa circulação regional.

A infraestrutura deficiente produz, ainda, consequências sociais diretas. A maior oferta de serviços públicos do lado brasileiro atrai estrangeiros residentes e não residentes, especialmente no campo da saúde e, em menor medida, da educação, o que faz com que o ônus da integração fronteiriça já esteja sendo parcialmente assumido pelo Brasil sem a devida coordenação trilateral. A discussão sobre o tamanho populacional efetivo de Tabatinga e Benjamin Constant, inclusive em disputas relacionadas ao Fundo de Participação dos Municípios, revela como a demanda real por serviços supera as métricas estritamente censitárias. Ao mesmo tempo, a baixa densidade produtiva local e o peso da administração pública e dos serviços no PIB da região mostram que a atual integração continua insuficiente para dinamizar a economia em escala mais elevada. A infraestrutura, portanto, precisa ser entendida também como condição de reorganização das relações entre circulação, serviços e produção, sob pena de perpetuar um padrão em que a fronteira absorve pressões sociais e logísticas sem internalizar, na mesma medida, os benefícios econômicos do processo.

Por fim, a relação entre infraestrutura e bioeconomia é decisiva para qualquer estratégia de transformação estrutural na região. A existência de iniciativas como o Parque Científico e Tecnológico do Alto Solimões e a

Incubadora de Negócios de Impacto Socioambiental do Alto Solimões demonstra que há base institucional inicial para articular conhecimento, biodiversidade e geração de renda. Também por isso, o fortalecimento do envolvimento da UFAM, da UEA e do IFAM com as cidades da fronteira é condição importante para apoiar formulação de políticas públicas, formação de quadros e desenvolvimento de pesquisas voltadas ao aproveitamento econômico da biodiversidade com preservação ambiental. Sem transporte fluvial confiável, energia estável, comunicação eficiente, infraestrutura urbana mínima e governança transfronteiriça mais funcional, a bioeconomia tende a permanecer como promessa difusa. Com esses elementos articulados, ao contrário, Tabatinga pode consolidar-se como epicentro de um projeto de integração econômica amazônica sob liderança brasileira, em coordenação com o governo do Amazonas e com os governos da Colômbia e do Peru.

Em síntese, a infraestrutura amazonense na tríplice fronteira não deve ser tratada como uma coleção de carências isoladas, mas como um sistema regional incompleto, cuja fragilidade compromete abastecimento, competitividade, conectividade, turismo, prestação de serviços e agregação de valor. O transporte fluvial continua sendo a espinha dorsal da integração, mas requer melhoria permanente da navegabilidade, modernização portuária e maior segurança operacional. A energia permanece instável e presa a uma logística longa de combustível. As telecomunicações avançam de forma desigual e ainda dependem de arranjos institucionais específicos para produzir efeitos concretos na vida fronteiriça. A infraestrutura urbana e aeroportuária revela assimetrias que favorecem Letícia na captura de fluxos turísticos e de serviços. E a estrutura comercial de Tabatinga confirma sua condição de nó redistributivo, ainda pouco capaz de transformar circulação em desenvolvimento produtivo local. Por isso, a superação da vulnerabilidade histórica da região exige uma política integrada de infraestrutura e governança que harmonize navegação, energia, comunicação, serviços, comércio e bioeconomia, convertendo a integração de fato já existente em base material para um novo ciclo de desenvolvimento amazônico.

Produção e Bioeconomia[8]

A transição para um novo modelo de desenvolvimento regional no estado do Amazonas exige, fundamentalmente, a superação dos paradigmas econômicos tradicionais e a adoção de estratégias focadas na bioeconomia. Historicamente, o modelo de desenvolvimento do estado esteve ancorado na Zona Franca de Manaus, sob a coordenação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). É

8. Em razão da não existência de classificações específicas sobre produção da bioeconomia, com abrangência que contemple até o nível municipal brasileiro, optou-se por mapear toda a produção do setor primário - com exceção do extrativismo mineral - existente no estado do Amazonas e nos municípios lindeiros de Tabatinga e Benjamin Constant, em 2024. Buscou-se, primeiro, apresentar quais foram as dimensões produtivas de cada município e estado selecionados, independentemente do perfil do produto primário e, posteriormente, analisar a produção local que é compatível com a floresta em pé. Para referenciar a produção agropecuária formal amazonense, foram utilizadas as base de dados oficiais disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente as pesquisas de Produção Agrícola Municipal (PAM), de Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS) e a Pesquisa Pecuária Municipal (PPM).

inegável que esse modelo de concentração industrial na capital demonstrou ser altamente efetivo em conter o desmatamento no território amazonense, sobretudo quando se compara a dinâmica de preservação local com a de estados vizinhos que lideram as taxas de derrubada da cobertura florestal, a exemplo do Pará. No entanto, perante os novos imperativos globais de competitividade, inovação tecnológica, conectividade e inclusão social contínua, tal modelo vem dando sinais de esgotamento. A resposta a esse esgotamento passa, obrigatoriamente, por um projeto de desenvolvimento que considere as valências naturais do estado, especialmente os recursos compatíveis com a floresta em pé, estritamente adaptada para a realidade local das populações amazônicas.

Nesse cenário, a bioeconomia desponta não apenas como uma alternativa viável, mas como o principal vetor para diversificar a base econômica da faixa de fronteira. Para que essa matriz produtiva prospere, é imperativo monitorar e conservar a cobertura florestal remanescente. A utilização de dados e plataformas de georreferenciamento constitui uma ferramenta indispensável para aferir a evolução do uso do solo e frear o desmatamento, garantindo que a extração de recursos naturais ocorra dentro de parâmetros de estrita sustentabilidade. O desenvolvimento regional calcado na bioeconomia pressupõe que o valor agregado aos produtos da floresta — como o açaí, os pescados, as sementes oleaginosas, os cosméticos naturais e os fitoterápicos — seja retido nas próprias comunidades produtoras, gerando renda e afastando as populações locais, incluindo a expressiva porcentagem de população declarada indígena, da cooptação por atividades ilícitas e pelo narcotráfico.

Para alavancar essa produção, o arcabouço institucional e tributário da região fronteiriça precisa ser otimizado. O município de Tabatinga possui a chancela de Área de Livre Comércio (ALC), administrada pela Suframa. Essa condição tributária diferenciada carrega um potencial formidável para a estruturação de uma verdadeira "Zona Franca Verde". O conceito de Zona Franca Verde baseia-se na concessão de incentivos fiscais direcionados especificamente para indústrias e agroindústrias que utilizem matérias-primas regionais de origem florestal, pesqueira ou agropecuária sustentável. Contudo, a concretização desse potencial esbarra em profundas assimetrias territoriais e institucionais. Enquanto Tabatinga goza do status de Área de Livre Comércio, a cidade vizinha de Benjamin Constant — que compõe a mesma dinâmica conurbada e de fronteira — não possui esse benefício, o que gera distorções na atração de investimentos e na formalização de negócios.

Além das distorções tributárias internas, a comercialização transfronteiriça e a exportação dos produtos da bioeconomia amazonense enfrentam barreiras estruturais severas. Grande parte das transações comerciais na tríplice fronteira (Brasil, Colômbia e Peru) ocorre na informalidade, não sendo contabilizada nas estatísticas oficiais de comércio exterior. Esse fenômeno é agravado pelo não alfandegamento do porto de Tabatinga e pela ausência crônica de órgãos governamentais de controle sanitário e fitossanitário. A

falta de representações ativas da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e do Vigiagro (Vigilância Agropecuária Internacional) no lado brasileiro da fronteira impede a certificação, a legalização e a exportação formal de alimentos e bioprodutos, sufocando o empreendedorismo local e restringindo o acesso aos mercados colombianos e peruanos.

A agregação de valor às cadeias produtivas locais exige, inexoravelmente, a superação dos déficits de infraestrutura, que devem ser pensados de forma integrada. A agroindústria da bioeconomia demanda refrigeração constante para o processamento de polpas de frutas, armazenamento de pescados e conservação de insumos. Todavia, a instabilidade limitante no fornecimento de energia elétrica na região afasta investidores e inviabiliza a instalação de plantas industriais de beneficiamento. Resolver o gargalo energético e logístico é fundamental para que Manaus exerça efetivamente seu papel de grande articulador da região. A capital amazonense, com seu consolidado parque industrial e tecnológico, deve funcionar como o polo irradiador de inovações e o principal mercado consumidor e processador da produção oriunda do Alto Solimões, estabelecendo um corredor logístico fluvial e aéreo eficiente que conecte o interior às rotas globais de exportação.

Essa dinâmica de integração produtiva ganha contornos geopolíticos quando inserida em um planejamento macroestratégico de projeção do Brasil ao Caribe e para o Pacífico. A estruturação de um anel de infraestrutura multimodal, que integre os rios da bacia amazônica ao chamado Quadrante Rondon e às rotas fluviais e rodoviárias em direção à Ilha das Guianas e aos países andinos, tem o potencial de transformar a fronteira amazonense em um hub logístico e produtivo de excelência. A bioeconomia do Amazonas, ao invés de escoar sua produção exclusivamente para o Atlântico, pode encontrar nos mercados do Pacífico (via Peru e Colômbia) parceiros comerciais altamente rentáveis, fortalecendo a economia nacional em uma nova frente de atuação global.

O setor de serviços apresenta dinâmicas reveladoras nas cidades-gêmeas. Há uma intensa demanda por serviços públicos e privados de um lado e de outro da fronteira. Populações peruanas e colombianas buscam atendimento no sistema de saúde e na educação básica e superior no Brasil, enquanto os brasileiros atravessam a fronteira para consumir em supermercados, restaurantes e adquirir produtos manufaturados. O turismo ecológico, étnico e de base comunitária constitui um filão econômico altamente promissor, capaz de gerar divisas limpas sem comprometer a floresta. No entanto, o Brasil tem falhado em capturar o valor econômico desse fluxo. Letícia, na Colômbia, por dispor de melhor urbanização, arborização, paisagismo e infraestrutura turística — reflexo de investimentos históricos diversos e de uma política de Estado mais presente voltada para a conectividade com sua capital —, absorve a esmagadora maioria das receitas provenientes do turismo nacional e estrangeiro. Tabatinga carece de infraestrutura urbana básica para reverter esse déficit e integrar roteiros turísticos binacionais de forma competitiva.

Para que a transição rumo à bioeconomia ocorra com sucesso e com governança, a participação da academia, das empresas e dos atores subnacionais é indispensável. O fortalecimento das capacidades locais de inovação depende visceralmente das instituições de ensino superior e técnico presentes na fronteira. A Universidade do Estado do Amazonas (UEA), o Instituto Federal do Amazonas (IFAM) e a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) são os motores do conhecimento regional. Um exemplo prático dessa incidência é o projeto Inpactas, conduzido pela UFAM no campus de Benjamin Constant, que atua diretamente na incubação de pequenas empresas e no fomento ao empreendedorismo local. Contudo, essas universidades ainda enfrentam desafios para alinhar plenamente a oferta de seus cursos de graduação e pós-graduação à realidade bioeconômica e às demandas do mercado local. A revisão das grades curriculares, com foco em gestão de recursos naturais, engenharia de bioprocessos, comércio exterior e turismo sustentável, aliada a um plano diretor conjunto para as cidades-gêmeas, constitui o alicerce formativo para a construção de uma economia pujante, integrada e que garanta um futuro próspero com a floresta em pé.

Em 2024, os três principais produtos agrícolas produzidos no Amazonas, em volume, foram a mandioca (760,5 mil toneladas), a cana-de-açúcar (260,9 mil toneladas) e a banana em cacho (173 mil toneladas). Uma parte significativa dos três produtos mencionados, assim como ocorre com a grande maioria dos bens alimentícios, destinam-se, principalmente, ao abastecimento da demanda local. Várias das frutas, como melancia, abacaxi, laranja, mamão, maracujá e outras, encontram no Amazonas um importante polo produtivo regional, voltado ao consumo interno.

Para alguns produtos agrícolas, a produção do Amazonas representa uma expressiva participação em relação à produção total da Região Norte, especialmente produtos regionais, como o guaraná, a juta e a malva. A produção amazonense de guaraná (sementes), no ano de 2024, totalizou 771 toneladas, volume que representou 90,5% da produção nortista. Em valores monetários, a produção amazonense dessa cultura nativa da Amazônia alcançou R$32,9 milhões de reais.

No tocante à produção de fibra natural amazônica, destaca-se a participação da produção amazonense de juta e de malva. No ano de 2024, foram produzidas 3.826 toneladas de malva e 926 toneladas de juta no Amazonas, volumes que representaram 84,1% e 100% da produção nacional, respectivamente.

Em relação à receita gerada a partir da produção agrícola do Amazonas, chama a atenção a escala dos recursos auferidos pelo cultivo da mandioca no estado, que, em 2024, somou mais de 1 bilhão de reais. No mesmo ano, a produção total de mandioca na Região Norte somou impressionantes 7,38 bilhões de reais. É sempre importante reforçar que a produção de mandioca dinamiza tanto a agricultura familiar e o pequeno produtor amazonense como as cadeias produtivas voltadas para a produção de derivados do produto, a exemplo de farinha, polvilho, tucupi, tapioca e, ainda, ração (a partir de seus subprodutos).

Ao longo do presente relatório será possível perceber que a produção de alguns produtos, como o açaí e a borracha, serão analisadas não somente a partir da produção agrícola dos estados e municípios selecionados, mas também a partir da produção do extrativismo vegetal. Vale ressaltar que a diferença fundamental reside no fato de a produção da primeira (agrícola) estar relacionada com práticas de manejo e cultivo, enquanto que a produção da última (extrativismo) se dá em áreas de ocorrência espontânea da cultura.

No âmbito da extração vegetal amazonense, o principal produto produzido, em volume, foi o açaí, com pouco mais de 52,5 mil toneladas, equivalentes a 22,8% da produção nortista. Seguindo a lista, a castanha-do-pará foi o segundo principal produto alimentício do extrativismo no estado, com 11,5 mil toneladas de produção. Ainda sobre a castanha-do-pará, vale sublinhar que o Amazonas é o principal produtor a nível nacional, concentrando um terço da produção brasileira do produto, que alcançou 34,9 mil toneladas no ano de 2024. O Amazonas também lidera a produção nacional de outros produtos da bioeconomia, como o óleo de copaíba, cujas 240 toneladas de produção amazonense representaram 81,9% da produção nacional, gerando R$10,7 milhões em renda no estado, como indicado nas tabelas 4 e 5.

Em 2024, oito dos dez principais municípios brasileiros produtores de óleo de copaíba - via extrativismo vegetal - foram do Amazonas: Nova Aripuanã, Tapauá, Apuí, Lábrea, Jutaí, Parintins, Nova Olinda do Norte e Nhamundá. As exceções foram os municípios de Porto Velho-RO e Oriximiná-PA.
Algumas fibras vegetais também são produzidas no Amazonas e vêm sendo foco de subsídios e apoio financeiro estadual, como ocorre com a piaçava. O volume produtivo da fibra no estado (de 5 mil toneladas e R$15,1 milhões) concentrou a quase totalidade da produção no Norte. Outros produtos, relacionados às ceras vegetais e à borracha (látex coagulado), também são produzidos no estado. Sobre a produção de borracha, cabe ressaltar que o Amazonas é o segundo principal produtor, com 34% da produção do Norte, atrás apenas do Acre. Para ambos os produtos (fibras e borracha) a produção per capita amazonense supera a nortista.

Foi possível perceber, quanto ao extrativismo vegetal amazonense, que os dois municípios de fronteira selecionados possuem diminuta participação produtiva. Mesmo no caso do açaí, principal item regional, a produção somada de Tabatinga e Benjamin Constant representa somente 0,4% do total estadual. Embora apresente uma produção per capita do extrativismo vegetal superior à brasileira, o Amazonas precisa avançar na geração de renda a partir da produção sustentável no estado. Em termos de produção compatível com a floresta em pé, a economia amazonense ostenta exíguos resultados, que podem ser dinamizados com a implementação de adequadas políticas públicas e acompanhamento contínuo. Nesse sentido, o beneficiamento de produtos da bioeconomia amazônica no âmbito da Zona Franca de Manaus é fundamental.

Por fim, sobre a dimensão produtiva formal da aquicultura nortista[9], grande produtora de peixes à nível nacional, foram destaques, principalmente, a produção de tambaqui (93,1 mil toneladas, equivalente à 77% da produção brasileira), tambacu e tambatinga (11,7 mil toneladas, que representam 25% da produção nacional), matrinxã (3,9 mil toneladas, 72% da produção nacional), pirarucu (1,3 mil toneladas, 76%), pirapitinga (1,28 mil toneladas, 70%), entre outros.

Cada estado da região Norte apresenta suas próprias dinâmicas produtivas quanto à piscicultura. Enquanto alguns exibem maior diversidade produtiva e escala, outros registram produtos restritos e volumes de produção modestos. No Amazonas, apresentados constatou-se uma produção de peixes concentrada, principalmente, em tambaqui (8,5 mil toneladas) e matrinxã (2,88 mil toneladas). Outros peixes, como a pirapitinga e o pirarucu, também foram destaques a nível estadual. Quanto aos dois municípios fronteiriços, apenas Benjamin Constant registrou produção, também concentrada em tambaqui (270 toneladas).

Recomendações a partir do caso Amazonense

A análise das dinâmicas que perpassam a tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, com especial atenção à conurbação formada por Tabatinga, Letícia, Benjamin Constant e adjacências, evidencia a urgência de uma mudança de paradigma nas políticas de Estado. O isolamento geográfico e as assimetrias institucionais não podem mais justificar a estagnação econômica e a vulnerabilidade social da região. Com base no diagnóstico estruturado, alinham-se a seguir as recomendações prioritárias para a promoção do desenvolvimento regional sustentável, fundamentadas no respeito à realidade local e na integração cooperativa.

A primeira frente de atuação deve concentrar-se na superação da fragmentação institucional. Recomenda-se a elaboração e a implementação de um plano diretor conjunto para as cidades-gêmeas do Alto Solimões. Esse instrumento de planejamento urbano binacional (e futuramente trinacional) deve ser desenhado para gerenciar as demandas compartilhadas por serviços públicos, como a gestão de resíduos sólidos, a mobilidade urbana contígua e a articulação dos sistemas de saúde e educação, que hoje operam sob forte pressão da demanda cruzada.

9. Diferentemente da pesca, que baseia-se na retirada de recursos pesqueiros do ambiente natural, a aquicultura é baseada no cultivo de organismos aquáticos geralmente em um espaço confinado e controlado. Segundo a Embrapa, uma das diferenças entre as duas atividades é que a primeira, por ser extrativista, apresenta um menor nível de controle quanto aos volumes produzidos, tendo em vista a imprevisibilidade característica da pesca. Por outro lado, a aquicultura apresenta um maior controle no que se refere ao planejamento e regularidade da produção, possibilitando produtos mais homogêneos, rastreabilidade durante toda a cadeia e outras vantagens que contribuem para a segurança alimentar. Os dados apresentados ao longo do relatório referem-se a produção da aquicultura nortista, com destaque para a dinâmica da piscicultura. Todas as informações de produção foram extraídas da base de dados do IBGE. Finalmente, vale reforçar que a atividade formal e informal da pesca, mesmo não dimensionada na categoria aquicultura, desempenha um papel de grande relevância, respondendo por parcela significativa do consumo local, inclusive nas regiões de fronteira.

Para conferir lastro jurídico e institucional a essa integração, é imprescindível o aprofundamento e a expansão do Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas (ALFV). O atual regime com o Peru e o regime especial com a Colômbia precisam ser harmonizados em um tratado trilateral robusto, que inclua formalmente o município de Benjamin Constant nas zonas de livre trânsito e comércio. Essa governança deve contar com a participação ativa da iniciativa privada e dos atores subnacionais (governos estaduais, prefeituras e lideranças comunitárias), garantindo que as decisões tomadas nos centros de poder dialoguem diretamente com a vivência da fronteira viva.

No eixo logístico, recomenda-se o abandono de projetos exógenos em favor de uma infraestrutura (transporte, energia e comunicação) estritamente adaptada às necessidades e condições amazônicas. No transporte, isso significa priorizar os "corredores logísticos verdes", centrados na navegabilidade contínua dos rios e na estruturação de pequenos terminais portuários adequados à realidade de passageiros e cargas regionais. É medida de urgência o alfandegamento do porto de Tabatinga e a modernização de suas instalações, a fim de permitir a legalização e a fluidez do comércio exterior.

A integração física da região deve ser compreendida dentro de um projeto geoestratégico maior: a consolidação de um anel de infraestrutura multimodal. Esse anel deve articular as calhas fluviais amazônicas com os eixos rodoviários e de escoamento do Quadrante Rondon e as rotas de conexão ao norte, em direção à Ilha das Guianas. Com Manaus atuando como o grande articulador da região, esse corredor logístico (eixo Manaus-Iquitos) permitirá não apenas o abastecimento interno, mas a projeção comercial do Brasil ao Caribe e para a Bacia do Pacífico, abrindo novos e rentáveis mercados para a economia nacional.

Para viabilizar a agroindústria, deve-se solucionar o crônico déficit energético. Recomenda-se o investimento massivo em micro-redes de energia renovável (solar e biomassa) para superar a instabilidade limitante no fornecimento elétrico de Tabatinga e adjacências. No campo das comunicações, a expansão de programas como o Amazônia Conectada (fibra ótica subfluvial) é essencial para a inserção digital da fronteira.

A base econômica da fronteira precisa transicionar do modelo atual para um modelo de desenvolvimento embasado na bioeconomia, com a floresta em pé e adaptado para a realidade local. O principal vetor para essa transformação é a plena ativação da Zona Franca Verde. Como Tabatinga já é uma Área de Livre Comércio gerida pela Suframa, recomenda-se a criação de linhas de crédito específicas e incentivos fiscais agressivos para empresas que beneficiem matérias-primas regionais (frutas, pescados, óleos essenciais, fitoterápicos) no próprio território fronteiriço.

Para que a produção regional alcance o mercado internacional legalmente, é indispensável a instalação imediata e o pleno funcionamento de órgãos de fiscalização sanitária e aduaneira no lado brasileiro. A presença ativa da Anvisa e do Vigiagro em Tabatinga é a condição mínima para que a bioeconomia local seja certificada e exportada, reduzindo a informalidade que hoje domina as transações com a Colômbia e o Peru.

O desenvolvimento produtivo deve estar inextricavelmente ligado à proteção ambiental e humana. A tríplice fronteira abriga uma altíssima porcentagem da população declarada indígena, bem como uma rede crítica de unidades de conservação e terras indígenas que circundam as cidades-gêmeas. Recomenda-se que qualquer política pública de desenvolvimento passe por rigorosa consulta prévia e contemple o protagonismo dessas comunidades.

É imperativo estruturar políticas de saúde e segurança pública que mitiguem os impactos sociais do isolamento e das atividades ilícitas, com atenção especial à rede de atenção psicossocial voltada às populações indígenas afetadas pelo aliciamento e pela dependência química gerada pelo narcotráfico local. Além disso, o Estado deve utilizar intensivamente ferramentas tecnológicaspara garantir o monitoramento contínuo da desmatamento e da cobertura florestal remanescente, assegurando que a extração na Zona Franca Verde não ultrapasse a capacidade de regeneração dos biomas locais.

Por fim, recomenda-se que o planejamento da região seja conduzido à luz da produção científica e tecnológica autóctone. As universidades locais (UEA, UFAM e IFAM) devem ser tratadas como parceiras estratégicas na formulação de soluções, devendo adaptar suas grades de cursos para as demandas reais da bioeconomia fronteiriça, a exemplo de iniciativas bem-sucedidas como o projeto Impactas em Benjamin Constant.
Na formulação de marcos teóricos e de políticas públicas, é fundamental adotar as referências de autores do estado e do país vizinho. Recomenda-se, por exemplo, incorporar as análises de Ricardo Nogueira e Rebeca Steiman sobre a dinâmica de transportes fluviais e o hibridismo das cidades-gêmeas amazônicas, bem como absorver as práticas e pesquisas desenvolvidas por instituições transnacionais, a exemplo do Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas SINCHI, da Colômbia, especializado em empreendimentos amazônicos e produtos da biodiversidade. A valorização dessa rede de conhecimento partilhado é o alicerce mais seguro para que a integração fronteiriça deixe de ser uma promessa diplomática e se torne uma realidade próspera para as populações da Pan-Amazônia.

Esta nota foi preparada no início de 2026 a partir de pesquisas de campo realizadas em todos os estados fronteiriços da Amazônia brasileira e também nos países vizinhos, com o objetivo de contribuir para o debate público sobre desenvolvimento fronteiriço, infraestrutura e bioeconomia no Arco Norte. Não se trata de um estudo exaustivo, mas de uma síntese inicial de reflexões que serão aprofundadas em

documentos técnicos e em um livro a ser disponibilizado em www.ipea.gov.br/portal/americadosul. Em um contexto marcado pela crise da governança global, pela fragmentação regional e pela crescente disputa das grandes potências por recursos naturais — energéticos, minerais e biológicos —, a cooperação amazônica e as regiões de fronteira enfrentam novos e complexos desafios. Sozinhos podemos ir mais rápido, mas juntos vamos mais longe. Não há desenvolvimento sem segurança, nem segurança sem desenvolvimento: integrados, estaremos mais protegidos e mais capazes de assegurar uma vida digna, compatível com a floresta em pé, nas fronteiras amazônicas. As políticas públicas precisam, portanto, avançar para uma visão integrada do desenvolvimento fronteiriço, articulando infraestrutura, ciência, inovação, cooperação internacional e valorização dos territórios e de suas populações. O fortalecimento da presença do Estado, em diálogo com atores locais e países vizinhos, é fundamental para transformar fronteiras em espaços de oportunidades, e não de vulnerabilidades. Nesse esforço coletivo, o Arco Norte pode se afirmar como um vetor estratégico de um desenvolvimento amazônico soberano, inclusivo e comprometido com a preservação da sociobiodiversidade.

Apoio:









Execução:



Realização:



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO